



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

WALDIVINO GOMES FIRMINO

ITINERÁRIOS CAMPONESES: *de lá para cá e daqui pra li* até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

CATALÃO (GO)
2013

WALDIVINO GOMES FIRMINO

ITINERÁRIOS CAMPONESES: *de lá para cá e daqui pra li* até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Angélica de Mesquita.

CATALÃO (GO)
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BSCAC/UFG**

F525i Firmino, Waldivino Gomes.
Itinerários camponeses [manuscrito]: de lá para cá e daqui pra li até o assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) / Waldivino Gomes Firmino. - 2013.
140 f. : il., figs, tabs.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Angélica de Mesquita.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Geografia, 2013.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras, quadros, mapas e gráficos.
Anexos.

1. Camponeses. 2. Itinerários – camponeses. 3. Assentamento – Olga Benário. 4. Ipameri (GO). I. Título.

CDU: 332.13:316.55 (817.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

Waldivino Gomes Firmino

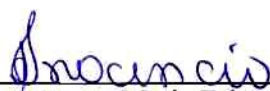
ITINERÁRIOS CAMPONESES: *de lá para cá e daqui pra li até* o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Helena Angélica de Mesquita
Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (Geografia)



Prof. Dra. Maria Erlan Inocência
Membro Externo
Universidade Estadual de Goiás – Unidade Pires do Rio



Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Membro Interno
Universidade Federal de Goiás – IESA (Geografia)

Aprovada em 22 de maio de 2013.

À minha avó Maria Conceição da Silva (*in memoriam*), camponesa que, além de avó, foi pai... mãe... e jamais declinou seu amor e cuidado com aqueles que estiveram ao seu lado.

AGRADECIMENTOS

Pela vida e às oportunidades que ela me concedeu. Entre as muitas vitórias alcançadas, a realização deste trabalho.

À Vilma, companheira inseparável, esteio do nosso lar, amável, compreensiva. Sempre disposta para ajudar, sabe lidar com as diferenças. Agradeço por tudo, em especial por esta conquista, afinal, sua persistência tem garantido nosso sucesso e de nossa filha.

À Priscila, filha, nosso presente maior. Soube esperar pacientemente enquanto o pai “dramatizava”. Obrigado por tudo. Quando as “teclas não queriam me obedecer”, você, com muita sabedoria, sempre sorridente, apenas com um “dedinho e um clique, resolvia algo que eu transformara em um monstro.

À minha mãe, Maria da Glória, que teve poucas oportunidades de ter seus filhos nos braços por motivos alheios à sua vontade. A você ofereço esta vitória, mesmo sabendo que ela não substitui um “ninar” o que ela tanto gostaria de ter feito enquanto éramos crianças.

À Professora Dra. Helena Angélica de Mesquita, pelas excelentes orientações, acompanhadas de muita sabedoria. Pelos “puxões de orelha” nos momentos de “caturrice”. Apenas agradecer é muito pouco, por tudo que fez por mim.

À banca de qualificação, Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça e Professora Dra. Maria Erlan Inocêncio, pelas valiosas contribuições e direcionamento desta pesquisa.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia do *Campus Catalão*, pelos incentivos e palavras de encorajamento.

Aos Professores Dr. Gilmar Alves de Avelar e Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa, pelas contribuições durante a realização do Seminário Interno do Mestrado.

À Priscila Querino de Lima, secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia e colega de mestrado, pela presteza no atendimento.

Aos colegas de mestrado pelo apoio durante o curso. Em especial ao amigo Rafael, pelas contribuições durante os trabalhos de campo no Assentamento Olga Benário.

Aos companheiros do Núcleo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) pelas oportunidades de leituras e debates.

À diretora da UEG – UnU de Pires do Rio, Professora Ms. Almira Pinheiro de Moura e aos professores do Curso de Geografia.

Ao diretor da UEG – UnU de Ipameri, Professor Dr. Adilson Pelá, e aos professores dos Cursos de Agronomia e Engenharia Florestal. Especialmente ao Professor Dr. Nei Peixoto.

Aos amigos Vilson, Geraldo e Zé Maria, muito mais que amigos, eu os considero irmãos, pelo apoio e encorajamento.

À FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás) pela bolsa de estudos, sem a qual seria praticamente impossível a realização desta pesquisa.

À Prefeitura de Ipameri, que me concedeu a licença para aprimoramento profissional.

À direção, professores, funcionários e alunos da Escola Municipal Godofredo Perfeito em Ipameri (GO). Especialmente ao professor Ms. Agmar, pelas contribuições.

Aos camponeses e camponesas do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), que sempre me receberam com carinho e respeito. A todos vocês, muito obrigado.

“Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo”

Olga Benário!

RESUMO

A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão tem como elemento central compreender o itinerário dos trabalhadores camponeses do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Procura evidenciar o período de mobilidade dos assentados enquanto estiveram vivendo em acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em busca da terra para trabalhar e viver dignamente com a família. As principais metodologias empregadas baseiam-se em revisão bibliográfica e fontes orais alcançadas em trabalho de campo. O Assentamento Olga Benário está localizado no município de Ipameri (GO), é composto por oitenta e quatro famílias que vivem em parcelas com área média de trinta e dois hectares cada. A maioria dos assentados é oriunda do estado de Goiás e estiveram *de lá para cá e daqui pra li* até chegarem ao Assentamento Olga Benário. Foram anos vivendo em acampamentos. Aqueles camponeses lutaram pela terra, mesmo sendo terra distante daquelas onde viviam com seus familiares e de onde foram expulsos um dia. Aqueles trabalhadores se puseram em marcha até chegar ao Assentamento Olga Benário. É nesta direção que se procura abordar e conhecer a trajetória dos sujeitos desta pesquisa. O modo itinerante que os camponeses do Olga Benário viveram durante o longo período em que estiveram na luta. Os acampamentos se constituem em espaços de vivência e, ao mesmo tempo, lugar de luta dos que buscam resgatar a condição camponesa, possível com o acesso e posse da terra. A luta dos assentados do Olga Benário agora é para permanecer na terra, tendo em vista a dureza do labor, agravada pela falta de políticas públicas adequadas para os assentamentos.

Palavras-chave: Camponeses. Itinerários camponeses. Assentamento Olga Benário. Ipameri (GO).

ABSTRACT

The research program developed in Pós-Graduação *Stricto sensu* in Geography, Federal University of Goiás *Campus* Catalão. It has as the central element to understand the itinerant workers peasants of camp Olga Benário in Ipameri (GO). The research point the period to be moving of the settlers while they were living in camps organized by the Movement of Landless Rural Workers (MST), in search of land to work and live with the family. The principal methodologies used are based on bibliographic review and oral sources and in fieldwork. The camp Olga Benário is located in municipality of Ipameri (GO). It's compound for eighty-four families living in plots measuring thirty-two hectares each. Most of the settlers coming from the state of Goiás and they were "of there for here and from here for there" as far as the camp Olga Benário. Years living in camps. Those peasants fought for land, even though those faraway land where they lived with their families and where they were expelled someday. Those workers are set in motion as far as the camp Olga Benário. It's in this sense what look for deal with the trajectory research subjects the mode of traveling peasants Olga Benário lived during the long period they were in the fight. The camps are spaces living together and at the same time, instead of fighting of the seeking to redeem possible conditions the peasant with access and possession the land. The struggle of the settlers Olga Benário now it's to stay on land, in view of the hardness of work compounded by lack of public policies for camps.

Key words: Peasants. Itinerant peasants. Camp Olga Benário. Ipameri (GO).

LISTA DE FOTOS, MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

Foto 01 – Movimento camponês no município de Santa Helena de Goiás (GO) (2003).....	18
Foto 02 – Placa de identificação de parcela no Assentamento Olga Benário	26
Foto 03 – Vista parcial do Assentamento Olga Benário (Retiro).....	34
Foto 04 – Assentado trabalhando na parcela (colhendo mandioca)	43
Foto 05 – Aspectos do Cerrado no Assentamento Olga Benário (plantas medicinais).....	53
Foto 06 – Algodãozinho do Campo (<i>Cochlospermum regium</i>)	53
Foto 07 – Pé de Perdiz (<i>Croton Perdicipes</i>).....	53
Foto 08 – Velame Branco (<i>Mcrosiphonia velame</i>)	53
Foto 09 – Barbatimão (<i>Stryphnodendron barbatiman</i>)	53
Foto 10 – Folhas e frutos do Barbatimão (<i>Stryphnodendron barbatiman</i>)	53
Foto 11 – Mutirão para construir a casa de um assentado.....	75
Foto 12 – Primeira ponte construída pelos trabalhadores no Assentamento Olga Benário em 2005.....	77
Foto 13 – Mutirão para construção da primeira etapa de uma ponte no Assentamento Olga Benário.....	78
Foto 14 – Mutirão para construção da segunda etapa de uma ponte no Assentamento Olga Benário	79
Foto 15 – Camponeses reunidos após a construção da ponte no Assentamento Olga Benário.....	80
Foto 16 – Ponte construída pelos camponeses no Assentamento Olga Benário	81
Foto 17 – Canteiros de hortaliças na parcela de um Assentado do Olga Benário.....	85
Foto 18 – Fabricação de farinha de mandioca no Assentamento Olga Benário.....	86
Foto 19 – Acampamento Antônio Conselheiro às margens da BR – 050 no município de Catalão-GO em 2004	96
Foto 20 – Reunião no Acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão-GO em 2004.....	97
Foto 21 – Cultivo de hortaliças e plantas medicinais no Acampamento Antônio Conselheiro	

no município de Catalão-GO em 2004	113
Foto 22 – Aspecto geral de uma residência camponesa no Assentamento Olga Benário	114
Foto 23 – Cultivo de plantas frutíferas e medicinais em uma residência no Assentamento Olga Benário	115
Foto 24 – Camponeses caminhando na “terra prometida” (Pré-Assentamento Olga Benário)	116
Foto 25 – Cultivo de hortaliças e plantas medicinais no Pré-Assentamento Olga Benário....	120
Mapa 01 – Microrregião Sudeste de Goiás.....	35
Mapa 02 – Localização do Assentamento Olga Benário em Ipameri (Goiás)	67
Mapa 03 – Município de Ipameri no estado de Goiás.....	71
Mapa 04 – Goiás, municípios onde as famílias estiveram antes de serem assentadas no Olga Benário em Ipameri(GO).....	95
Mapa 05 – Itinerários camponeses no estado de Goiás	99
Mapa 06 – Estados de origem e trajetórias dos trabalhadores do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).....	100
Quadro 01 – Atividades laborais exercidas pelos assentados antes de ingressarem na luta pela terra.....	68
Quadro 02 – Atividades laborais exercidas pelos assentados após a posse da terra no Assentamento Olga Benário	69
Quadro 03 – Classes e níveis de declividade do solo no Assentamento Olga Benário.....	119
Gráfico 01 – Estados de origem dos assentados do Assentamento Olga Benário.....	106
Gráfico 02 – Opinião dos entrevistados caso tivessem que reiniciar na luta	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAMPONESES EM MOVIMENTO	18
1.1 Algumas considerações acerca das metodologias da pesquisa.....	19
1.2 O camponês em busca do seu lugar de vivência	23
1.3 O Assentamento Olga Benário como lugar de chegada	34
1.4 Entre campo e cidade: modernização e expropriação	37
1.5 Reflexões a partir do Assentamento Olga Benário acerca das relações campo cidade	48
1.6 Saberes como uma alternativa para a permanência na terra.....	50
2 A LUTA CAMPONESA PELA TERRA/A LUTA PELA TERRA CAMPONESA	56
2.1 A luta pela terra em Goiás: considerações acerca de Santa Dica, de Trombas e Formoso e da Luta do Arrendo.....	59
2.2 Mais alguns apontamentos acerca da Luta do Arrendo no Sudeste Goiano.....	63
2.3 Mais algumas considerações acerca do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) ...	65
2.4 Mutirão de ajuda mútua: uma reafirmação da solidariedade camponesa.....	74
2.5 Alguns fragmentos do cotidiano no Assentamento Olga Benário.....	84
3 O COMEÇO DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO COMEÇO: O Assentamento Olga Benário.....	89
3.1 De onde partiram, por onde andaram: a trajetória dos assentados	93
3.2 Os caminhos <i>de lá para cá e daqui pra li</i> até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).....	97
3.3 A véspera: O Pré-Assentamento Olga Benário	116
CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125
ANEXO 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO).....	131
ANEXO 2 – POEMA DO FILHO DE UM ASSENTADO	133
ANEXO 3 - MAPA DA PARCELA DE UM ASSENTADO NO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO).....	135
ANEXO 4 - MAPA DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO) ELABORADO PELO INCRA	137
ANEXO 5 – MARCHA DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DE GOIÂNIA A BRASÍLIA – 01 A 17 DE MAIO DE 2005	139

INTRODUÇÃO

As experiências de vida no campo desde criança com minha família, o ingresso em um curso de formação técnica em agropecuária¹ e em um curso superior de Geografia e, mais recentemente, os contatos com trabalhadores rurais e com assentados pela reforma agrária no município de Ipameri, entre outros, são elementos que motivaram a realização desta pesquisa. Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa realizada acerca dos camponeses do Assentamento Olga Benário localizado no município de Ipameri (GO) no Sudeste Goiano. Assim, aborda caminhos percorridos pelos sem-terras até o Assentamento. As atividades relacionadas à pesquisa tiveram início em fevereiro de 2011, a partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*.

Esta dissertação procura resgatar a memória de trabalhadores que, após longo período de andanças, tomaram posse da terra. Durante a permanência em acampamentos, homens, mulheres, crianças, todos viveram momentos de incertezas, frustrações, medo, angústias etc. O cotidiano no acampamento é esperar pela terra, o que depende de decisões do governo, dos proprietários das áreas que serão desapropriadas e de outros processos burocráticos que dificultam o acesso e posse da terra pelos trabalhadores. O acampamento é espaço de espera, haja vista que é um lugar de transição, uma condição que não significa que os acampados tenham a garantia da conquista da terra.

No Assentamento, a lembrança do acampamento está presente entre os trabalhadores camponeses, portanto, basta iniciar uma prosa² e as histórias vão surgindo quase que espontânea e simultaneamente entre os presentes, cada sujeito quer contar suas experiências, suas lutas, suas dificuldades e também os momentos de alegria, as festas e animações vividos junto com os companheiros de luta, enfim, são histórias carregadas de sentimentos, lembranças, ganhos, perdas etc. Severi (2012) faz considerações acerca da memória camponesa ao pesquisar moradores de um assentamento de reforma agrária no município de Serra Azul no estado de São Paulo. A autora diz que:

A memória da luta reordenou as memórias individuais, mas corre o risco de ser jogada ao esquecimento, na medida em que a coragem e a autoconsciência dos sujeitos têm dificuldades em encontrar ou construir espaços públicos e coletivos para se manterem vivas (p. 206).

¹ Curso realizado na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (atual IFGOIANO), entre os anos de 1983 a 1985.

² Conforme Mesquita (2009). In: Terra Livre. Ano 25, v2, n. 33.

Os trabalhadores do campo têm vivenciado situações conflituosas pelo acesso e posse da terra, que têm resultado em massacres, mortes e as expulsões, engrossando as estatísticas de pobres e desempregados, sobretudo nas periferias das cidades. Muitos destes desterrados se juntam a movimentos sociais e se põem em marcha na luta pela terra, como fizeram os assentados do Olga Benário em Ipameri (GO).

A pesquisa sobre o Assentamento Olga Benário se deve ao desejo de compreender alguns aspectos relacionados à trajetória dos trabalhadores assentados, como as experiências nos acampamentos, a motivação para entrar na luta pela terra e o aprendizado durante as marchas³ promovidas pelos movimentos sociais, no caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Muitos assentados perambularam por vários acampamentos e estiveram trabalhando em terras alheias antes de chegarem ao Assentamento Olga Benário. Conforme Silva, 1999, os trabalhadores da terra, os camponeses “Ainda que extremamente pobres, migrantes, temporários, muitas vezes escravizados em outras terras, sempre regressam à terra de origem” (SILVA, 1999. p. 53). Alguns assentados entrevistados são do município de Ipameri e andaram errantes em outras terras, como aborda a autora. Um deles é o do assentado Aparecido⁴ e sua família. Ele disse que percorreu muitos lugares à procura de terra para trabalhar. Quando ficou sabendo da demanda pelas terras da Fazenda Ouro Verde, atual Assentamento Olga Benário, decidiu entrar na luta por uma parcela. Na pesquisa procurou-se conhecer a migração, a saída de seus lugares de origem, a passagem por vários acampamentos até a chegada ao município de Ipameri. Esta trajetória foi desvelada a partir de relatos orais dos entrevistados colhidos durante o trabalho de campo.

Como foi exposto no projeto de pesquisa, apresentado no Seminário Interno do Mestrado (SIM)⁵, escolher o tema foi, para mim, um desafio, visto que as resistências, claro, por ignorância, estiveram até recentemente presentes em minha concepção acerca dos

³O jornal Sem Terra, edição de maio de 2005, classificou a marcha nacional pela reforma agrária como a maior marcha que o Brasil já viu. No dia 1º de maio de 2005, 12 mil homens e mulheres saíram de Goiânia com destino a Brasília. Percorreram mais de 200 quilômetros em 15 dias. Esta marcha foi organizada pelo MST e, segundo informações do jornal, mostrou para o Brasil e para o mundo a força da solidariedade dos trabalhadores sem terra. “Uma cidade em movimento, construída pela solidariedade e pelo sentimento fraterno que permeou os corações de todos que participaram da grande caminhada. Além do sacrifício destas pessoas, a marcha também recebeu a solidariedade dos cidadãos e das cidadãs que acompanharam as fileiras nas cidades por onde os marchantes passavam” (JORNAL SEM TERRA – Maio de 2005, p. 9).

⁴Adotou-se como critério nesta pesquisa citar apenas o primeiro nome dos assentados conforme ficou acordado entre os assentados e o pesquisador.

⁵O Seminário Interno do Mestrado (SIM) foi realizado em fevereiro de 2012 no *Campus Catalão/UFG*. De acordo com o Regimento Interno do Mestrado em Geografia *Campus Catalão*, Artigo 23, parágrafo 3º, pág. 10, “Entende-se por Seminário Interno do Mestrado (SIM) a atividade da apresentação do projeto de pesquisa, que será avaliado por Banca de Examinadores externa e será realizado após 12 meses de ingresso no Programa, sendo obrigatória a presença de todos os docentes e discentes do Programa.”

movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam por terra. Isso porque aprendi, desde muito jovem, que tudo que a mídia veicula a respeito dos movimentos sociais parece ser “verdadeiro”, desde mostrá-los como “bagunça”, “baderna”, até mostrar seus integrantes como criminosos. Só a título de exemplo, eu morava com minha avó⁶, uma camponesa que em sua maneira de ser, proprietária de uma pequena mas significativa gleba de terra, temia as “invasões” que os sujeitos dos movimentos sociais faziam, ela sempre teve medo até da expressão “sem terra”.

O que está constituído no imaginário popular pela mídia sobre os movimentos sociais, principalmente sobre os que lutam pela posse da terra, não correspondem à realidade. Muitas informações acerca da luta pela terra, produzidas e repassadas para a sociedade através dos meios de comunicação, têm sido confundidas ou entendidas como subversão da ordem. Por isso muitos trabalhadores não conseguem perceber os processos exploratórios aos quais são submetidos cotidianamente e contribuem, assim, involuntariamente para a propagação de informações que depõem contra eles próprios.

Como dizem os camponeses, “lá pr’aquelas bandas”⁷ pouco se ouvia dizer acerca de tais movimentos sociais, quando se ouvia, isso era considerado uma afronta para as famílias que arduamente adquiriam, por herança ou compra, com o “suor do rosto” seu pedaço de terra. Quando era noticiada por intermédio da Voz do Brasil⁸ algo a respeito da “tal reforma agrária”, era aquele “furdunço”, toda a vizinhança comentava. A notícia dada pela Voz do Brasil era considerada o pronunciamento do governo. O assunto gerava uma situação alarmante e muito desconfortável para aqueles que detinham grandes áreas de terra, geralmente improdutivas, como também gerava incertezas nos pequenos proprietários, que eram induzidos a temer a “invasão” de suas terras. Fui crescendo naquele meio. Como deveria eu pensar? Após leituras específicas e realização de pesquisa de campo, pude compreender esta situação que faz parte da nossa realidade, inclusive as lutas para a conquista da terra. Lembro da resistência que tive ao “dar com a cara” na realidade nos primeiros encontros com os sem-terras, e isso não faz muito tempo. Os “pré-conceitos” e quaisquer outros tipos de

⁶ Minha avó paterna, Maria da Conceição, falecida em 1997, foi quem acolheu a mim e aos meus irmãos Selma e José, quando éramos ainda crianças, devido problemas de saúde de minha mãe, os quais persistem até o presente momento. Por desconhecimento das reais intenções e da necessidade das famílias de um pedaço de terra, por não compreender os objetivos dos movimentos sociais em defesa da terra para trabalho, ela tinha muito medo. Embora não seja a mais importante, esta é uma das razões pelas quais quis mencioná-la neste trabalho.

⁷ Refere-se ao lugar onde está localizada a propriedade em que minha avó, eu e meus irmãos vivíamos e também ao entorno, onde se localizavam outras propriedades com proprietários que pensavam como minha família.

⁸ A Voz do Brasil é um programa de rádio que contém informativos do governo Federal e dos poderes Legislativo e Judiciário. É um programa com uma hora de duração que está no ar há mais de 70 anos. Informações disponíveis em: <http://www.ebcservicos.ebc.com.br/programas/a-voz-do-brasil> acesso em abril de 2012.

resistência foram aos poucos sendo superados. Hoje tenho a satisfação de ser um pesquisador nesta área e quero, inclusive resgatar a memória camponesa que tenho.

Além dos motivos já expostos que criaram o interesse em pesquisar este tema, outro fator importante é a proximidade do Assentamento Olga Benário com a área urbana de Ipameri (GO). Na região (em Ipameri, em Urutaí e em Catalão) também há universidades que têm em seus quadros pesquisadores que dedicam aos estudos dos Movimentos Sociais, com destaque para o *Campus* Catalão da Universidade Federal de Goiás, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível Mestrado, que tem despertado para esse campo de pesquisa e conta com um quadro importante de pesquisadores que, embora em número reduzido, tem dado uma grande contribuição aos estudos da Geografia Agrária com foco nos Movimentos Sociais.

Dar visibilidade à luta pela terra, contribuir para a pesquisa acadêmica e estreitar as relações de conhecimento, tanto empírico quanto teórico, constituem-se elementos que justificam a produção de uma pesquisa como esta.

A visibilidade dos Movimentos Sociais, especialmente os camponeses, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), repercute com mais ênfase nas áreas urbanas, e isso é importante, pois é preciso compreender a interação entre o campo e a cidade⁹.

A pesquisa apresentada objetiva, então, compreender a trajetória dos trabalhadores e as *labutas* diárias nos acampamentos até a chegada das famílias no Pré-Assentamento¹⁰ Olga Benário e a definitiva ocupação da Fazenda Ouro Verde¹¹. Procura-se com esta pesquisa, contribuir para a ampliação do conhecimento acadêmico, além de estreitar as relações entre pesquisador e pesquisados, e ainda dar visibilidade às lutas pela posse da terra, lutas que são causa e efeito da existência hoje, de importantes movimentos sociais, mas que se consubstanciaram desde a chegada dos europeus às terras tupiniquins.

Para a realização desta dissertação a metodologia mais utilizada foi a pesquisa de

⁹Sobre as relações entre cidade campo, ver Sposito e Whitacker (2006).

¹⁰ O pré-assentamento se constitui o momento de permanência das famílias nas terras recém conquistadas, no entanto, aguardando autorização do INCRA para a ocupação definitiva das parcelas. Nesta fase os pré-assentados recebem ajuda inicial para a construção de barracas, aquisição de ferramentas, alimentos e outros artigos de necessidade para as famílias que ainda não podem realizar benfeitorias nas terras.

¹¹ A Fazenda Ouro Verde possui uma área de 4.322 hectares. Está situada no município de Ipameri. Objeto do Registro nº R – 10 – 564, fls. 264, Livro 2-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipameri, estado de Goiás (Processo INCRA/SR-04 nº 54150.001429/2003-81), foi desapropriada com a finalidade de reforma agrária. É onde está localizado o Assentamento Olga Benário. (Diário Oficial da União – Seção 1 nº 155, de 12 de agosto de 2004).

campo instrumentalizada pelas referências consultadas, como livros, revistas especializadas¹², teses, dissertações com foco na questão agrária, no campesinato e movimentos sociais. Em pesquisa de campo, foram entrevistados trinta e sete assentados.

A entrevista possibilita “tecer” conhecimento, para ambas as partes, pesquisador e pesquisado, uma vez que há diálogos. As possibilidades diversas de informações se abrem para ambos os sujeitos. O objetivo do uso desta metodologia é obter informações do entrevistado com relação a determinado assunto. As entrevistas com os assentados do Olga Benário possibilitaram conhecer as suas trajetórias enquanto estiveram *de lá para cá e daqui pra li* em busca da terra para trabalhar e viver dignamente com a família.

Nesta pesquisa optou-se pela entrevista baseada em um roteiro contendo questões abrangentes acerca do tema. Muitos assentados preferiram que as conversas não fossem gravadas, permitindo apenas que as informações fossem anotadas. As pesquisas de campo ocorreram entre os meses de abril e dezembro de 2012. Foram realizadas trinta e sete visitas entre aquelas para reconhecimento da área da pesquisa e aquelas para as entrevistas propriamente ditas. A boa receptividade que tive durante as visitas em campo contribuíram para o alcance dos resultados desta pesquisa.

A dissertação é composta de três capítulos. O primeiro aborda questões relacionadas ao campesinato e ao movimento dos camponeses em busca da terra para trabalhar e viver dignamente com a família. Neste capítulo são apresentados alguns elementos que abordam o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Tem por objetivo compreender algumas estratégias de luta pela terra. São vislumbrados alguns aspectos relacionados ao campo e à cidade e alguns elementos dos saberes populares característicos do campesinato.

O segundo capítulo faz referências à luta pela terra, sobretudo no estado de Goiás, com enfoque para o Sudeste Goiano. Procura mostrar, em linhas gerais, a caracterização da área de estudo, o Assentamento Olga Benário, procurando entendê-lo em sua complexidade e buscando identificar alguns elementos do cotidiano dos assentados, como por exemplo, o mutirão de ajuda mútua e outras formas de realização de tarefas estabelecidas entre as famílias assentadas, que assinam a reafirmação da solidariedade como característica camponesa.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos pela pesquisa de campo. Objetiva compreender o movimento, ou seja, o itinerário dos camponeses em busca da terra. Procura

¹²Foram consultadas várias edições da Revista Sem Terra. Revista especializada do MST, que trás informações acerca da luta dos camponeses pela terra e informações sobre a questão agrária do país. Entre as edições destacam-se: Ano X nº 38 mar – abr/2007, Ano XI nº 49 Mar – abr/2009.

entender de forma geral as experiências que aquelas famílias tiveram enquanto viveram por acampamentos até chegar ao Pré-Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

Ao final, são apresentadas algumas considerações, que não são finais, no intuito de encerramento da dissertação, sinalizando que a pesquisa abordou um tema sobre o qual ainda há muito para ser desvelado. Fica a certeza de que esta dissertação é tão somente um ponto de partida, haja vista a complexidade e riqueza do tema.

1 CAMPONESES EM MOVIMENTO

[...] a gente tinha que tá saino [...] a gente quando acampa tem que fazê o movimento.

Nós fazemo a chamada ocupação, fazemo as marcha, mobilização para reivindicar créditos, então nós tava sempre se moveno, saino de um lugar, ino pra outro [...].

João (Assentado)

(TRABALHO DE CAMPO, 2012)



Foto 01: Movimento camponês em Santa Helena de Goiás (GO) (2003)

Fonte: Arquivo do assentado Flávio

*A bandeira vermelha se moveu
É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois
Puxe a faca, desarme sua mão
Fique muito tranquilo pra lutar
Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar
Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois
É o povo tomando posição
É o povo tomando direção
(ZÉ RAMALHO, Sem terra)*

1.1 Algumas considerações acerca das metodologias da pesquisa

Para a elaboração da dissertação muitas foram as atividades desenvolvidas, a começar pelo levantamento bibliográfico para as leituras iniciais e também para suporte teórico ao longo de toda a pesquisa. Feito o levantamento, procedeu-se à revisão bibliográfica. A pesquisa de campo contou com entrevistas que ajudaram a recompor os caminhos percorridos pelos camponeses até o Assentamento Olga Benário. Com as informações e dados obtidos foram organizados gráficos, quadros e mapas, aos quais foram acrescentadas fotos. Os registros iconográficos “congelam” imagens de eventos e ajudam a garantir a memória acerca dos acontecimentos, das pessoas e dos lugares. Na pesquisa geográfica, os registros iconográficos são importantes fontes para a compreensão da realidade vivida.

As fontes orais devem ser acessadas de várias formas, possibilitando resgatar o modo de vida, as lembranças das labutas diárias das andanças por acampamentos e a continuidade dessas experiências após o assentamento definitivo por meio de depoimentos, conversas gravadas e outras. Muitas experiências e aprendizados não se apagam da memória dos camponeses, tais como as reuniões para decisões em grupo, as estratégias de ações entre os participantes do acampamento, as trocas de experiências e de saberes vividos. É um dos aspectos que Pessoa (1999) destaca ao abordar as trajetórias de luta pela terra em Goiás:

[...] ao percorrer esse trajeto que o levou à terra, o agricultor passou por etapas, como o período de acampamento, de emulação intensa, em que pôde vivenciar concretamente experiências de divisão igualitária de tarefas, algumas até então muito pouco costumeiras, como homens cozinhando. Sob a extrema precariedade e transitoriedade de uma barraca de plástico preto, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com um rígido controle moral. Quem resistiu e chegou à terra recorda-se de como foi um tempo difícil, mas que também deixou saudades. Isso é expresso, sobretudo, quando os embates do dia-a-dia fazem os parceiros buscarem na memória um tempo em que tais dificuldades eram muito mais facilmente conduzidas e, frequentemente, resolvidas. Há uma reclamação quase unânime quanto ao espírito de “união”, uma realidade muito mais do tempo de acampamento do que agora, no tempo do assentamento (PESSOA, 1999, p. 234).

É como disse o assentado Flávio, “não tem como a gente lembrar tudo, foram muitas coisas que aconteceram durante a nossa trajetória” (PESQUISA DE CAMPO, 2012). O assentado Flávio disponibilizou seus arquivos fotográficos para o pesquisador. Ao manusearem as fotos, Flávio e seus pais se emocionaram ao rever, através das imagens, muitos lugares onde estiveram acampados. Lembraram de seus companheiros de luta, das marchas, das reuniões para tratarem das estratégias de luta, da produção de hortaliças ao redor do acampamento, dos momentos de medo, de angústias, de sofrimentos, mas também de

alegria, de vitórias e de esperanças. Nesse aspecto, entende-se o valor dos registros iconográficos não só enquanto recurso importante para a pesquisa, mas também para a formação da memória e da identidade na história de vida das pessoas.

As entrevistas com os camponeses do Olga Benário aconteceram em suas residências, e em momentos em que os mesmos julgaram pertinentes, com exceção de três casos: dois assentados foram entrevistados na casa do sogro e uma assentada foi entrevistada na casa da filha porque suas parcelas são vizinhas. A maioria dos assentados não foi entrevistada na primeira visita.

Santos (1997) ensina que, da mesma maneira que se valorizam as estruturas e formas, torna-se necessária a compreensão das suas funções. Santos (1997) assegura que, para compreender a forma como o espaço dos homens está organizado, é preciso observar a acumulação do tempo histórico no processo de ocupação do espaço. Nesta direção este trabalho procura compreender a trajetória construída no espaço e no tempo por aqueles trabalhadores. Tão importante como os caminhos, estradas percorridas, é a construção de saberes no decorrer do tempo em que viveram em acampamentos. A troca de experiências se constitui elemento primordial para as mudanças das formas de atuar no espaço e, conseqüentemente, para a construção do mesmo.

A observação direta, a pesquisa participante, as conversas informais, o caderno de anotações, as entrevistas, mesmo não sendo os únicos, foram instrumentos fundamentais para a realização do trabalho de campo. Esses instrumentos foram utilizados, sobretudo, na parte qualitativa da pesquisa que objetivava encontrar elementos da trajetória daqueles sujeitos nas suas andanças em busca da terra, mas alguns dados colhidos compuseram a parte quantitativa, Silva (2004).

As entrevistas durante a pesquisa de campo constituíram momentos nos quais a memória pode “entrar em cena”, haja vista que muitos acontecimentos podem vir à tona durante as conversas informais. Neste sentido Thompson (1992), aponta que: “O processo da memória depende, pois, não só da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse. Assim, é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social” (THOMPSON, 1992, p. 153).

Mesmo de posse dos materiais e aplicação da metodologia que se julga correta, muitas vezes o pesquisador se sente perplexo diante de sujeitos que, por algum motivo se negam a fornecer informações. Isto reforça o que Thompson (1992) diz com relação ao interesse dos sujeitos em participar de entrevistas. As informações podem ser mais precisas, caso haja algum interesse daqueles que estão sendo entrevistados. Neste sentido, o processo de

realização de entrevistas é considerado um momento de interação entre pesquisador e entrevistado. De modo geral, o primeiro encontro entre pesquisador e sujeito da pesquisa se dá para o conhecimento e o reconhecimento dos sujeitos e da área da pesquisa e serve para iniciar o diálogo. É a partir daí e de outras visitas que se configuram os momentos de confiança entre pesquisador e assentado. Foram feitas várias visitas ao campo para conhecer e interagir com os assentados. Desde o início as famílias se mostraram receptivas e quando era apresentado o motivo da visita, os objetivos, muitos diziam antecipadamente que queriam participar. É o caso do Sr. Claudemiro, que se prontificou a participar da entrevista na primeira visita feita em sua casa. Ele vive na parcela com a companheira e os filhos que ainda são crianças.

Particularmente quanto à observação direta, às conversas informais e à pesquisa participante, alguns cuidados são necessários. Lacoste (2006, p. 92) adverte que:

O pesquisador quer seja coletivo ou individual, não deve procurar aproveitar-se de sua pesquisa para envolver-se diretamente nas lutas políticas do grupo que estuda, pois mesmo aqueles que ele acredita ajudar não deixarão de lhe dizer, no fim de algum tempo, que ele os embaraça, que ele pretende dirigi-los e que, de toda maneira, enquanto estrangeiro, não está diretamente envolvido por estas lutas.

Lacoste (2006) afirma ainda que a Geografia não deve limitar-se a fazer apenas descrições da natureza, é preciso valorizar tudo que é produzido por meio das atividades humanas, suas construções, seus valores éticos e morais e suas participações de forma geral no espaço de vivência.

A busca pela idoneidade das informações, bem como a ética que uma pesquisa de campo requer, conduz a um modelo de pesquisa compromissado com a ética profissional e a fidedignidade dos relatos a partir dos sujeitos que farão com que o trabalho tenha confiabilidade e base para compor dados para a ciência. Apenas a empiria não é suficiente para consolidar uma pesquisa, assim como a teoria, descolada do conhecimento dos sujeitos, dos seus saberes e de suas práticas cotidianas, não tem o rigor que um trabalho científico requer.

A pesquisa de campo é um importante recurso metodológico para a produção científica de forma geral, especialmente para as que buscam compreender os movimentos sociais. Esta ferramenta aliada à observação direta, ao caderno de anotações, à pesquisa participante, às fontes orais, dentre outros instrumentos ou elementos, permite que as pesquisas avancem na compreensão da realidade complexa que compõe o campo e suas especificidades e os sujeitos que nele exercem suas atividades cotidianas. Neste aspecto a

pesquisa de campo se constituiu como elemento aliado para compreender a trajetória dos assentados do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Alentejano; Rocha-Leão (2006) enfatizam que “Deve-se compreender o trabalho de campo como uma ferramenta a serviço dos geógrafos, desde que articulada com a teoria”.

As entrevistas em campo permitem que o entrevistador tenha uma compreensão mais aguçada da realidade que é vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, ao mesmo tempo em que possibilita uma série de descobertas inerentes aos mesmos. Através da pesquisa de campo, por intermédio das entrevistas, permite-se que sujeitos que não tiveram ou não tem oportunidades de se expressarem, possam expor suas opiniões, seus pensamentos, seus projetos para o cotidiano.

Como afirma (MARTINS, 2008, p. 52) “O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano”. O autor faz considerações com relação ao senso comum e a vida cotidiana dos sujeitos. Valendo-se de aportes teóricos para a pesquisa de campo, outras estratégias¹³ de investigação a respeito dos itinerários camponeses também foram utilizadas como ferramentas de coleta durante as informações.

Uma das formas de revelações da história daqueles sujeitos enquanto estiveram *de lá prá cá e daqui pra li* está relacionada ao emprego da fotografia enquanto recurso visual que expressa não apenas momentos de luta pela terra vivendo em barracos de lona mas, a vida, o trabalho na parcela e o cotidiano dos camponeses. Os entrevistados disponibilizaram o acesso iconográfico que conseguiram ao longo do processo itinerante. Ao mostrar e descrever o conteúdo de cada fotografia era como se estivessem revivendo aqueles momentos e compartilhando com o pesquisador aquelas lembranças.

Martins (2011), em “Sociologia da Fotografia e da Imagem” afirma que:

Das formas de expressão visual da realidade social, a fotografia é aquela que ainda procura o seu lugar na sociabilidade contemporânea. Talvez porque tenha sido, por muito tempo, a mais popular de todas, ao alcance de um leque amplo de usuários e instrumentalizada por uma variedade significativa de imaginários. A que se deve agregar, em consequência, a diversidade de suas funções: das puramente técnicas às puramente artísticas, passando pelas relativas ao lazer e à memória do homem comum (p. 33).

Se uma das funções da fotografia é preservar a memória do homem comum como diz o autor, é preciso saber a importância desse homem comum. Até mesmo porque o autor

¹³ Conversas informais durante as reuniões que participei enquanto pesquisador. Durante os anos de 2011 e 2012, os camponeses reuniram-se algumas vezes nas dependências do Retiro, na antiga Sede da Fazenda e em algumas casas de assentados para tratar de assuntos de seus interesses. Naqueles momentos pude coletar informações importantes.

ressalta que “[...] a fotografia diz menos do que o acontecido [...]” (MARTINS, 2011, p. 43), a vida nos acampamentos, os confrontos, as ocupações, as marchas e outros elementos que se possa pesquisar, podem ser melhor compreendidos a partir do uso destes registros. Neste aspecto, é preciso, numa pesquisa, recorrer a outras fontes.

1.2 O camponês em busca do seu lugar de vivência

O campesinato no Brasil está em constante movimento e luta para permanecer na terra ou para voltar à terra, mesmo que seja distante de sua origem. Os camponeses têm se mostrado persistentes em seus propósitos mesmo após longos períodos de andanças pelo território brasileiro [...] O camponês brasileiro é um camponês que tem estado, recorrentemente na estrada, em busca da terra de trabalho e da constituição de um território onde possa produzir e reproduzir seu modo de vida (SOUZA, 2011, p. 20).

Quando os camponeses do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) falam a respeito de suas trajetórias em busca da terra, muitos camponeses disseram que entraram na luta porque seus pais tem origem do campo e, em muitos casos, perderam a terra para a agricultura modernizada, para os latifundiários, ou simplesmente foram tangidos pelas políticas ou falta de políticas públicas, de apoio e fortalecimento da agricultura e dos agricultores camponeses, que não sendo mais viável trabalhar por conta própria; segundo eles, os tratores e as máquinas agrícolas são muito caras e eles não tinham condições para adquirir esses equipamentos.

Alguns assentados disseram que já nasceram sem terra, embora tivessem vivido e trabalhado no campo com a família. O camponês José, disse que seu elo com a terra vem desde a infância, pois morava com os pais em um assentamento na cidade de Itaberaí, Goiás. Ele disse que foi para a luta com a companheira e os filhos em busca de um sonho: ter seu próprio pedaço de chão.

Quem luta pela terra tem afinidade com ela e com as formas de trabalho que ela certamente oportuniza. Através dos depoimentos pode-se perceber que a luta, em muitos casos, se vincula à memória que se tem da terra. Muitas pessoas quando se veem sem terra, sem teto e sem trabalho, ou com trabalho muito precário, essa memória as “chama” à terra, e aí muitas “põem o pé na estrada” e se juntam a outras que compartilham o mesmo sonho.

A pesquisa evidencia que, mesmo tendo vivido em andanças por acampamentos, na maioria das vezes longe uns dos outros e longe do lugar de origem essas pessoas procuraram a terra para viver e a mesma os tornaram irmanados dividindo os pequenos espaços dos

barracos de lona às margens de rodovias ao lado de pessoas que, embora estivessem nas mesmas condições, até então estranhas entre si, se encontraram e juntos “olharam” para o mesmo rumo, o rumo da terra para viver.

Os assentados do Olga Benário após longa espera hoje vivem e trabalham em suas próprias parcelas. Compreende-se que não seria necessária a passagem dos trabalhadores sem-terras por situações deprimentes em barracos de lona às margens de rodovias, com uma vida muito precária. Além dos transtornos inerentes à vida em acampamento, ainda estão sujeitos a ataques de jagunços de fazendeiros e, mais ainda, da mídia que se encarrega de difamá-los. Se de fato já tivesse há muito tempo sido feita a reforma agrária no país, não seria necessário tanto sofrimento hoje para ter a terra para trabalhar. Segundo Mesquita (2011) desde que os europeus pisaram nas terras brasileiras se estabeleceu a conflituosidade entre os nativos e os invasores. Primeiro os indígenas, estes tiveram que se por em marcha na luta por território, em seguida, os negros escravizados, os migrantes e os pobres em geral que são cotidianamente expulsos da terra. O campesinato produz cerca de setenta¹⁴ por cento da alimentação dos brasileiros, com trabalho familiar, cultivos e culturas muito menos danosas ao ambiente que os monocultivos capitalistas. De acordo com Silva (2012) para que o povo brasileiro tenha em sua mesa esse percentual de alimentos oriundos da agricultura camponesa, é preciso que o país fortaleça as instituições que subsidiam este setor.

Em cada conjuntura histórica no Brasil, existiram conflitos pela terra. Mesquita (2011) ressalta que o processo de exclusão é tão antigo quanto a história do país. Oliveira (1990) afirma que a expropriação dos pobres, vem desde os indígenas, passando pelos africanos aqui escravizados, pelos imigrantes até as lutas pela posse da terra dos trabalhadores em geral na atualidade. Neste contexto se encontram as famílias do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), trabalhadores e trabalhadoras que foram expropriados dos seus postos de trabalho, tanto do campo quanto da cidade. De acordo com dados da pesquisa de campo, os trabalhadores do Olga Benário realizavam trabalhos como diaristas (boias-frias), tratoristas, motoristas, zeladores de prédio, empregada doméstica, balconistas (Quadro 01, p. 66).

Paulino (2006), ao se referir aos povos africanos escravizados que se somaram aos indígenas na mesma condição, faz análise da situação.

Conforme Paulino,

¹⁴Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/agricultura-camponesa-e-o-estado-brasileiro>> Acesso em: dez. 2012.

Na luta por liberdade e por terras livres, outros povos irão se somar aos indígenas, pois o seu encontro é a garantia da liberdade que a escravidão imposta pelos ocidentais lhes roubara. Trata-se dos povos africanos, cujo contato com os europeus implicou igualmente em impactos avassaladores, pois a escravização se consumou em outro continente, tornando difícil a reconstrução de quaisquer referências que lhes permitissem a reterritorialização (PAULINO, 2006, p. 36).

O processo do movimento que Paulino (2006) aborda atinge os pobres que ao tentarem se livrar dos “senhores” acabam sendo escravizados por um sistema que há muito tem causado a desterritorialização dos trabalhadores, especialmente os do campo. Como a terra, historicamente, na maioria das sociedades, é monopolizada pelas classes dominantes, no Brasil desde a chegada dos portugueses, os camponeses têm que lutar por ela. Nessa luta, as migrações são inevitáveis, Paulino (2006). Então, as migrações são movimentos em busca de terras, que significam a própria liberdade. Por isso, é que para (MARTINS, 1995, p. 17) “[...] o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante”. Na mesma direção, Mesquita (2011), afirma que o camponês está sempre recomeçando e não são migrações espontâneas, mas forçadas em consequência de políticas que privilegiam o latifúndio.

Marques (2000, p. 13) argumenta:

O campesinato brasileiro não é um enraizado, ele é um migrante e seu deslocamento tem sido determinado em grande parte pelo avanço da propriedade capitalista sobre a terra. Ao serem expulsos ou perderem sua propriedade, eles geralmente retornam a terra, mesmo que em outro lugar [...].

O que a autora destaca, é observado no Assentamento Olga Benário, haja vista que a maioria dos trabalhadores do Assentamento estiveram na terra trabalhando como empregados e retornaram à mesma para viver com a família, mesmo sendo longe do seu lugar de origem, como aconteceu com a trabalhadora Ana Paula, uma assentada que veio com o companheiro, a filha pequena e sua mãe do município de Itaberaí (GO). O companheiro da assentada disse que gosta do Assentamento Olga Benário, mas preferia ser assentado no município onde seus pais são assentados (Itaberaí – GO). Ele disse que foi nascido e criado no acampamento e depois foi para o assentamento com os pais.

O modo itinerante, resultado do desenraizamento que Marques (2008) aborda, é condição dos assentados do Olga Benário em Ipameri (GO). A maioria dos trabalhadores entrevistados que estiveram acampados às margens das rodovias, participou de ocupações, de protestos em várias cidades, inclusive na capital do país, Brasília.

O processo excludente da formação do território brasileiro segundo Fernandes (2000) é marcado pela invasão, escravidão e pela produção do território capitalista. Isto tem posto em

“marcha” muitos trabalhadores camponeses que não tem onde morar, nem ao menos onde trabalhar. Esses processos itinerantes que os trabalhadores camponeses estão inseridos não lhes permitem acessar créditos e outros “benefícios”¹⁵, que estão ao alcance dos trabalhadores já assentados. Por isso, enquanto estão acampados, dependem de mecanismos de ajuda para sobrevivência durante aquele tempo marcado por privações em todos os sentidos, mas são “alimentados” e alimentam o sonho da e com a terra. Os assentados disseram que recebiam cestas básicas providenciadas pelo MST.

Fernandes (2000) diz que o assentamento é o território conquistado. Embora com muitas limitações, segundo os trabalhadores, para eles foi uma vitória ter chegado a terra. Um gesto simples, por exemplo, dar nome à parcela, identificá-la com nomes com significância para eles e que remetem ao sentimento atual de lembrança do resultado da luta. Isso pode ser observado na placa de identificação de uma parcela no Assentamento (Foto 02).



Foto 02: Placa de identificação de parcela no Assentamento Olga Benário. FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

A foto 02 mostra uma placa de identificação de uma parcela, situada ao lado da estrada (eixo principal), distanciada aproximadamente duzentos metros da casa dos assentados Rosamaria e Elvis. Ela confirma a conquista da terra pelos assentados que enquanto estiveram acampados não sabiam quando, onde ou como seriam suas terras. Nesse aspecto, o nome “Vitória” estampado simboliza o que o próprio nome está a revelar, é como se dissessem:

¹⁵ Crédito Moradia, PRONAF e outros.

enfim, vencemos!

É preciso compreender o que e quem são os trabalhadores sem terra, não no aspecto de conceituação propriamente dita, mas no sentido da compreensão destes sujeitos enquanto trabalhadores camponeses que lutam pelos direitos de acesso à terra, porque conforme Fernandes (2000), enfatiza que estes homens e mulheres foram expropriados da terra. O autor diz que são os desempregados, os assalariados e outros que ainda guardam a memória da terra, lutam para voltar, mesmo que para isso tenham que viver nos acampamentos. Muitos trabalhadores foram expropriados, não apenas do campo, mas também de áreas urbanas. Trabalhavam mas se sentiam “descolados” daqueles lugares. Há um número grande de desempregados que estão vivendo e executando suas atividades laborais na informalidade, isto é, quando encontram espaço para isso, é trabalho precarizado, não apenas pelas condições, mas especialmente pelos salários aviltantes. Esta é a condição da maioria dos trabalhadores pobres, e muitos engrossam as fileiras dos movimentos sociais em busca da terra.

Fernandes (2000) enfatiza que:

Os sem-terras são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela reinserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo. Suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade (p. 45).

Na mesma direção, Silva (2004) tece considerações acerca dos sem-terra respondendo a uma indagação:

Afinal quem são os sem terras? A primeira resposta, baseada na visibilidade, seria: pessoas pobres, não brancas – na grande maioria -, provenientes do campo ou das periferias urbanas e favelas. Na expressão de muitos economistas e cientistas sociais, formam o grande contingente de excluídos, como os desempregados e subempregados, os sobrantes, enfim, aqueles cujos destinos sociais não têm lugar na sociedade em que vivem, são desterritorializados, são considerados sem história, embora façam parte dela (p. 10).

Para Klaas Woortmann (1990):

Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de “celeiros de mão-de-obra”. A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa (p. 35).

A estrada é a esperança da liberdade. Na cidade “sobram”, do campo são expulsos. Muitos recuperam a memória camponesa e se juntam aos movimentos sociais em busca da terra de trabalho, mesmo que isso custe grandes sacrifícios, mesmo que tenham que migrar, migrar, migrar...

Os camponeses sem-terras, na luta pela terra de trabalho, em alguns casos saem de acampamentos, geralmente em beiras de rodovias ou em outros locais públicos, para os pré-assentamentos. Em outros casos, ocupa-se a terra improdutiva na qual se pretende trabalhar diretamente e daí eles podem ou se expulsos ou ir para acampamentos ou serem assentados. Muitos sem-terras já morreram nas várias fases da luta pela terra de trabalho, como Rose¹⁶, por exemplo, que foi atropelada por um caminhão desgovernado na estrada. São muitos os casos de pessoas que não tiveram a oportunidade de chegar à terra “prometida”.

Para retornar à terra, os trabalhadores do Assentamento Olga Benário, recorreram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Uma vez ingressos no Movimento, aceitaram as condições, mesmo precárias, de vivência tendo que se sujeitar ao processo de ocupação como forma de reconquistar a terra.

Como Rosa (2012) afirma:

Podemos afirmar que o uso do termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O uso do termo ocupação foi estratégico na formação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da Reforma Agrária no Brasil (p. 511).

A ocupação realizada pelos trabalhadores camponeses é uma se constitui em uma das formas de pressionar o Estado para que ele faça a desapropriação das terras e assente as famílias de trabalhadores e, em primeira e em última instância, se faça a reforma agrária. Isso está muito vivo na memória dos trabalhadores assentados no Olga Benário que, até recentemente vivenciaram estas ações.

¹⁶ Rose era uma trabalhadora sem-terra que, com outras 1.500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma terra improdutiva na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul. Esta ocupação foi alvo de uma feroz disputa na década de 1980. A trajetória da trabalhadora sem-terra está registrada em documentário que aborda a sensível questão da reforma agrária no Brasil, no período de transição pós-regime militar, e retrata o início de um polêmico e importante movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Rose, como muitas outras mães, deu à luz sob tetos de barracos de lona. Rose foi morta em um duvidoso acidente. O documentário se encontra disponível em: <http://socializandofilmes.blogspot.com.br/2011/12/filme-terra-para-rose.html>. Acesso em novembro de 2012.

Rosa (2012) diz:

Nas ocupações, ao fazerem a denúncia simultânea de um direito que lhes é negado e das ilegalidades perpetradas pelos latifundiários, e durante séculos acobertadas pelos governos de nosso país, as famílias que desejam ter acesso à terra passam a integrar as listas de possíveis beneficiários de projetos de assentamento rural. Depois desses primeiros árduos passos, a espera tem sido longa, como bem sabem os acampados que vivem hoje embaixo de uma lona, aguardando o seu assentamento (p. 512).

Então as ocupações são necessárias para a liberação da terra, ao menos para que se inicie o processo de desapropriação. O autor Rosa (2012) fala sobre o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso que, numa tentativa de esvaziar os movimentos reivindicatórios por reforma agrária, propôs a reforma agrária “pelo correio”. Os trabalhadores eram cadastrados e deviam esperar em casa a chamada para ser assentado. Se é algum sem-terra acreditou nisso ainda estão esperando ser chamado.

Neste aspecto, Fernandes (2000) destaca que:

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam a terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terras são os principais sujeitos dessa luta (p. 286).

De acordo com dados do DATALUTA (2012), o número de ocupações no Brasil de 1988 a 2011 foi muito expressivo e teve seu pico no ano de 1999, somando 856 ações, apresentando após esse período oscilações. Entre os anos de 2000 a 2010, as ocupações ficaram abaixo da média dos anos anteriores, voltando a ascender em 2011, com 226 ocupações. Tais informações revelam que pouco tem sido feito no sentido de resolver a questão agrária no Brasil, significando que o processo de expropriação do trabalhador camponês continua da mesma forma neste início de século XXI.

Os dados do DATALUTA (2012) apresentam o número de famílias assentadas no Brasil entre os anos de 1985 a 2011, destacando que o ano de 2005 foi o de maior número de famílias assentadas, totalizando 106.319 famílias. Esses números coincidem com a conquista da terra pelos camponeses do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), em julho de 2005 quando da imissão de posse do Assentamento. Mas certamente sem luta não é que se chegou a esses resultados.

À medida que o capital avança no campo empregando máquinas modernas e eficientes, cresce o desemprego, tanto no campo quanto na cidade. Muitos trabalhadores que não se engajam na luta pela terra, como diz Fernandes (2000), acabam tornando sobrantes da

forma como aborda Marques (2008).

Marques (2008), a respeito dos camponeses sem-terras diz que “[...] muitos se transformam em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo [...]” (MARQUES, 2008, p. 65).

Com relação ao vínculo com a terra Williams (1989) destaca que, “Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana” (WILLIAMS, 1989, p. 11). O autor se refere às transformações nas relações entre cidade e campo ocorridas na Inglaterra em função da Revolução Industrial, dizendo “[...] não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional”. (WILLIAMS, 1989, p. 12). Está se referindo a uma realidade inglesa do século XVIII, quando houve mudanças significativas em função do processo industrial, algo diferente do que ocorre no Brasil, onde o processo industrial foi tardio.

No Brasil criou-se o estereótipo do camponês atrasado, arcaico, ridículo, o Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato, conforme Mendonça (2004) se transformou em um seguimento social revolucionário, capaz de questionar o modelo de desenvolvimento e lutar por reforma agrária. “A síndrome do Jeca Tatu redundou em um preconceito acadêmico de natureza política” (MENDONÇA, 2004, p. 48). Martins (1996) afirma que o camponês é um sujeito pobre, mas, além do conhecimento popular que lhe é próprio, detém a fartura, o que representa para ele, a riqueza. Martins (1996) afirma que, “O mundo pobre do caipira e do sertanejo era um mundo de fartura” (MARTINS, 1996, p. 33). O campesinato não tolera o processo de expropriação, por isso, recria-se constantemente, isso é observado no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), onde as famílias camponesas buscam constantemente alternativas de vivência no campo: neste processo, o campesinato está diretamente ligado aos Movimentos Sociais que agrupam trabalhadores pobres do campo e da cidade na luta para retornar à terra mesmo que seja terra distante, como afirma (MESQUITA, 2011).

O processo de expropriação do trabalhador, como diz Oliveira (1990) “[...] não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país” (OLIVEIRA, 1990, p. 15).

Mas a expropriação da terra de trabalho dos trabalhadores do campo na história do Brasil não ficou restrita à Lei de Terras. O advento da república (1889) só confirma a situação.

Mesquita (2011) aborda a questão do latifúndio e o processo de resistência dos trabalhadores na trajetória de luta pela posse da terra, dizendo:

A República brasileira já nasceu sob o signo do latifúndio e da “ordem e progresso”, que inseriram o país no contexto do liberalismo. Mas a República, que resultou de um arranjo entre os latifundiários e os militares, foi “inaugurada” por um dos maiores movimentos de resistência dos trabalhadores, a Guerra de Canudos. Canudos foi combatido pela Igreja, pelos coronéis/latifundiários e pelo Estado positivista da “ordem e progresso”. A ordem em Canudos era construir uma comunidade solidária e o progresso seria entendido como o bem-estar de todos. Tratava-se de uma comunidade de lutadores que se negou a sucumbir ao latifúndio (p. 39).

O processo de resistência dos trabalhadores que Mesquita (2011) aborda é resultado de massacres e mortes de camponeses em muitos conflitos pela posse da terra. Tem feito com que os camponeses se tornem migrantes por esse país afora. Casos de massacres como Eldorado dos Carajás no estado do Pará, em Corumbiara¹⁷ em Rondônia, entre outros, são episódios mais recentes nos quais muitos trabalhadores, uns aqui, outros ali perderam a vida.

Com relação aos vínculos dos trabalhadores com a terra, Marques (2008) diz que:

A expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional. É por isso que o acesso à terra se apresenta como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador. Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno à terra é marcado por conflitos, ambigüidades e contradições, que traduzem a difícil passagem da ideologia à prática (p. 21).

Em acordo com Oliveira (1990), Marques (2008) diz que a migração camponesa vem de longe, antes mesmo da Lei de Terras de 1850, mas que se intensificou a partir da “legitimação” da posse da terra mediante pagamento. Outro elemento que põem os trabalhadores “na estrada” são os desdobramentos das próprias famílias, pois a medida que os filhos crescem e constituem novas famílias, são mais sujeitos em busca de terras.

O camponês é um sujeito involuntariamente desgarrado da terra que, desde a Lei de Terras de 1850, que negou ao camponês pobre o direito à terra lhe deixando como única alternativa que seria trabalhar em terras alheias. Martins (1996) diz que “[...] O direito de propriedade da terra que se implanta no Brasil [...], e em vigência até hoje, tem

¹⁷Sobre o Massacre de Corumbiara, ver: Mesquita (2001) Corumbiara: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995; Mesquita (2011) “A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia”.

essencialmente essa finalidade: tornar o trabalho em terra alheia, em terra dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres [...]” (MARTINS, 1996, p. 32). Ianni (2004) afirma que a Lei de Terras contribuiu para criar dificuldades de acesso à terra pelos trabalhadores, ao mesmo tempo segundo o autor, serviu para favorecer o latifúndio. Os escravizados e os migrantes, aqueles que vieram para o Brasil fugidos da crise da Europa, munidos de esperança e promessas de encontrarem terras férteis e produtivas para trabalharem, de fato encontraram terras férteis e muito produtivas, mas o acesso era restrito, porque para a massa trabalhadora restava apenas vender a força de trabalho, trabalho este mal remunerado.

É o que também afirma Mesquita (2011) quando diz que “A apropriação das terras já estava garantida aos senhores brancos e católicos, desde o tempo das capitânicas hereditárias e sesmarias, legitimadas pela Lei de Terras de 1850” (MESQUITA, 2011, p. 38).

Dessa maneira, o poder do Estado sempre está a serviço das classes dominantes, Silva (2004) diz que:

[...] a Lei de Terras põe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio de compra. Sem remontar ao período das sesmarias, em que as terras eram doadas pela Coroa portuguesa aos membros dos setores dominantes, pode-se afirmar que, a partir da Lei de Terras, *o governo continua possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda como e quando lhe aprouver* (p. 17, grifos nossos).

Esse processo significa, de acordo com a autora, a expropriação de posseiros, mas também, como coincide com o período da imigração de trabalhadores europeus para fornecer mão-de-obra às lavouras de café no Brasil, significa um modo de impedir que estes trabalhadores chegantes pudessem ter acesso à terra. A Lei de Terras foi, portanto, um arranjo político para o controle da terra e, como consequência para a subordinação dos trabalhadores e camponeses de modo geral.

Contribuindo para a discussão, Stedile (2005) faz considerações acerca da Lei de Terras de 1850, ao criticar o sistema político que, segundo ele normatizou a propriedade privada da terra em detrimento do campesinato, diz: “A Lei de Terras é também a ‘mãe’ das favelas nas cidades brasileiras” (STEDILE, 2005, p. 24, grifos do autor).

Em relação ao surgimento do campesinato no Brasil, Stedile (2005) destaca: “O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira [...] trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do estado do Espírito Santo para o sul” (STEDILE, 2005, p. 26-27). O autor fala da segunda vertente dizendo que “[...] teve origem nas populações mestiças que foram se

formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros e índios e índios e brancos e seus descendentes” (STEDILE, 2005, p. 27).

Oliveira (1991) diz que o jovem precisa continuar na terra, no entanto, o aumento da família faz com que o processo migratório e a luta por terras sejam uma constante entre os trabalhadores do campo. Neste aspecto o autor diz, “[...] O jovem precisa continuar na propriedade [...]. no entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável.” (OLIVEIRA, 1991, p. 60). Além de uma demanda por terra a partir de famílias que não tem acesso à mesma, têm-se ainda os filhos que, de acordo com Oliveira (1991), saem das parcelas e se juntam a outros grupos que lutam pela terra, tal processo resulta e ao mesmo tempo é resultado de conflitos em praticamente todo o território nacional.

Para Mesquita (2000) hoje há uma nova geração de trabalhadores que constitui uma nova frente de luta pela terra.

[...] começa a aparecer uma nova geração de trabalhadores, uma segunda geração de sem terras, sem-tetos, sem-empregos e sem-medos. São jovens, ainda meninos, que, na ausência de expectativa, começam a perceber a possibilidade de acesso à terra como alternativa viável e única esperança [...] Então esses meninos e meninas empunham as bandeiras de luta com muita coragem e determinação, afinal muitos deles já têm escola e o saber da experiência dos pais [...] (p. 11).

Os camponeses ao longo da história têm forçado mudanças no que diz respeito ao processo de enfrentamento, de luta. Junto às reivindicações e organizações, os jovens têm se despertado para a luta, fortalecendo e contribuindo para a existência de um campesinato atuante.

Nesse sentido, Marques (2008) afirma que:

A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. Mas a novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de recampesinização da família sem terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo apresenta um movimento em sentido oposto ao processo de proletarização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade (p. 65).

É importante dizer que o camponês é um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar (MESQUITA, 2011).

1.3 O Assentamento Olga Benário como lugar de chegada

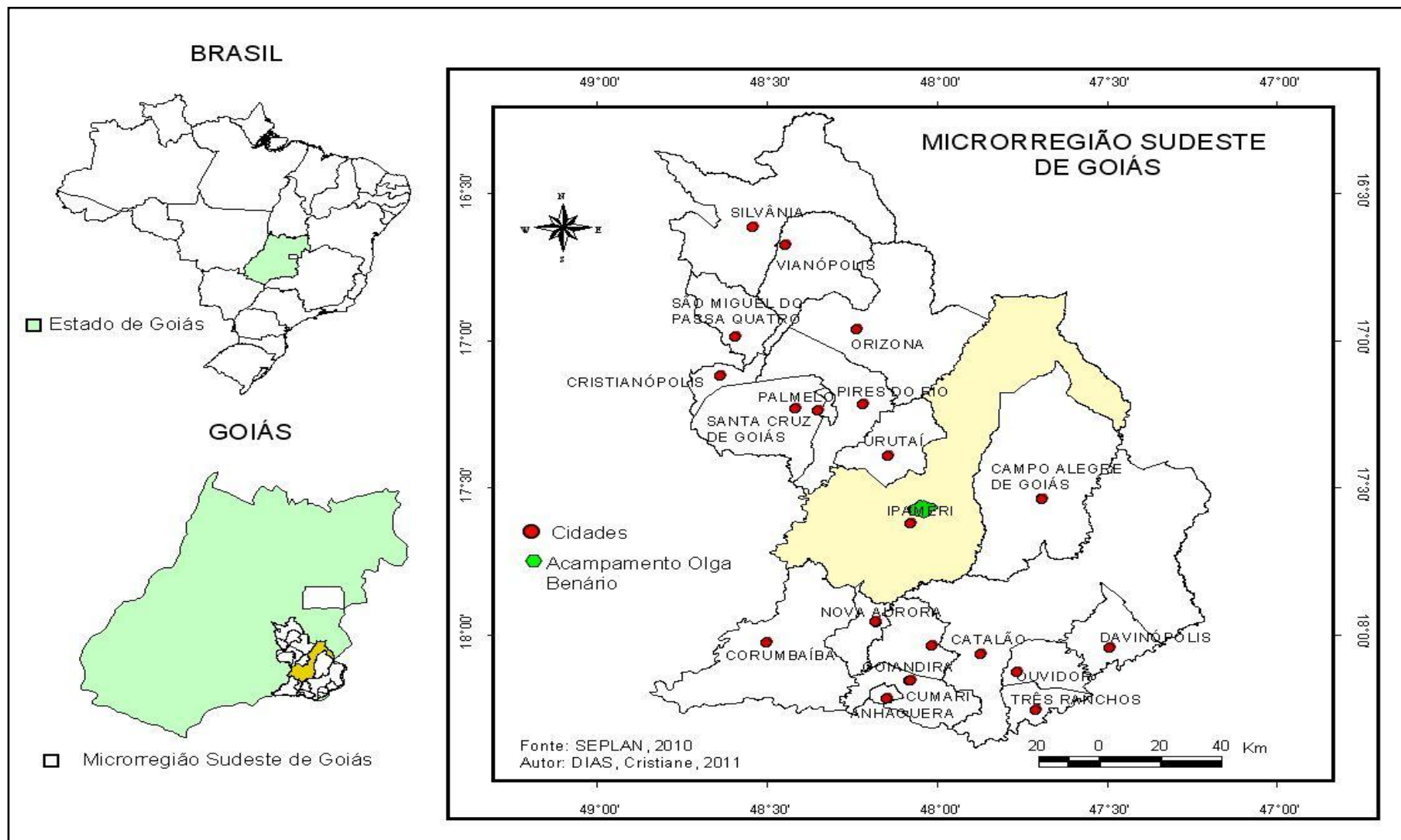
“Quando chegamo aqui, todo mundo arrumou os barraco, ficô por ali mesmo quais um ano, até o INCRA cortá as parcela do jeito que tá hoje”. João. (TRABALHO DE CAMPO, 2012).



Foto 03: Vista parcial do Assentamento Olga Benário (Retiro).
FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

A foto 03 mostra parcialmente construções da antiga Fazenda Ouro Verde em Ipameri (GO). A construção vista em primeiro plano é um galpão onde os se lidava com o gado da fazenda e ao fundo observam-se áreas de pastagens e preparo para plantações. A bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi erguida ao lado das instalações e foi ali que os trabalhadores ficaram acampados até que as parcelas definitivas fossem repassadas aos mesmos.

O Assentamento Olga Benário está localizado no município de Ipameri, ao sul do estado de Goiás. Ipameri é um dos municípios da Microrregião Sudeste Goiano e limita-se ao norte com os municípios de Cristalina e Luziânia; a noroeste, com Orizona e Urutaí; a oeste, com Pires do Rio e Caldas Novas; a sudoeste, com Corumbaíba; ao sul, com Goiandira e Nova Aurora; a leste, com Catalão; a nordeste, com Campo Alegre de Goiás, parte de Cristalina e com Paracatu, em Minas Gerais, (Mapa 01).



Mapa 01. Microrregião Sudeste de Goiás.

Fonte: SIEG Base cartográfica e mapas temáticos de Goiás.

Org: FIRMINO, W. G.; DIAS, C. (2011). Adaptado de SEPLAN, 2010 e INCRA.

Como se observou, a foto 03 mostra o Retiro¹⁸ da Fazenda Ouro Verde, local em que os trabalhadores permaneceram como Pré-Assentados até a posse definitiva da parcela. Em torno de uma construção rústica, os “posseiros do INCRA”, como diz Marques (2000) construíram seus barracos, aguardando os procedimentos de parcelamento da propriedade.

Até a chegada ao acampamento em frente à Fazenda Ouro Verde, os camponeses viveram muitos anos sob barracos de lona às margens de rodovias, sempre na esperança de conseguir a terra, foram momentos de incertezas, de dúvidas, de medo, embora fossem momentos carregados de significados. Muitos assentados disseram em entrevistas: “eu não conhecia Ipameri, nunca tinha ouvido falar desta cidade, mas como é difícil conseguir a terra, tivemos que vir pra cá” (TRABALHO DE CAMPO, 2012). As falas dos assentados revelam as angústias da espera, mesmo não sendo a região ou município em que desejavam ficar desde o início da luta, decidiram aceitar para não ter que continuarem na luta, “afinal, não se sabe quando surgiria outra oportunidade” (TRABALHO DE CAMPO, 2012). Eles afirmaram também que muitos trabalhadores não “gostaram” do lugar, por essa razão, já assentados em suas parcelas, repassaram-nas para outras famílias que estavam aguardando para serem contempladas com a terra.

É essa a história da assentada Edite e de seu companheiro. Eles assumiram uma parcela de um acampado que preferiu repassar a terra para outra família. Segundo eles, o trabalhador alegou não ter conseguido se adaptar ao lugar. O casal de assentados disse que foi até a parcela, olharam tudo detalhadamente e gostaram do lugar. De acordo com eles, estão muito satisfeitos, inclusive atribuem o fato de terem recebido a terra à fé que a família professa.

A maioria dos assentados é oriunda de municípios do estado de Goiás. Dos trinta e sete entrevistados, apenas cinco vieram de outros estados. Conforme demonstrado na pesquisa, dos trinta e sete assentados entrevistados, apenas dois são naturais de Ipameri. No entanto, todas as famílias têm experiências para contar a respeito do modo de vida itinerante em acampamentos até chegar ao Assentamento Olga Benário.

Tendo em vista as limitações para narrar as histórias dos assentados em sua totalidade, no caso, as oitenta e quatro famílias, foi feita uma discussão envolvendo as trinta e sete famílias alcançadas durante as visitas para pesquisa de campo, entre os meses de abril a novembro de 2012. Espera-se que os resultados alcançados possam representar de forma geral, as famílias do Assentamento.

¹⁸Retiro é uma estrutura montada para atender a fazenda. Conta como moradia para peões, depósitos, estábulos, pocilgas, dentre outros. Está localizado próximo a entrada principal do Assentamento.

A chegada ao Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) representa para os trabalhadores camponeses a materialização de um sonho, uma conquista, uma vitória, pela qual lutaram arduamente durante vários anos com a esperança de viver dignamente. Arantes (2011)¹⁹, em seu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Terra na Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás, enfoca elementos importantes acerca do Assentamento Olga Benário em Ipameri e assinala alguns desejos dos assentados:

Sonho de ver realizada a justiça social no campo, tão largamente defendida e tão pouco praticada. Mas, principalmente é a conquista de um objetivo dos que participaram ativamente em acampamentos, manifestações, marchas e ocupações e que tem a marca de uma organização que renova o sonho de que todas as famílias sem terra consigam um pedaço de chão para nele viver e trabalhar com dignidade. A conquista da terra, se por um lado significa a superação de um grande desafio, por outro é apenas o começo de outras lutas, talvez mais diluídas e certamente mais difíceis, por necessitar de uma organização muito mais consciente e afinada para garantir as condições das famílias permanecerem na terra (p. 19).

Em entrevistas, os assentados disseram que o ingresso em movimentos sociais para lutar por um pedaço de chão significa a superação de desafios e a preparação para o enfrentamento das condições futuras do cotidiano. As lutas da vida não param mesmo porque a vida não para.

Além das condições precárias vividas em acampamentos por onde passaram os camponeses do Olga Benário ainda precisam enfrentar as dificuldades impostas pelo modelo expropriador da agricultura moderna, afinal, a condição para produzir alimentos no campo se constitui um desafio para aqueles sujeitos.

1.4 Entre campo e cidade: modernização e expropriação

O Brasil passou por um intenso processo de modernização da agricultura iniciado na década de 1960. No entanto, isso gerou mais problemas à questão agrária, que está longe de ser resolvida (MESQUITA, 2011). A questão agrária que respeito ao acesso e posse da terra e nesse aspecto a modernização da agricultura aliada a outros fatores é responsável pela concentração de renda e de terra. A territorialização do capital no campo via agronegócio, expulsa da terra milhões de trabalhadores. Grande parte desses expropriados são os sujeitos dos movimentos sociais em busca da terra de trabalho (MESQUITA, 1993, 2001). De acordo com Mesquita (1993), a miséria avança na mesma proporção que avança a acumulação. A autora diz que:

¹⁹ Arantes é uma assentada do Olga Benário.

O processo de modernização é marcado pela transformação de pequenos proprietários, posseiros, agregados e moradores em vendedores de sua força de trabalho e os separa definitivamente da possibilidade de acesso a terra, a não ser como proletários. Dessa forma assistimos ao avanço da miséria na mesma proporção do avanço da acumulação, tanto de terra quanto de mão-de-obra de reserva, pois não há um desenvolvimento real nos demais setores da economia, capaz de empregar tal excedente (p. 16).

A autora retoma a questão da proletarização em pesquisas posteriores afirmando que grande parte dos desterrados se nega a sucumbir como proletariados.

Nas últimas décadas do século XX e no novo milênio, o Estado de Goiás passou por grande transformação, especialmente socioambiental em função da modernização da agricultura. Muitos camponeses perderam suas terras ou venderam por preços insignificantes, haja vista terem sido convencidos que suas terras não serviam para os cultivos intensivos ou outro tipo de uso.

O processo de modernização da agricultura em Goiás é marcado pela presença de migrantes do Sul do país que encontraram no Cerrado condições especiais, tanto de políticas públicas, como de terras baratas, bem irrigadas e com relevos relativamente planos que possibilitou e possibilita até hoje o uso intensivo de maquinários agrícolas.

[...] Quando us gaúcho vei
e quisero comprá as terra,
A gente vendeu u chapadão
e fiquemo c'as terra das quebrada.
Vendemo u chapadão quais de graça.
As terra du chapadão
num tinha sirvintia pra nós.
[...] Hoje a gente óia e aonde
era Cerrado é lavora.
Parece um mar... mar de soja²⁰.
(MESQUITA, 2009, p. 19-20).

Mendonça (2004) afirma que: “A modernização da agricultura é o discurso da modernidade sendo implementado nas *áreas cerradeiras*, até então consideradas inóspitas, improdutivas e atrasadas” (MENDONÇA 2004, p.225, grifos do autor). Esse fenômeno teve,

²⁰ O texto segue o formato de poema contido no documento original. Terra Livre, ano 25, V. 2 n. 33 p. 19 – 20.

e continua tendo, grande influência do Estado no que tange às políticas de financiamentos e arranjos para proporcionar os avanços do desenvolvimento da agricultura e da pecuária modernizadas hoje denominado agronegócio²¹.

A respeito da modernização da agricultura, Mendonça (2004) ressalta que a partir do emprego da máquina para o desenvolvimento das práticas agrícolas no Cerrado, o trabalhador do campo, ou o *cerradeiro*²², foi expulso do seu lugar de trabalho, tangido pelo discurso da modernidade em detrimento da forma de vida cerradeira. Esta, entre outras práticas da agricultura dita moderna, tem expropriado os trabalhadores camponeses de suas terras e aqueles já expropriados da terra, estão perdendo seus postos de trabalho.

Mendonça (2004) diz que:

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no fortalecimento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico, redundando em crescente degradação dos recursos naturais e no aumento do desemprego no campo e na cidade. Esses discursos precisam ser desmascarados e ao fazê-lo é urgente reafirmar a viabilidade social e econômica de uma ampla reforma agrária no país, com a possibilidade de combinar diferentes usos e modalidades de exploração da terra, em consonância com as condições edafoclimáticas, as vivências e as experiências já construídas (p. 167).

Na mesma linha de pensamento, Thomaz Junior (2010) analisando as forças produtivas/destrutivas no campo, diz que: “Um número cada vez maior de trabalhadores está sendo substituído pelas máquinas, outro tanto sendo expulso das terras, para dar lugar aos grandes conglomerados ou grandes proprietários de terra [...]” (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 199).

Muitos trabalhadores camponeses ao perderem seus postos de trabalho, tiveram que se sujeitar aos “gatos”²³ sendo obrigados a saírem de suas casas todos os dias muito cedo, de forma desconfortável e arriscada, em caminhões ou ônibus sem as mínimas condições para transporte de pessoas. Estes camponeses são utilizados principalmente para a colheita da cebola, do tomate, da batata e outros cultivos, e assim são convertidos em trabalhadores

²¹Ver Mendonça (2004) páginas 225 – 231.

²²Ser *cerradeiro* não é um atributo de quem nasce nas áreas do Cerrado, ou seja, não é um “atributo do território”. A condição de ser *cerradeiro* implica na compreensão da relação simbiótica do ser social com a natureza, que resulta que em ser uno, sem estabelecer as dicotomias impostas pela racionalidade iluminista e mais tarde científica. [...] Ser *cerradeiro* é ser diferente entre as muitas diferenças construídas pelos povos *cerradeiros*. É valorar ações e atitudes que escapam aos olhos dos racionalistas científicistas que interpretam os territórios, os lugares, as regiões a partir das megaestruturas políticas e econômicas, sem, contudo, enxergarem que elementos da cultura e das formas de expressão dos povos *cerradeiros* podem ser apropriados para uma ação política emancipadora. (MENDONÇA, 2004, p. 327). (grifos do autor).

²³Gato é o empregado contratado pelo patrão/proprietário para “arrebatar” a mão-de-obra. O papel do “gato” é “pegar” o serviço e intermediar e assim “livrar” o proprietário dos incômodos e inconvenientes de recrutar trabalhadores, cuidar do transporte e fiscalizar o trabalho (MESQUITA, 1993, p. 110-111).

temporários (bóias-frias), Mendonça (2004).

Os entrevistados do Assentamento Olga Benário, confirmam o que Mendonça (2004) e Thomaz Junior (2010) destacam ao dizerem que a “abertura” do Cerrado para o cultivo, principalmente da monocultura da soja, expulsou os trabalhadores, mesmo aqueles que tinham uma pequena propriedade onde cultivavam para auto consumo. Embora hoje estejam na terra, sua terra, as condições de trabalho continuam muito difíceis por conta de problemas de ordem estrutural vinculados aos órgãos governamentais, ou outras ingerências políticas que devem ser destacadas nesta pesquisa, como foram relatados pelos próprios assentados.

O discurso de legitimação da modernização da agricultura enfatiza que as áreas urbanas se constituem melhor lugar para se viver, e tantas outras falácias. É o discurso do moderno que ocupa espaço entre os trabalhadores que, de tanto ser repetido, acaba tornando “verdade”. É muito comum ouvir esse discurso em momentos de “crise” no campo ou em momentos de dificuldades financeiras dos camponeses que já se encontram instalados no campo, os quais vêm nesse discurso, elementos que justificam suas decisões em deixar suas terras. Sempre aparece alguém que representa muito bem a “banda” do agronegócio para discursar e convencer o camponês que ele precisa mudar de trabalho, procurar outra “coisa” para fazer... e assim vai (des)construindo uma história que foi edificada ao longo de gerações. Não se perde apenas as oportunidades de trabalho, mas, os saberes, os costumes e um leque de conhecimentos que foram produzidos e reproduzidos por várias gerações.

Vale dizer que o agronegócio é o arranjo do capital no campo que mais tem expulsado trabalhadores proprietários ou não. Uma das formas encontrada pelos camponeses para resistir é o ingresso nos movimentos sociais para enfrentamento com latifúndio e agronegócio.

Fabrini (2010) faz considerações acerca da resistência camponesa frente ao modelo de agricultura capitalista que sucumbe os saberes e os conhecimentos camponeses acumulados ao longo das gerações, mas, ao mesmo tempo, os camponeses resistem e se recriam a partir de suas próprias estratégias, algo complexo e difícil ou quase impossível de ser compreendido por muitos, inclusive pesquisadores. Os camponeses que resistem nos acampamentos e, posteriormente nos assentamentos são aqueles que se negam a sucumbir ao sistema capitalista.

Nesse aspecto o autor diz:

No processo de enfrentamento entre a agricultura camponesa e a capitalista, os assentamentos de reforma agrária destacam-se como importante território camponês (fração do território) em que novas e antigas sociabilidades são reavivadas e recriadas com a conquista da terra. Nos assentamentos, ergue-se um conjunto de saberes e conhecimentos secularmente acumulados, ou seja, saberes que estavam sendo erodidos e perdidos com a expulsão e expropriação dos camponeses e que são recriados e recuperados como estratégias de existência pela resistência dos camponeses (p. 82 – grifos do autor).

Fabrini (2010) ressalta a importância da recuperação dos saberes camponeses que estavam sendo soterrados e estão sendo resgatados e transformados em oportunidades presentes e futuras, conferindo, desta forma, a continuidade e existência daqueles sujeitos.

A partir de 2000, aproximadamente, com o estreitamento de laços entre o MST e a Via Campesina, a preocupação com o fortalecimento e recuperação de uma agricultura camponesa tornou-se mais evidente. O saber camponês, que foi entendido como inimigo do progresso, agora está sendo reconhecido, quando buscam conhecimentos do passado para garantir melhores condições de vida no presente e se projetar no futuro. A recuperação de saberes tradicionais acumulados secularmente não é volta romântica, saudosista e nostálgica ao passado, mas condição de existência presente e projeção no futuro (p. 84-85).

O capital se apropria da força de trabalho dos camponeses e de seus conhecimentos seculares. É evidente que para continuarem existindo, muitos trabalhadores têm procurado formas de não se “apartar” da terra.

Muitas vezes, mesmo depois de assentados os camponeses precisam se sujeitar a trabalho fora da parcela, pois o que conseguem não é suficiente para atender as necessidades da família. Vários assentados do Olga Benário ainda têm que trabalhar para fazendeiros ou em alguma empresa na cidade para garantirem uma pequena renda extra para o sustento da família. Acredito que esta pesquisa, possa ajudar a compreender o movimento dos camponeses no campo brasileiro de um modo geral e especialmente no Assentamento Olga Benário em Ipameri.

Ao tomar como referência as discussões propostas por Inocêncio (2010) ao pesquisar os projetos do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro Para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) no Sudeste Goiano, procura-se compreender alguns elementos acerca do agronegócio e com isso a expulsão do trabalhador camponês de terras do Cerrado. O processo de ocupação das áreas do Cerrado pelas empresas rurais financiadas pelos programas de desenvolvimento da agropecuária tem expulsado os camponeses do seu lugar, gerando muito desemprego nas cidades. Esse processo é analisado pela autora, que diz:

O agronegócio no território do Cerrado gerou dentre outras coisas: redução da área de cultivos tradicionais como o arroz, o que contribuiu para o aumento da fome; desencadeou a expulsão do homem do campo, tanto pequeno proprietário quanto trabalhador; gerou desemprego; criou hábitos culturais desvinculados da tradição local, dentre tantas outras mazelas sociais (p. 210).

Inocêncio (2008) continua em sua análise e faz crítica a algumas abordagens da modernização do Cerrado:

As análises são produzidas a partir das ações da modernização da agricultura no Cerrado. [...] E a opção é a de focar a dinâmica do circuito produtivo, a partir dos transportes, sem esquecer, das ações sociais maléficas dessa atividade que foi implantada, desconsiderando toda a história do “povo cerradeiro” (p. 210, grifos da autora).

Na mesma linha de pensamento, Matos (2011) reforça que um dos fatores de desenraizamento do camponês no Sudeste Goiano é a inserção de monoculturas como a soja, milho e algodão. Ipameri, segundo pesquisas realizadas pela autora, ocupa a segunda posição no Sudeste Goiano com relação ao cultivo de soja, perdendo apenas para Catalão. Para o agronegócio, esses dados²⁴ são vantajosos, fazendo com que os protagonistas desse setor adquiram mais terras expulsando com isso mais pessoas do campo e empurrando-as para as cidades, sobretudo para as áreas com pouca ou nenhuma infra-estrutura.

Embora vivendo em condições precárias nas cidades, os trabalhadores camponeses ou descendentes não perderam a identidade com a terra. Ao voltarem para ela, resgatam suas habilidades de agricultores, sobretudo na produção de alimentos. Em poucos anos vivendo na terra, o que se nota na parcela de muitos assentados do Olga Benário é suficiente para afirmar que os sujeitos que lutaram pela terra rememoram os vários saberes que estavam “esquecidos” e não eram mais praticados devido às condições de vida que eram submetidos na cidade. Observe a foto 04, que mostra um assentado trabalhando na parcela.

²⁴No Sudeste Goiano, as lavouras predominantes são os cultivos de soja. Alguns municípios apresentam produção mais volumosa em relação a outros, [...]. Dentre os municípios produtores de soja, Catalão ocupou, em 2008, o primeiro lugar, com 243.200 toneladas; seguido de Ipameri, com 214.400 toneladas; Campo Alegre de Goiás com 177.840 toneladas e Silvânia com 156.000 toneladas. [...]. (MATOS, 2011, p. 197).



Foto 04: Assentado trabalhando na parcela (colhendo mandioca).
FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

Era final de tarde, o sol ainda brilhava entre as “frestas” da vegetação do Cerrado, quando cheguei à parcela do Sr. Vitório. Em sua casa se encontravam, além dele, sua companheira e um filho que estava visitando-os naquele dia. Muito atencioso, falou dos sonhos com a terra e, mesmo após um dia de trabalho exaustivo, o camponês quis mostrar a plantação de mandioca que é próxima a residência. Seguimos até a área de cultivo; deparei-me com uma área de cultivo de mandioca muito bem cuidada. Isso mostra a habilidade dos camponeses, reafirmando a necessidade da reforma agrária. O casal de assentados colhe, beneficia e vende em torno de 50 kg dos derivados de mandioca por semana. É a fatura para a família e o abastecimento para a comunidade.

A produtividade do cultivo de mandioca confirma os dados que o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) apresenta em relação à produção camponesa. De acordo com os dados, o cultivo da mandioca é responsável por elevado percentual de alimentos que vai para mesa dos brasileiros.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) reconhece a importância da produção familiar no contexto geral da economia do país, e vale ressaltar ainda que se as atividades são praticadas pela própria família, que nestes casos ainda precisa de ajuda externa, isso comprova também a eficiência desse modelo no que diz respeito ao

emprego de mão-de-obra que é significativamente maior que o seu par oposto: o agronegócio.

As propriedades familiares representam mais de 84% dos imóveis rurais do país e estão presentes em mais de 4,1 milhões de estabelecimentos no meio rural brasileiro. São também responsáveis por, aproximadamente, 40% do valor bruto da produção agropecuária, 80% das ocupações produtivas agropecuárias e parcela significativa dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, a exemplo do feijão (70%), da mandioca (84%), dos suínos (58%), da bovinocultura de leite (54%), do milho (49%) e de aves e ovos (40%). Estes produtores têm sofrido ao longo dos anos um processo de redução nas suas rendas, aliado a seu incipiente nível organizacional e às limitações relacionadas às suas bases produtivas e às formas de comercialização. Boa parcela deste processo de empobrecimento pode ser explicada pela pouca oferta e pela baixa qualidade dos serviços públicos voltados para eles, os quais poderiam viabilizar a inclusão socioeconômica destes agricultores (PDA OLGA BENÁRIO, 2006/7, p. 137).

Embora os números citados pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) sejam significativos, não há indicativos que este seguimento socioeconômico não seja marcado pela pobreza.

Josué de Castro sugere alguns caminhos para aumentar e garantir alimento, principalmente nos países mais pobres, entre outras sugere “Maior e melhor utilização da terra através de técnicas capazes de transformar os solos de rendimento baixo ou nulo em solos cultiváveis de alto rendimento agrícola”. (CASTRO, 2003, p. 60). Embora a proposta do autor tenha se concretizado, o resultado é desolador pois o aumento da produtividade vinculado a potencialização das técnicas, acabou gerando, por um lado concentração fundiária e de rendas, e pelo outro fome e miséria entre aqueles que já eram pobres, mais pobres ficaram. Não se está dizendo que Josué de Castro tenha “errado” o que está errado é o próprio modelo de desenvolvimento do país, ancorado na produção de *commodities*.

A maioria dos assentados disse que precisa de assistência técnica, quando questionados acerca do que deve ser melhorado no Assentamento Olga Benário. Isto comprova o que acabou de ser dito com relação ao atual modelo produtivo.

A partir dos resultados obtidos em pesquisa de campo, descobriu-se que há camponeses que estavam inseridos no agronegócio como operadores de máquinas, diaristas, vaqueiros e outras atividades em fazendas em vários municípios goianos, ou seja, eram tão somente consumidores e com baixo poder aquisitivo. Com o assentamento as famílias do Olga Benário passam a produtores de alimentos para autoconsumo e para o mercado regional a produtores de alimentos para a mesa dos consumidores brasileiros, como se refere o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA). As ações desenvolvidas pelas famílias assentadas asseguram os conhecimentos e valores culturais que lhes são próprios, inclusive a valorização da mesa farta.

O assentado Aparecido disse que trabalhava como arrendatário na monocultura da soja, ele afirmou o seguinte: “eu era um plantador de soja, quebrei naquela época da ferrugem da soja, eu esperava uma colheita boa, mas com a doença da ferrugem não colhi quase nada, aí foi onde eu resolvi entrar para o movimento para conseguir a terra” (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

Aparecido não é o único camponês entrevistado que enfrentou o que seria contornado facilmente pelos agropecuaristas, mas incontornável para um pequeno arrendatário. Existem camponeses decepcionados ou descrentes com a forma como são explorados pelo agronegócio, mesmo assim são influenciados pelo sistema capitalista que está impregnado nas relações homem/natureza. Nesse sentido, muitos insistem em trabalhar e produzir de acordo com os modelos impostos pelo sistema de produção capitalista²⁵. Esta preocupação foi apontada por Aparecido, que afirmou pretender cultivar toda a parcela com soja. Segundo ele, tem garantia de venda da produção, enquanto outros cultivos é preciso conquistar o mercado e isso em Ipameri é praticamente impossível. Ele disse “Eu já estou com cinquenta anos de idade, não posso ficar esperando mais nada não, preciso fazer alguma coisa” (TRABALHO DE CAMPO, 2012). A sua preferência é o cultivo de soja e também pretende cultivar milho irrigado para comercialização nas entressafras e disse ainda que tem interesse em implantar uma piscicultura, além de outras atividades que possam contribuir para o desenvolvimento da família no campo. O assentado justifica dizendo: “não adianta ter a terra e não produzir”.

Sobre o espírito “empreendedor” que os agricultores capitalistas tem com relação a aquisição de mais áreas para cultivo é o que Inocêncio (2010) diz, que ao adquirirem terras “novas”, ou seja, terras até então não incluídas na produção capitalista, uma das primeiras providências é fazer o desmatamento. Em muitos casos, o desmatamento é feito à base do correntão²⁶, não sobrando nada por onde ela passa, ou seja, o Cerrado fica completamente arrasado, “[...] Vi num caso de hora, um pedaço de Cerrado sumi. Foi dirrubado cum correntão. A terra ficou nuinha... faiz dó! [...]” (MESQUITA, 2009, p. 20).

As Comunidades Camponesas que habitam essas áreas são empurradas para as áreas urbanas ou outras, sem que haja sequer reconhecimento dos valores e saberes construídos ou adquiridos através das gerações. Os animais que não perdem a vida imediatamente após a quebra do Cerrado, acabam fugindo *praqui prali*, afinal não tendo mais para onde correr,

²⁵O assentado Aparecido disse que deseja desmatar sua parcela, “fazer a correção do solo” e cultivar soja. Segundo ele, os resultados aparecem em um curto espaço de tempo, enquanto outras atividades podem demorar muito para um retorno dos investimentos. (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

²⁶ O correntão é um sistema pelo qual uma corrente gigante é ligada a dois tratores e arrastada sobre o Cerrado, derrubando tudo pelo caminho. Depois é só juntar a madeira, “tocar” fogo e vender o que sobrar como carvão. (INOCÊNCIO, 2010, p. 236).

muitos vão para as cidades ou são atropelados em rodovias. Mesquita (2009) faz discussão acerca do processo de devastação do Cerrado e aponta a questão da modernização da agricultura e o processo de destruição dos rios através da construção de barragens para a produção de energia elétrica mostrando que são processos que expulsam os camponeses da terra, causando o rompimento de teias de relações sociais centenárias.

Mesquita (2009) satiriza acerca de tal modernização, apresentando questionamentos instigantes:

Cadê a terra que tava aqui? O agronegócio comeu. Cadê o agronegócio? Foi se juntar ao hidronegócio. Cadê os dois? Foram tirar a terra, a água, a comida, a casa, a família, os amigos... dos camponeses Cerradeiros. Cadê os camponeses Cerradeiros?... estão se organizando... enquanto “seu lobo” se apronta. E cadê o lobo? Tá aqui, tá ali, tá em toda parte (p. 6).

Devido ao avanço do capital no campo, como aborda a autora, muitos trabalhadores camponeses migram para os fundos de vale²⁷. Geralmente, estes são lugares onde já viviam muitas famílias camponesas. E aí sofrem outro processo de expropriação com o hidronegócio²⁸ para exploração do potencial hidroelétrico, como pondera Mesquita (2009). Em nome do progresso²⁹, muitos camponeses perderam e continuam perdendo suas terras e com estas, suas referências.

Os expropriados, tanto de terras como de postos de trabalho, vão para as cidades em busca de condições de sobrevivência, porém, não perdem a memória camponesa e muitos, mesmo depois de experimentarem várias atividades urbanas, se “aventuram” e ingressam nos movimentos sociais para retornar à terra, mesmo que seja distante³⁰ de suas origens. Isso foi constatado em pesquisa de campo, ao deparar com trabalhadores que saíram de outras cidades do estado de Goiás e de outros estados brasileiros, e se organizaram em movimentos sociais em busca da terra. O movimento social a que se refere esta pesquisa é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que organizou os acampamentos e pressionou o

²⁷Conforme Silva (2004) e Fernandes (2012). Acampamento Dicionário de Educação do Campo.

²⁸O processo de destruição do Cerrado pelo agronegócio e pelo hidronegócio afeta toda a sociedade, e o campesinato é o seguimento social comprometido mais fortemente, pois são homens de lida direta com a terra, afinal é a terra seu principal meio de vida e perder a terra é ser expropriado da cultura, das tradições, do modo de vida e da cidadania pelo rompimento de teias de relações centenárias. (MESQUITA, 2009, p.18).

²⁹As chuvas mínguô, os animal, os bicho sumiro, As água baxô muito... Diz que é pogrresso! Num sei não... Cada pessoa fala dum jeito. Num sô istudado, num sei muita coisa, num sei se vai risurtá im coisa boa. (MESQUITA, 1993, p. 7), (2009, p. 20).

³⁰Entre os entrevistados do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), comprovou-se que a distância, para muitos assentados, não se constitui obstáculo quando se trata de lutar pela terra. Cita-se o caso do J. O., que saiu de Rio Grande do Norte e perambulou por muitos lugares até chegar em Goiás onde, após vários anos sob barracos de lona, conquistou seu pedaço de terra.

INCRA para a agilização do processo de desapropriação.

Para ter a posse da terra, os trabalhadores passam por etapas: organização, ida para acampamentos, participação nas marchas (Hino da marcha anexo 5) e ocupações. Assim, vão construindo a trajetória até que sejam definitivamente assentados. Muitos sonhos, alegrias, companheirismo são igualmente compartilhados enquanto estão acampados, é o que diz Caldart (2004) em “Pedagogia do Movimento Sem Terra”. A autora faz considerações acerca da dinâmica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e sua atuação, no sentido de valorizar o presente, sem perder de vista o passado, assim percebe-se a preocupação em conhecer o passado para compreender o presente.

Pessoa (1999) ao realizar pesquisas em assentamentos de reforma agrária no estado de Goiás, diz que o camponês adquire, na condição de acampado experiências múltiplas. Mesmo vivendo de forma precária, os camponeses compartilham aprendizados, experiências e se mostram interessados em ajudar uns aos outros. O autor destaca esse fato quando os assentados falam das experiências de vida, enquanto permaneceram em acampamentos sob barracos de lona às margens das rodovias ou mesmo em áreas ocupadas vivendo como Pré-Assentados.

Pessoa, 1999, ressalta:

Sob a extrema precariedade e transitoriedade de uma barraca de plástico preto, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com um rígido controle moral. Quem resistiu e chegou à terra recorda-se de como foi um tempo difícil, mas que também deixou saudades. Isso é expresso, sobretudo, quando os embates do dia-a-dia fazem os parceiros buscarem na memória um tempo em que tais dificuldades eram muito mais facilmente conduzidas e, frequentemente, resolvidas. Há uma reclamação quase unânime quanto ao espírito de “união”, uma realidade muito mais do tempo do acampamento do que de agora, no tempo do assentamento (p. 234).

Durante a realização da pesquisa de campo no Assentamento Olga Benário ouviu-se, com certa frequência, queixas de assentados a respeito de vários problemas. Entre as reclamações muito se ouviu acerca dos problemas da falta de liberação de créditos e de atenção com relação à assistência técnica para acompanhar e avaliar seus projetos. Os assentados afirmaram que o governo deveria dar mais atenção para os assentamentos. Enfatizaram também que, só “dar a terra” não é Reforma Agrária.

O camponês que até recentemente não tinha sequer um teto para abrigar com sua família, não terá, em pouco espaço de tempo, recursos para implementar as atividades produtivas em sua parcela sem que haja a contrapartida do governo, como a desburocratização do sistema de financiamento e liberação de créditos para aquisição de ferramentas,

equipamentos e outros objetos necessários à realização das tarefas básicas inerentes às práticas camponesas. Os assentados afirmaram que o processo burocrático dos órgãos públicos do Estado dificulta as negociações. Assim evidencia que há uma grande luta para entrar na terra e agora outra mais acirrada para permanecer na mesma.

De posse dos dados coletados durante as visitas a campo no Assentamento Olga Benário, constatou-se que muitos problemas, como a falta de assistência e outros já citados neste trabalho, não eram do conhecimento dos trabalhadores enquanto estes estavam acampados. Alguns trabalhadores disseram que se soubessem dos problemas futuros (os vividos atualmente) teriam desistido da luta³¹. Um camponês entrevistado disse que se soubesse dos problemas que poderia encontrar no futuro Assentamento, certamente não abandonaria o trabalho anterior para ingressar na luta pela terra, isso foi mencionado pelo Sr. José que, disse ter um caminhão antes de ingressar na luta pela terra e sobrevivia com os recursos angariados com os fretes que fazia. Com a posse da terra, sem as condições que foram expostas anteriormente, não teve alternativa, a não ser vender o veículo para aplicar na construção da casa e em outras benfeitorias como cercas, cocheiras e currais. Para a construção das benfeitorias e outras atividades na parcela, os assentados adquirem o que “necessitam” na cidade (Ipameri), inclusive mão-de-obra para ajuda em algumas atividades.

1.5 Reflexões a partir do Assentamento Olga Benário acerca das relações campo cidade

*“[...] a cidade se alimenta daquilo que o campo
ao seu redor produz [...]”.*
(WILLIAMS, 1989, p. 75)

Campo e Cidade são duas categorias de análises que tem despertado o interesse de estudiosos, especialmente os da ciência geográfica. A partir da segunda metade do século XX, com o advento da modernização da agricultura, o campo passou a ser compreendido como lugar de geração de rendas, ao mesmo tempo em que se esvaziava demograficamente. Fernandes (2000) afirma que “O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra” (FERNANDES, 2000, p. 281).

O discurso da modernização exerce o papel de convencimento, ao apontar o campo como lugar de atraso, enquanto a cidade representa lugar de oportunidades e possibilidades.

³¹Os resultados da pesquisa de campo mostram que 60,9% dos entrevistados recomençariam a luta pela terra, se fosse necessário, enquanto 39,1% não fariam outra vez. Esse resultado pode refletir não a falta de interesse do camponês em lutar pela terra, mas o descaso do governo com as causas camponesas.

Esta ideia do campo como sendo lugar do atraso é rompida através da luta de homens e mulheres que ingressam em movimentos sociais e vão para os enfrentamentos, mesmo sabendo dos riscos de repressões e massacres.

A relação campo cidade de acordo com Williams (1989) é compreendida a partir da ação dos povos primitivos, quando passaram a desenvolver outras atividades para garantia de sobrevivência como a pesca, a caça. Isso propiciou uma divisão de trabalho, que levou ao surgimento das primeiras cidades e impulsionou o processo de urbanização intensificado na atualidade.

É do campo que são extraídos os alimentos e o que as pessoas necessitam para sobrevivência. As contradições entre o campo e a cidade não são problemas da atualidade, Williams (1989) diz que:

O Campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre o campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à antiguidade clássica (p. 11).

A dicotomia entre campo e cidade é antiga, no entanto, como já foi mencionado, tem se alternado ou modificado conforme os interesses do capital. Williams (1989) enfatizou as diferenças entre campo e cidade em épocas e lugares diferentes, fora da nossa realidade, porém suas ideias estão atualizadas acerca destas questões que estão ainda em evidência.

Os conflitos entre campesinato e agronegócio, refletem diretamente na cidade, tendo em vista a expulsão dos trabalhadores do campo para as áreas urbanas, principalmente para as áreas periféricas. Não se trata nesta pesquisa de compreender minuciosamente as relações campo cidade, mas visa entender a dinâmica a partir da inserção do Assentamento Olga Benário na cidade de Ipameri e as questões levantadas acerca da realidade itinerante, além de ressaltar alguns elementos do cotidiano dos assentados.

Ribeiro (2006) ao referir a elementos relacionados à questão cultural do povo brasileiro retrata algo que diz respeito ao arcaico e o moderno reiterando que “Mesmo as populações rurais e as urbanas marginalizadas enfrentam resistências, antes sociais do que culturais, à transfiguração, porque umas e outras estão abertas ao novo” (RIBEIRO, 2006, p. 227). Analisando o camponês brasileiro, o autor diz que “o brasileiro comum se construiu

como homem “tábula rasa”³², mais receptivo às inovações do que o camponês europeu tradicionalista, o índio comunitário ou o negro tribal” (RIBEIRO, 2006, p. 227).

A maioria dos entrevistados do Olga Benário disse que o interesse pelo campo sempre esteve ligado à vocação pela terra ou a vida no campo. A assentada Everta³³ disse que sempre teve vontade de ir para o campo porque na cidade é muito difícil criar os filhos. Ela ressaltou entre outros motivos que permanecer no campo significa apoiar o filho que também é um assentado do Olga Benário. Segundo a assentada, o fato de estarem no campo contribui para uma forma de vida longe da agitação da cidade. Esta forma de compreender a vida no campo e na cidade, de forma geral está em acordo com o que afirma Williams (1989).

O espaço rural e urbano vai muito além da diferenciação entre campo e cidade, haja vista o processo de transformação por qual passou a sociedade até os dias atuais. Nesse aspecto entende-se que há a necessidade em compreender o rural e o urbano, embora não seja esse o foco principal desta pesquisa.

O conhecimento do homem, tanto do campo quanto da cidade é muito importante principalmente do ponto de vista cultural. A partir deste pressuposto propõe-se compreender algo relacionado aos saberes camponeses tendo como referência algumas famílias do Assentamento Olga Benário.

1.6 Saberes como uma alternativa para a permanência na terra

“O conhecimento produzido, acumulado e comunicado constitui a cultura que, por sua vez, é a fonte do aprendizado e da socialização de novos sujeitos.”
(PESSOA, 1999, p. 266)

Os trabalhadores camponeses do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) em sua maioria têm suas origens no campo³⁴, assim detém conhecimentos e saberes que são próprios dos camponeses, tais saberes são transmitidos de geração para geração, inclusive múltiplos conhecimentos da fauna e da flora, especialmente a composição paisagística do Cerrado brasileiro. Com relação a tais conhecimentos, Dias e Laureano (2009) ressaltam:

³² Estado de vazio total que caracteriza a mente antes de qualquer experiência. Para os empiristas, a mente era uma tabula rasa. Expressão latina que significa “tábua lisa, vazia”, referindo-se à possibilidade de nela se registrarem sinais (BORBA, 2004, p. 1331).

³³ Esta assentada mora em sua parcela com o companheiro. Ela disse que uma das razões de estar hoje no Assentamento, é a necessidade de estar com a família no campo. Ela afirmou que a vida na cidade é muito agitada, por isso prefere viver em sua parcela de terra (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

³⁴ Conforme dados da pesquisa de campo, 40,5 % dos assentados do Olga Benário trabalhavam em atividades relacionadas diretamente com o campo.

Os conhecimentos tradicionais são produzidos e transmitidos de maneira muito diferente dos conhecimentos científicos, gerados nas universidades. Assim, eles não devem ser tratados de modo igual, mas sim de maneira adequada ao contexto em que são gerados (p. 20).

Os conhecimentos tradicionais que os autores estão se referindo são regulamentados pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001³⁵, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência desta para sua conservação e utilização. Dias e Laureano (2009) informam que as imposições da Medida Provisória têm força de Lei, embora não seja:

A permissão para qualquer pessoa, empresa, indústria ou pesquisador ir até uma comunidade, apropriar-se de uma planta medicinal e do conhecimento tradicional sobre o seu uso e transformar essa planta em um medicamento, é regulamentada por uma Medida Provisória, chamada MP 2.186-16/01, assinada pelo Presidente da República, em 23 de agosto de 2001 (p. 199).

A medida provisória mencionada pelos autores dispõe acerca do acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional das comunidades que vivem no campo, mas, os saberes são compreendidos a partir da realidade de cada família. O que é fundamental para algumas pode não ter a mesma importância para outras, é assim que se percebe a realidade entre as famílias no Assentamento Olga Benário.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) as espécies de plantas medicinais nativas do Cerrado, de uso corriqueiro pelos camponeses são variadas e muitas são utilizadas pelas famílias assentadas tendo como base o conhecimento empírico passado de geração para geração. As plantas medicinais nativas do Cerrado são interessantes do ponto de vista da medicina popular e muitas espécies estão presentes no Assentamento Olga Benário e o uso das plantas medicinais do Cerrado é corriqueiro para algumas famílias do Olga Benário. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (2006/7) esclarece:

Além dos fatores econômicos, a utilização de plantas medicinais constitui, muitas vezes, uma opção mais saudável, uma vez que são inúmeros os efeitos colaterais dos “produtos da farmácia”, sem falar na contribuição para o resgate e para preservação do saber tradicional (p. 99).

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) (2006/7) ressalta

³⁵Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm. Acesso em dezembro de 2012.

também:

É comum a comercialização das ervas por pequenos comerciantes ambulantes, que atuam em feiras livres, mercados municipais e bancas em vias públicas dos centros urbanos, cumprindo um importante papel de trazer para as cidades estas matérias-primas e os condicionamentos sobre seu aproveitamento (p. 99).

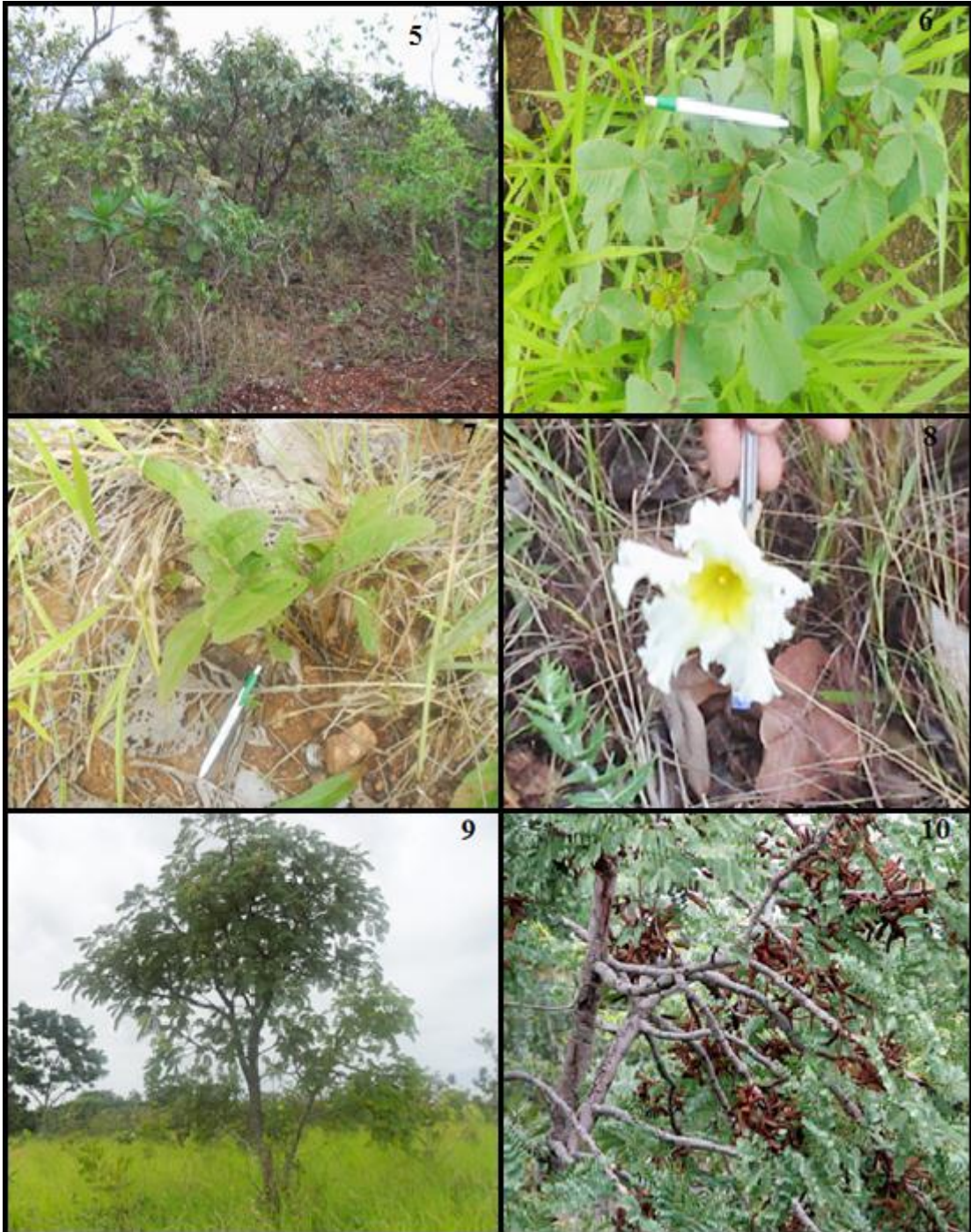
A assentada Edite disse que vende alguns frutos de plantas do Cerrado e também comercializa eventualmente algumas plantas³⁶ ou partes de vegetais de uso medicinal existentes em sua parcela. A assentada disse que esta é uma fonte de renda da família. Os assentados colhem os frutos da Mangabeira (*Hancornia speciosa*), coletam e preparam de forma artesanal as plantas medicinais como Algodãozinho ou Algodão do Campo (*Cochlospermum regium*), Pé de Perdiz (*Croton Perdicipes*) Velame Branco (*Macrosiphonia velame*) dentre outras plantas encontradas no Cerrado (Fotos 5, 6, 7, 8, 9 e 10).

A foto 5³⁷ ilustra o ambiente de Cerrado, presente no Assentamento Olga Benário. São nesses lugares que algumas famílias realizam as coletas de plantas medicinais e frutos do Cerrado. A foto mostra uma vegetação arbustiva presente na maior parte do Assentamento. Há presença de plantas de pequeno e médio porte³⁸ sendo que várias são de uso da medicina natural de muitos. Praticamente todas as parcelas contêm diversas espécies florísticas de valor medicinal como, o Algodãozinho do Campo (*Cochlospermum regium*) foto 6, o Pé de Perdiz (*Croton Perdicipes*) foto 7, Velame Branco (*Macrosiphonia velame*) foto 8, o Barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman*) fotos 9 e 10, dentre outras plantas que apresentam qualidades fitoterápicas, que são utilizadas por várias famílias no Assentamento.

³⁶As plantas medicinais do Cerrado mais utilizadas pelas famílias do Assentamento Olga Benário são: Velame Branco (*Macrosiphonia velame*) e Algodãozinho do Campo (*Cochlospermum regium*) entre outras. As fruteiras nativas do Cerrado mais utilizadas são: Pequi (*Caryocar brasiliense*) e Mangaba (*Hancornia speciosa*) entre outras. (PDA, 2006/7, p 36, 43).

³⁷ Aspectos do Cerrado no Assentamento Olga Benário. Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA, 2006/7, p. 50).

³⁸ Plantas de pequeno e médio porte do Cerrado no Assentamento Olga Benário.



Fotos (05 a 10) Aspectos do Cerrado no Assentamento Olga Benário (plantas medicinais)
Org.: FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012)

O Algodãozinho do Campo (*Cochlospermum regium*) foto 6, é uma planta típica do Cerrado com incidência nas áreas drenadas, muito utilizada como medicinal e tintorial. É considerada por muitos como uma planta ornamental, devido sua inflorescência. A planta foi fotografada em dezembro de 2012, portanto, não coincidiu com a época da florada.

O Algodãozinho floresce a partir do mês de maio e permanece com flores até o mês de setembro e pode acontecer que a planta ao ser cortada brota novamente e a partir daí nasçam flores fora da época, conhecido como flores temporãs (DIAS E LAUREANO, 2009, p. 212).

As partes mais utilizadas do Algodãozinho do Campo (*Cochlospermum regium*) para fins medicinais são as raízes, então a extração predatória acarreta a redução da espécie no ambiente.

O Pé de Perdiz (*Croton Perdicipes*) foto 7³⁹ também é uma planta de uso na medicina natural, encontrada no Cerrado, são tolerantes aos ambientes pedregosos e bem drenados, como se observa na foto 7. São plantas de baixo porte, mede em torno de 30 a 40 centímetros e sua floração ocorre entre os meses de maio e novembro. É nativa das áreas de Cerrado, e dela se aproveitam todas as partes, principalmente as raízes usadas como antiinflamatório natural. “[...] A raiz tem cheiro de cânfora, o seu gosto é um pouco amargo e causa uma pequena dormência na língua” (DIAS E LAUREANO, 2009, p. 236).

Um elemento que tem contribuído para a redução destas plantas é a extração da raiz que é a parte mais utilizada. Os desmatamentos e as queimadas também são práticas danosas para estas plantas que, como já disse, são de porte baixo e por isso sofrem com esses impactos negativos, correndo o risco de extinção.

A foto 8⁴⁰ mostra detalhes da flor de Velame Branco (*Mcrosiphonia velame*), uma espécie de planta medicinal arbustiva de porte baixo, nativa do Cerrado muito utilizada pelos camponeses para fazer preparo de chás, infusões, e seu princípio fitoterápico está relacionado ao tratamento de problemas cutâneos, como afirma a assentada Edite. Esta planta é encontrada em várias parcelas no Assentamento, no entanto, encontra-se nas mesmas condições das citadas anteriormente em relação à sua preservação no ambiente de origem, o Cerrado.

Outra espécie vegetal utilizada como recurso farmacológico encontrada no Assentamento é o Barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman*) foto 9⁴¹. “[...] é uma árvore de aproximadamente 3 a 5 metros de altura. A sua copa pode ser reta com os galhos apurados para cima ou ser aberta com os galhos espalhados para os lados” (DIAS e LAUREANO, 2009, p. 122). As cascas desta planta são muito procuradas em virtude de suas substâncias cicatrizantes, além de ser um adstringente natural. O problema é a forma como se retiram as “cascas” da árvore, pois ao se retirar toda circunferência da casca, é decretada a morte da

³⁹Pé de Perdiz (*Croton Perdicipes*). FIRMINO, W. G. (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

⁴⁰Velame Branco (*Mcrosiphonia velame*). Fonte: (PDA, 2006/7, p. 36).

⁴¹Barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman*). Planta nativa do Cerrado, ameaçada por práticas de desmatamento, queimadas e extração da casca para fins medicinais. Foto 09 FIRMINO, W. G. (TRABALHO DE CAMPO, 2012). Foto 10, (DIAS e LAUREANO, 2009, p. 130).

planta, por interrupção da circulação da seiva. A maioria das plantas do Cerrado não sobrevive após procedimentos severos como a retirada da casca e/ou parte das raízes e caules.

Além dos frutos e plantas medicinais do Cerrado, os camponeses cultivam outras plantas como a mandioca, o milho e as hortaliças, além da criação de pequenos animais como aves e suínos. O que é produzido na parcela é destinado ao autoconsumo da família e, quando há excedente o mesmo é comercializado na cidade de Ipameri.

A seguir são apresentados alguns elementos relacionados à luta camponesa para entrar na terra e a luta para permanecer no campo, haja vista as limitações tanto das condições físicas quanto as condições hídricas que são de forma geral as condições edafoclimáticas, ou seja, as características do solo, do clima e disponibilidade de água, das limitações relacionadas aos processos complexos de domínio das técnicas de produção e ainda a ausência de políticas públicas eficientes de apoio a agricultura camponesa.

2 A LUTA CAMPONESA PELA TERRA/A LUTA PELA TERRA CAMPONESA

*“O que deu motivo para eu entrá na luta pela terra foi o sonho de tê um pedaço de terra para trabalhá e vivê com dignidade e transformação social”. Sebastião.
(TRABALHO DE CAMPO, 2012).*

A questão agrária no Brasil é marcada por violência, expropriação e expulsão dos trabalhadores pobres do campo. Estes sujeitos migram para as áreas periféricas empobrecidas das cidades. Muitos desses trabalhadores da terra sem-terra de trabalho se juntam a movimentos sociais para lutar pela terra. O título deste capítulo dois procura apresentar essa situação: a luta dos camponeses, dos trabalhadores, pela terra camponesa, para trabalho e vivência. Servem de epígrafe ao capítulo as palavras de um camponês as quais tão claras, não é preciso acrescentar nenhum comentário.

Do ponto de vista teórico e metodológico, muito já se produziu acerca da questão agrária nesse país, porém cada lugar e momento histórico requerem uma avaliação cuidadosa e com outros olhares que poderão visualizar elementos, os quais ainda não foram abordados ou conhecidos suficientemente. Como já foi mencionado, o objetivo principal desta pesquisa é analisar o itinerário percorrido pelos trabalhadores camponeses por acampamentos até a chegada ao Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

A abordagem metodológica deste trabalho está calcada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo, que contribuíram para a compreensão da trajetória dos sujeitos ali assentados. As discussões que dizem respeito à questão da luta pela terra nos dizeres de Martins (2004) fazem compreender que a luta não pode ser vista apenas pelo viés econômico, porque consiste em um processo de inclusão da classe social que produz no campo e é constituída de sujeitos que criam condições de sobrevivência.

No entanto, a luta pela terra, no imaginário popular é considerada como movimento que subverte a ordem – claro, a “ordem” capitalista constituída a partir das ideias veiculadas nos meios de comunicação que reproduzem os interesses da classe dominante. A fala camponesa que comparece no início do texto, nos remete a um passado que está presente na memória de muitos trabalhadores.

Ao retomar as discussões acerca da luta pela terra, a proposta é compreender o processo de concentração de terras que está enraizada na formação sócio-espacial do Brasil. Tal concentração se remete ao processo de divisão das terras em capitanias, isto no século XVI, quando as terras foram doadas a famílias de nobres com total poder sobre o território,

eram os donatários. A maioria desses donatários não dispunha de condições para trabalhar e explorar as terras que estavam sob seus domínios, por várias razões. Ao donatário era concedido poder para gerir sua terra, podia implantar vilas, conceder terras através de sesmarias, licenciar artesões e comerciantes, além do poder de explorar diretamente ou através de intermediários “suas” terras. (RIBEIRO, 2006).

Ianni (2004) diz que a luta pela terra no Brasil não é algo recente, mas reflete nos dias atuais através dos surtos de expansão do capital. Nesse sentido, o autor afirma que:

A luta pela terra, no Brasil, vem de longe. E agrava-se em certas épocas. Há freqüentes surtos mais ou menos intensos de pendências e conflitos. Provavelmente tem relações com os surtos de industrialização acelerada, com acentuada participação do poder estatal, parece ter inaugurado outra onda de pendências e conflitos. Na década dos cinquenta, por exemplo, surgiu o movimento dos posseiros de Trombas e Formoso, em Goiás; movimento de grande significação social e política (p. 177).

As terras apropriadas por pessoas da classe dominante de Portugal já eram então ocupadas pelos nativos, os povos indígenas que habitavam o território. Desde muito antes da chegada dos invasores portugueses. Os povos indígenas foram massacrados, escravizados, mortos e desterritorializados da sua própria terra. Muitas nações indígenas foram exterminadas, vítimas da violência dos brancos, ou pela contaminação por doenças trazidas pelos europeus intrusos. Os indígenas tiveram além de outros prejuízos, perda de seus valores, costumes, enfim, tiveram sua cultura bruscamente alterada. Mesquita (2011), ressalta que “os índios estão a quinhentos anos lutando, fugindo, morrendo e resistindo numa guerra desigual contra o capital, representada por jesuítas, por senhores de engenho e, hoje, por grileiros, madeireiros, latifundiários” (p. 37).

Após a Independência do Brasil, ocorrida em 1822, no ano de 1850, foi promulgada a Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) que, de acordo com Mesquita (2011), dificultou o acesso à terra para o trabalhador, principalmente para os camponeses que têm a terra como meio de sobrevivência e não como forma de especulação, como acontece com os capitalistas. A Lei de Terras serviu para favorecer e legitimar o latifúndio e garantir-lhe mão-de-obra.

A Lei determinava que a terra fosse adquirida mediante a compra. Desta forma tornava-se cada vez mais difícil a aquisição de terras pelos trabalhadores, pois quem tinha recursos eram os mesmos senhores de escravos que já tinham amealhado recursos financeiros não só para legitimar as terras que já ocupavam, mas também para adquirir mais. É como disse Martins (1996): antes de 1850 a terra era livre e a mão-de-obra era escrava, depois de

1850 a mão-de-obra começa a ser “livre” e a terra torna-se escrava.

Para Ianni (2004):

A Lei de 1850 foi um marco na história da terra. Extingue o princípio da doação e inaugura o da compra, para aquisição de terras devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso à terra, por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos moradores e outros. Ao mesmo tempo em que favorecia a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem a sua força de trabalho nas plantações de café, criações de gado e outras atividades. Ao longo dessa história, ocorria a transição do trabalho escravo ao livre, formava-se o mercado de força de trabalho, expandia-se a monopolização da terra, ocorria a metamorfose da terra em mercadoria (p. 175).

Desde a invasão dos europeus no Brasil, há uma incessante movimentação, primeiro dos indígenas, depois dos negros, que em busca da liberdade, fugiam e procuravam lugar para se abrigar, formando quilombos, espaços de liberdade recuperada, mesmo que momentaneamente, visto que foram combatidos ferozmente pelos senhores coronéis, por meio dos bandeirantes que, munidos de autoridade e autoritarismo, tinham “carta branca” para exterminar aquelas comunidades de resistência. O africano ao ser arrancado de seu lugar, tudo lhe foi roubado: a construção de sua história, sua cultura, suas tradições (Oliveira, 2001). Então, é possível compreender que, apesar da força das armas, da imposição da religião e da língua estrangeira, negros escravizados e índios sempre construíam espaços de liberdade.

Esta pesquisa busca compreender, a partir de referenciais teóricos e da própria pesquisa de campo, o longo processo de luta e resistência que os camponeses hoje assentados no Olga Benário enfrentam.

Os agricultores, meeiros, parceiros, enfim, independentemente do nome que se lhes atribui, vão sendo empurrados para outras áreas, chegando às fronteiras. Depois de algum tempo, esses sujeitos são novamente expulsos para ceder lugar a fazendeiros, empresários e a outros interesses do capital. Alguns trabalhadores vão procurar outras áreas, mas, a maioria vai para as cidades, competir por trabalho com outros trabalhadores que se encontram em condições semelhantes.

Serão apresentadas no tópico a seguir algumas reflexões acerca da luta pela terra em Goiás, sinalizando a luta de trabalhadores camponeses.

2.1 A luta pela terra em Goiás: considerações acerca de Santa Dica, de Trombas e Formoso e da Luta do Arrendo

*“Lavrador sem terra venha para Goiás,
trabalhar na sua terra doada pelo governo [...]
só não vem quem não quer trabalhar
e ter o que é seu”⁴²*
(CARNEIRO, 1986, p. 80)

O estado de Goiás tem experimentado, nas últimas décadas, um desenvolvimento acentuado do ponto de vista do capitalismo agrário, de modo que as lutas pela posse da terra têm sido constantes. As lutas são geralmente pelas terras produtivas (ALVES FILHO, 1984, p. 202). Para Alves Filho (1984): “[...] é uma região que vai sendo integrada ao processo de modernização rural com rapidez”. Os trabalhadores pobres do campo e da cidade, expropriados de todos os meios de produção, só lhes sobra vender, mesmo por preços aviltantes, sua força de trabalho, algo que contradiz o fragmento de anúncio do governo, convidando os trabalhadores para ocuparem terras no estado.

Os trabalhadores abordados neste trabalho são aqueles que saíram do campo e mesmo após vários anos vivendo nas cidades ainda mantém viva a memória da terra. Bosi (2003) afirma “A memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p. 53). Em acordo com a autora, muitos trabalhadores que hoje estão nas cidades são filhos de camponeses expulsos do campo em função da entrada do capital e da transformação dos postos de trabalho ou substituição destes por máquinas, mas guardam na memória o trabalho, as manifestações culturais e o modo de vida camponesa. A substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto incorre na expulsão dos trabalhadores do campo.

A história da ocupação da terra em Goiás, assim como ocorreu no restante do Brasil, se constitui em um processo de resistência dos pobres através da luta para permanecer no campo e, ao mesmo tempo, tem provocado um processo migratório dos trabalhadores pelo território afora. Mendonça (2004) aborda a questão enfatizando que “A luta pela terra em Goiás se iniciou com o processo de expulsão dos indígenas pelos bandeirantes no início do século XVIII” (MENDONÇA, 2004, p. 333). Em Goiás a concentração da terra em latifúndios, o cultivo de monoculturas, a prática da pecuária e outras atividades aliadas ao processo das políticas públicas, são as principais causas de desterritorialização camponesa.

⁴²Fragmento de anúncio do governo, datado de 1942, chamando os trabalhadores para ocuparem terras no estado de Goiás, cf. Carneiro (1986).

De acordo com Silva (2003), no estado de Goiás, na história da ocupação da terra indica que houve uma longa trajetória de resistência dos indígenas que já habitavam a terra e os que queriam entrar nela para trabalhar. Os primeiros habitantes do território goiano sofreram fortes repressões, com muitas mortes em decorrência da terra, afinal, tais indivíduos nem sabiam certamente os motivos pelos quais estavam sendo atacados.

Silva (2003) em “A história agrária em Goiás” afirma:

Os embates dos grupos indígenas com os colonos são o marco inicial da luta pela terra em nosso Estado. Isto é, esses primeiros habitantes dessas terras foram mortos, expulsos e escravizados sem nenhuma piedade, além de ficarem sem suas terras e sem suas raízes culturais (p. 13).

Silva (2003) escreveu acerca dos confrontos entre os invasores e os povos indígenas, massacrados em sua própria terra, muitos morreram, outros fugiram, sem ao menos saber os motivos de tanta violência. Os enfrentamentos entre grupos indígenas e colonos, como disse Silva (2003) são o marco inicial da luta pela terra em Goiás.

Em outra vertente, Chaul (2011), descreve a identidade cultural do povo Goiano, [...] “somos fruto de uma mestiçagem maravilhosa, resultado dos elementos que nos compuseram e nos legaram um potencial fantástico de traços culturais entre o índio nativo, o negro africano e o branco europeu [...]” (CHAUL, 2011, p. 42). Os invasores europeus, não só contribuíram para a formação da cultura brasileira, mas, para a destruição de muitos povos no território brasileiro, inaugurando as desigualdades e a miséria no país, fazendo com que até em nossos tempos, como pondera Oliveira (1990) os trabalhadores e camponeses estejam em marcha, à procura de terra para trabalhar.

Os autores Souza e Carneiro (1996), fazem uma retrospectiva histórica de Goiás, apresentam as tribos indígenas que habitavam o território goiano desde as primeiras descobertas das minas auríferas no estado. Os autores afirmam que:

As tribos indígenas que habitavam o território goiano na época da descoberta do ouro eram os Caiapós, os Chavantes, os Goyáz, Crixás, Araes, Canoeiros, Apinagés, Capepuxis, Coroá-Mirim, Temimbós, Xementes, Tapirapés, Carajás, Graduais, Tessemedus, Amadus, Guaia, Guassu, Acroá e Xacriabá (p. 19).

O território brasileiro foi sendo ocupado pelos colonizadores europeus do litoral para o interior. À medida que os brancos avançavam os índios, os índios expulsos, adentravam o interior. Conforme Souza e Carneiro (1996) houve:

[...] a expulsão e também da fuga das tribos indígenas do litoral no século XVII, quando buscaram refúgio no interior do país, em estados como Mato Grosso e Goiás. Quanto mais avançavam os bandeirantes paulistas, mais provocavam migrações em massa de tribos indígenas, levando-as a disputas pela terra e pela sobrevivência (p. 21).

Pode-se afirmar, então, que provavelmente, houve disputas territoriais entre os índios, chegantes e os que já haviam territorializado antes.

Então a luta pela terra não é recente e pelo visto não cessará enquanto houver as cercas do latifúndio.

Marques (2000) aponta elementos acerca dos conflitos no campo ocorridos em Goiás no século XX. A autora menciona a revolta camponesa de Santa Dica. Movimento também messiânico, ocorrido em 1923 no município goiano de Pirenópolis.

Em torno de D^a. Benedita Cypriano Gomes, Santa Dica, formou-se um grupo de seguidores em busca de cura e outros milagres. Eles se autodenominavam “Comunidade dos Anjos”. Afirmando que a terra era dom de Deus, eles questionavam a instituição da propriedade privada, apesar de estarem instalados em terras de propriedade da avó de D^a. Benedita. Por isso enfrentaram batalhas contra os fazendeiros e a justiça (p. 46).

Vasconcellos (1991)⁴³ enfrentou muitas dificuldades para pesquisar sobre Santa Dica. Ele escreveu para seu orientador dizendo o seguinte: “[...] vai aí o monstro que consegui gerar. Não o que gostaria de fazer, mas o que dei conta depois de muita euforia e desânimo”. (VASCONCELOS, 1991, p. 12).

Segundo Vasconcellos (1991):

[...] Aquele ajuntamento que começa com a busca de cura para os males físicos e espirituais por parte de pessoas simples, trabalhadores da terra e submissos aos proprietários rurais ultrapassa as necessidades iniciais, estabelecendo as contradições entre dominados e dominantes (p. 21).

Após estas reflexões enfocando o Movimento de Santa Dica embasadas nas interpretações de Marques (2000) recorre-se aos estudos de Carneiro (1986). O autor aborda as políticas de incentivo do governo brasileiro no início do século XX para a ocupação da região Centro-Oeste afirmando que tais políticas eram intensas e contribuíam para o processo de expulsão dos camponeses, ao invés de viabilizar o acesso à terra. Segundo Carneiro (1986), o governo utilizava como meio de comunicação, o rádio, com seus programas sertanejos, os

⁴³Ver VASCONCELLOS, Lauro de. Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo. CEGRAF/UFG. Goiânia, 1991.

quais tinham boa audiência entre os camponeses. O interesse do capital era e continua sendo a exploração do trabalhador do campo. Nesse aspecto torna-se evidente o interesse dos fazendeiros em apropriar-se de uma terra já trabalhada, ou seja, pronta para o cultivo geralmente de pastagens para as práticas da pecuária extensiva.

A forma de ocupação e apropriação da terra pelo capital é a sua usurpação do camponês que já tinha preparado-a para o plantio.

Outro fato relevante na história da ocupação da terra em Goiás já foi estudado por Maia (2008): os confrontos entre camponeses sem terra e grileiros em Trombas e em Formoso no Meio-Norte de Goiás na década de 1950. A esperança dos camponeses em ter acesso à terra, mesmo que isto pudesse lhe custar as próprias vidas, levou-os à luta. Maia (2008) menciona: “uma singularidade que iria marcar definitivamente os conflitos agrários em toda esta região: a possibilidade do acesso a um pedaço de terra pelo pequeno produtor” (p. 36).

Como abordada nesta pesquisa, a disputa pela terra não é fato recente na história do Brasil e em Goiás o processo se deu através da desapropriação, da expulsão, aniquilamento de povos indígenas. Dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN, 2006) mostram que:

A estrutura fundiária do Estado é composta por 45% de terras destinadas a pastagens e 17% para a produção agrícola, revelando o peso do setor agropecuário no cenário estadual. No ano de 2006, segundo o Censo Agropecuário, existiam 147.556 estabelecimentos rurais correspondendo a uma área de 15.709 milhões de hectares. A área destinada a pastagens de Goiás representava, à época, 9,9% do total nacional. Quanto à área coberta por matas e florestas, esta representa 22,0% dos estabelecimentos agropecuários de Goiás, percentual abaixo do nacional (29%).

De acordo com os dados apresentados pela SEGPLAN, a estrutura fundiária do estado é marcada por uma produção agropecuária eminente. No entanto, a maior parte dessa produção agrícola por esse órgão não é destinada para o suprimento das necessidades de alimentação humana, haja vista a grande demanda por terras não só em Goiás, mas, em todo o país. Por outro lado, o INCRA apresenta dados relativos ao processo de assentamento das famílias, afirma que até meados de 2012, Goiás já contava com dezesseis mil oitocentos e doze beneficiários⁴⁴ da Reforma Agrária. Conforme a demanda por terra, esse percentual está aquém do esperado pelos trabalhadores, este entre outros fatores, tem sido a causa de luta e

⁴⁴Números do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT Coordenação – Geral de Implantação – DTE – SIPRA. Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PRNA). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios/sr04_go.pdf> Acesso em: nov. 2012.

movimentação de famílias no estado de Goiás.

Conforme dados do DATALUTA (2012), o número de assentamentos rurais feitos em Goiás entre os anos de 1979 e 2011 é de quatrocentos e trinta e dois, que beneficiaram vinte e cinco mil novecentos e oitenta e seis famílias. Mesmo apresentando complexidade no sentido de permanência na terra, esses números comprovam as demandas por terra em Goiás. Isso mostra a existência de um campesinato consolidado, que não tem apresentado sinais de enfraquecimento. A partir desses dados, nota-se que é a história do camponês que retornou ao seu lugar de origem, a terra.

O Sudeste Goiano foi palco de uma importante luta de camponeses para permanecer na terra, como será visto a seguir em alguns apontamentos acerca da Luta do Arrendo.

2.2 Mais alguns apontamentos acerca da Luta do Arrendo no Sudeste Goiano

Os autores Loureiro (1988) e Mendonça (2004) abordam os conflitos pela terra no Sudeste Goiano. Como em outros lugares no Brasil, em Goiás a concentração fundiária e de renda resultaram em conflitos, expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo, gerando um processo migratório, não só para o interior do próprio estado, mas para outras regiões do país. “Historicamente, o Sudeste Goiano foi uma das regiões do Estado de Goiás que apresentou, e ainda apresenta significativos conflitos pela posse da terra. [...]” (MENDONÇA, 2004, p. 394). Embora sejam poucos os registros de lutas pela terra de forma ordenada e organizada; têm ocorrido mais ações pontuais no que se refere à disputa pela terra no Sudeste Goiano. Loureiro (1988) certifica que a luta pela terra em Goiás já possui longa história, marcada pela violência contra os trabalhadores camponeses que, certamente refletem nos dias atuais.

Loureiro (1988) diz não acreditar que as lutas sociais no campo goiano sejam fenômenos apenas da década de 1950 e assegura que outras lutas pela terra podem ter sido omitidas na história oficial de Goiás. Assim os vários trabalhadores camponeses tiveram suas histórias de luta pela terra “apagadas”.

Loureiro (1988) informa que a Luta do Arrendo ocorreu no período de 1948 a 1952 em Campo Limpo, região do município de Orizona no estado de Goiás. O objetivo da luta era baixar a taxa do arrendo, que até então era cobrada de forma abusiva pelos fazendeiros da região. A Luta do Arrendo se constitui em marco da resistência dos trabalhadores camponeses ao processo de expropriação resultante da concentração de terras por fazendeiros no Sudeste do estado de Goiás. Loureiro (1988) aponta as formas de violência contra posseiros no

Sudeste Goiano, com ameaças de morte e todo tipo de violência. Loureiro (1988) colheu importantes depoimentos em pesquisa de campo realizada na região de Campo Limpo no município de Orizona, Goiás, segundo os quais os trabalhadores camponeses ficavam escondidos no mato, sem poder ao menos ir ao rancho almoçar e dormir com a família. Partiram para o enfrentamento direto com a polícia e com fazendeiros avalizados pelo governo do estado, que resultou em dispersão do grupo e em “vitória temporária” dos fazendeiros.

Quando diz vitória temporária se refere à persistência dos trabalhadores camponeses, que não desistem da luta para baixar as taxas do arrendo.

Guimarães (1988) situa a discussão acerca da Luta do Arrendo no Sudeste Goiano, destaca:

A luta pela baixa do arrendo, encaminhada através das Ligas Camponesas, teve certa expressividade no sul do Estado, na proximidade de Pires do Rio e Orizona. Chegou a constituir-se em um movimento que perdurou de 1948 a 1951, com a envergadura do enfrentamento dos arrendatários e parceiros contra os proprietários da terra. Era uma região predominantemente de grandes fazendeiros, e o cultivo do arroz fazia-se em larga escala. Sob as diretrizes do PC (Partido Comunista), constituíram-se Ligas Camponesas nesta região. Em cada 4 ou 5 fazendas, foram organizadas ligas com certa autonomia de ação, mas subordinadas à direção central, localizada em Orizona. A luta teve início na colheita da produção de arroz, quando se deveria fazer a partilha, ou seja, a entrega entre 40 e 50% da produção aos proprietários da terra. Os trabalhadores negaram-se a pagar a taxa de arrendo estipulada e exigiam o cumprimento do Artigo 138 da Constituição do Estado, que o pagamento da renda não excedesse os 20%. A partir da resistência feita, o Estado interveio para defender os interesses dos proprietários da terra (p. 49).

Os trabalhadores estavam sendo roubados, pois lhes eram cobradas taxas acima das estipulava a lei pelos fazendeiros com a anuência do governo que deu apoio aos senhores de terra.

Loureiro (1988) destaca elementos da luta pela terra em Goiás, enfocando os conflitos e os processos que envolvem a classe trabalhadora do campo no Sudeste Goiano. De acordo com Loureiro (1988), o sul de Goiás foi mais povoado após o período de escassez da mineração, e os trabalhadores que migraram para Goiás vieram em sua maioria do estado de São Paulo, e ocuparam as terras mais férteis e produtivas da região e afirma que o processo de extorsão teve reações por parte dos trabalhadores, demonstrando que o processo não foi pacífico, no entanto são confrontos mal conhecidos por serem sistematicamente negados pela história oficial.

Loureiro (1988) diz:

Não acredito que esse processo de expulsão se tenha dado de forma pacífica. Os camponeses deixavam moradia, contendo anos de trabalho (plantação, derrubada das matas, casa, cercas, etc.) e partiam para o norte de Goiás, onde recomençariam a construção de uma nova morada. Será que faziam isto sem antes resistir? É pouco provável. Acredito que reação houve, mas esta não foi registrada na história de Goiás (p. 22).

A reação camponesa nas últimas décadas do século XX é organizada principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Goiás. Esse movimento social, como aglutinador de força e resistência, tem possibilitado a conquista da terra em todo o território brasileiro. No Sudeste Goiano os trabalhadores organizados no MST têm conseguido algumas conquistas, entre outras, a do Assentamento Olga Benário.

O Pré-Assentamento se iniciou quando os camponeses tomaram posse das terras da Fazenda Ouro Verde no município de Ipameri (GO) em julho de 2005, portanto, já estão trabalhando na terra há mais de sete anos. Inicialmente, a maioria deles transferiram suas barracas para a área do retiro. Como já foi mencionado neste trabalho, muitos camponeses disseram que ainda estão faltando muitas melhorias para o Assentamento, por exemplo, recuperar as estradas internas, fazer pontes necessárias para circulação no Assentamento e também melhorar o acesso dos assentados com o entorno. O que eles assinalaram com ênfase, foi a falta de assistência técnica. Para gerir uma atividade que exige técnicas adequadas para produção é preciso recorrer à técnicos especializados no ramo. O problema é que eles esbarram na questão financeira resultante de políticas públicas que privilegiam os latifúndios.

2.3 Mais algumas considerações acerca do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

O Assentamento Olga Benário está localizado no município de Ipameri (GO) à margem esquerda da rodovia GO – 213, km 12, sentido Ipameri – Campo Alegre de Goiás, a 15 km do perímetro urbano. O mapa 02 pode ajudar na compreensão desta localização.

O Assentamento Olga Benário (Mapa 02), foi criado a partir da desapropriação da Fazenda Ouro Verde, com área total de 4.322 ha. O decreto de desapropriação é de 11 de agosto de 2004, mas a imissão de posse se deu em 22 de julho de 2005 e a criação oficial ocorreu em 09 de agosto de 2005, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA). O valor da desapropriação paga pelo governo Federal ao referido imóvel, de acordo com o PDA, foi de R\$ 8.355.547,27 (oito milhões e trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos).

De acordo com a SEGPLAN, o município de Ipameri (GO) está inserido na

Microrregião de Catalão. Esta Microrregião abrange outros dez municípios, que são: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos.

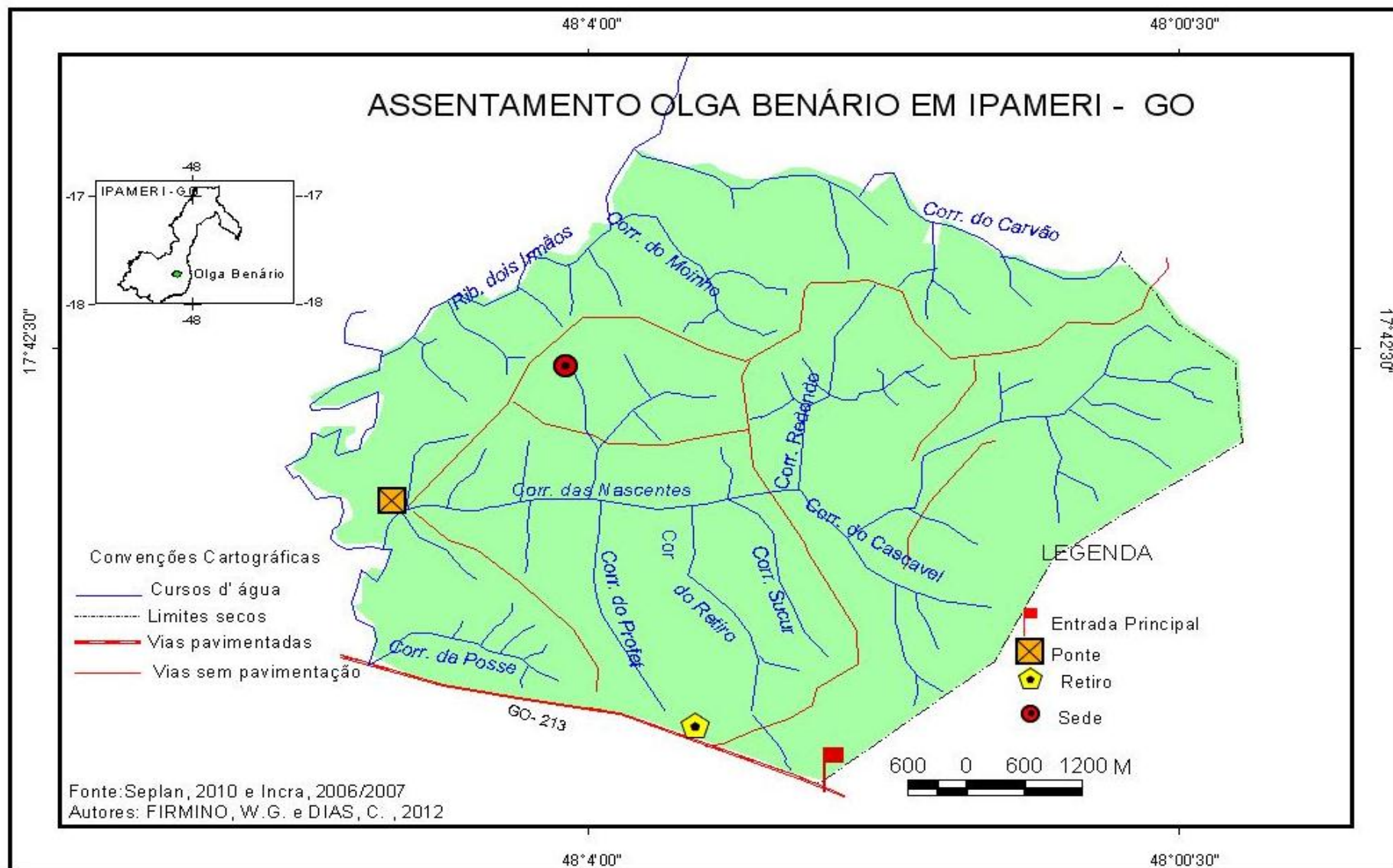
Conforme o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, trabalhar e produzir, dando uma função social à terra e garantindo um futuro melhor à população”⁴⁵. O MST afirma também que: “A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: casa, escola e comida”. (MST).

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) contém elementos que contribuem para a compreensão da formação inicial do Assentamento. O projeto de Assentamento representa o sonho de muitas famílias que estiveram *de lá para cá e daqui pra li* em acampamentos a espera da terra para trabalhar e viver com dignidade. É a materialização dos sonhos de muitas famílias que lutaram pelo acesso e posse da terra no estado de Goiás nas últimas décadas. Porém, o próprio PDA (2006/7) registra:

A conquista da terra se por um lado significa a superação de um grande desafio, por outro é apenas o começo de outras lutas, talvez mais diluídas e certamente mais difíceis, por necessitar de uma organização muito mais consciente e afinada para garantir as condições das famílias permanecerem na terra (p. 3).

O parcelamento individual não impede que os assentados se unam para atividades do interesse de todos, por exemplo, os mutirões de ajuda mútua. Os recursos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros direitos, ainda não foram acessados pelos assentados, e isso tem dificultado a permanência de algumas famílias fazendo com que haja alguma desistência.

⁴⁵Estas, além de outras informações que envolvem questões acerca de assentamentos rurais estão contidas na página oficial do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/325>. Acesso em dezembro de 2012.



Mapa 02. Localização do Assentamento Olga Benário em Ipameri Goiás.

Fonte: SIEG Base Cartográfica e mapas temáticos de Goiás.

Orgs: FIRMINO, W. G. e DIAS, C. (2011), adaptado de SEPLAN, 2010 e INCRA

Os assentados quando questionados a respeito das necessidades do Assentamento, afirmaram que a falta de recursos, especialmente financeiros, compromete o cotidiano, visto que muitos não têm outra fonte de renda para garantia de sobrevivência na parcela. Disseram que, antes de ingressarem no movimento, realizavam atividades diversas como pode ser visto no quadro 01.

Quadro 01 – Atividades laborais exercidas pelos assentados antes de ingressarem na luta pela terra.

Atividades	Quantidade de Famílias
Diarista	4
Comerciante	2
Trabalhadores do campo	15
Recepcionista	1
Marceneiro	1
Professor	2
Pedreiro	3
Motoristas de caminhão	2
Artesão	1
Operador de máquina pesada	1
Doméstica	2
Salgadeira	1
Balconista	2
Total	37

Fonte: Trabalho de campo, 2012.

Org: FIRMINO, Waldivino Gomes.

As informações do quadro 01 indicam, em linhas gerais, a atividade principal que cada camponês desempenhou, por um período, mais longo antes de ingressar na luta pela terra. Antes de ingressarem no movimento os trabalhadores exerciam várias atividades, às vezes duas ou mais, no entanto, priorizou-se, nesta pesquisa, citar a atividade laboral em que o trabalhador permaneceu por mais tempo. Um dado importante que se observa é que a maioria trabalhava em atividades relacionadas ao campo. Isso evidencia que aqueles sujeitos já exerciam atividades no campo, mesmo que fosse como empregados, diaristas, operadores de máquinas e/ou outras.

Mesmo diante das dificuldades apontadas nesta pesquisa, a maioria dos assentados trabalha sem suas parcelas. Mas, alguns assentados ainda continuam trabalhando fora do Assentamento e chamam isso de “bico”, que é a realização de trabalho informal, geralmente em dias alternados ou finais de semana.

O quadro 02 apresenta os dados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada no Assentamento Olga Benário.

Esses dados afirmam a necessidade de investimentos para as famílias assentadas, para

que elas possam se dedicar exclusivamente às atividades familiares em suas parcelas no Assentamento e delas viver.

Quadro 02 – Atividades laborais exercidas pelos assentados após a posse da terra no Assentamento Olga Benário.

Atividades/ocupação	Quantidade de famílias
Trabalham na parcela	28
Trabalham para fazendeiros	3
Diaristas – serviços diversos	2
Comércio ambulante	1
Agente de saúde	1
Vivem de aposentadoria	2
Total	37

Fonte: (Trabalho de Campo, 2012).

Org: FIRMINO, Waldivino Gomes.

Os nove assentados que disseram realizar atividades fora do Assentamento, também trabalham em suas parcelas nos espaços de tempo que lhes sobram. As dificuldades são muitas e o que tiram do trabalho no Assentamento não é suficiente, por isso “é preciso complementar a renda da família”. Entre os vinte e oito assentados que informaram trabalhar em suas próprias parcelas, alguns se destacam pelas atividades de cultivo de hortaliças e criação de pequenos animais.

O Estado distribui terras quando pressionado pelos movimentos sociais, no entanto, não investe os recursos necessários para um planejamento a curto, médio ou longo prazo. De acordo com os trabalhadores participantes desta pesquisa, o Assentamento Olga Benário precisa melhorar no que tange às políticas públicas, assistência técnica, desburocratização do sistema, além de outras ações. Não são criadas condições institucionais e financeiras suficientes para estruturação do sistema produtivo, cabendo aos próprios assentados a tarefa de organização de associações ou cooperativas internas.

O mapa 03, a seguir, mostra a localização do município de Ipameri em Goiás e destaca a localização do Assentamento Olga Benário no município.

Ipameri está distante 300 km da capital Federal, Brasília e 200 km da capital do estado de Goiás, Goiânia. Ipameri tem 24.735 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010). A área do município é de 4.368 Km², com

remanescentes de vegetação típica do Cerrado⁴⁶, e o uso do solo é voltado para pastagens e cultivos de milho, arroz, mandioca e nas últimas décadas, a monocultura da soja está “entrando”.

As vegetações naturais foram praticamente suprimidas para serem utilizadas em explorações agropecuárias, sem medidas de conservação do solo, com excesso de lotação de animais por área, muitas vezes destruindo a flora existente às margens dos cursos d’água (PDA, 2006/07, p. 20).

De acordo com Veiga⁴⁷ (1967), Ipameri era o “Arraial do Vai-Vem, que surgiu às margens do Ribeirão de mesmo nome por volta do ano de 1816”, o Ribeirão Vai-Vem, que é um dos afluentes do Rio Veríssimo. Junto ao Vai-Vem, foram erguidas as primeiras residências ao redor da casa da “Fazenda Vai-Vem” de propriedade de Francisco José Dutra. As primeiras casas foram construídas de forma aleatória seguindo o curso do Ribeirão.

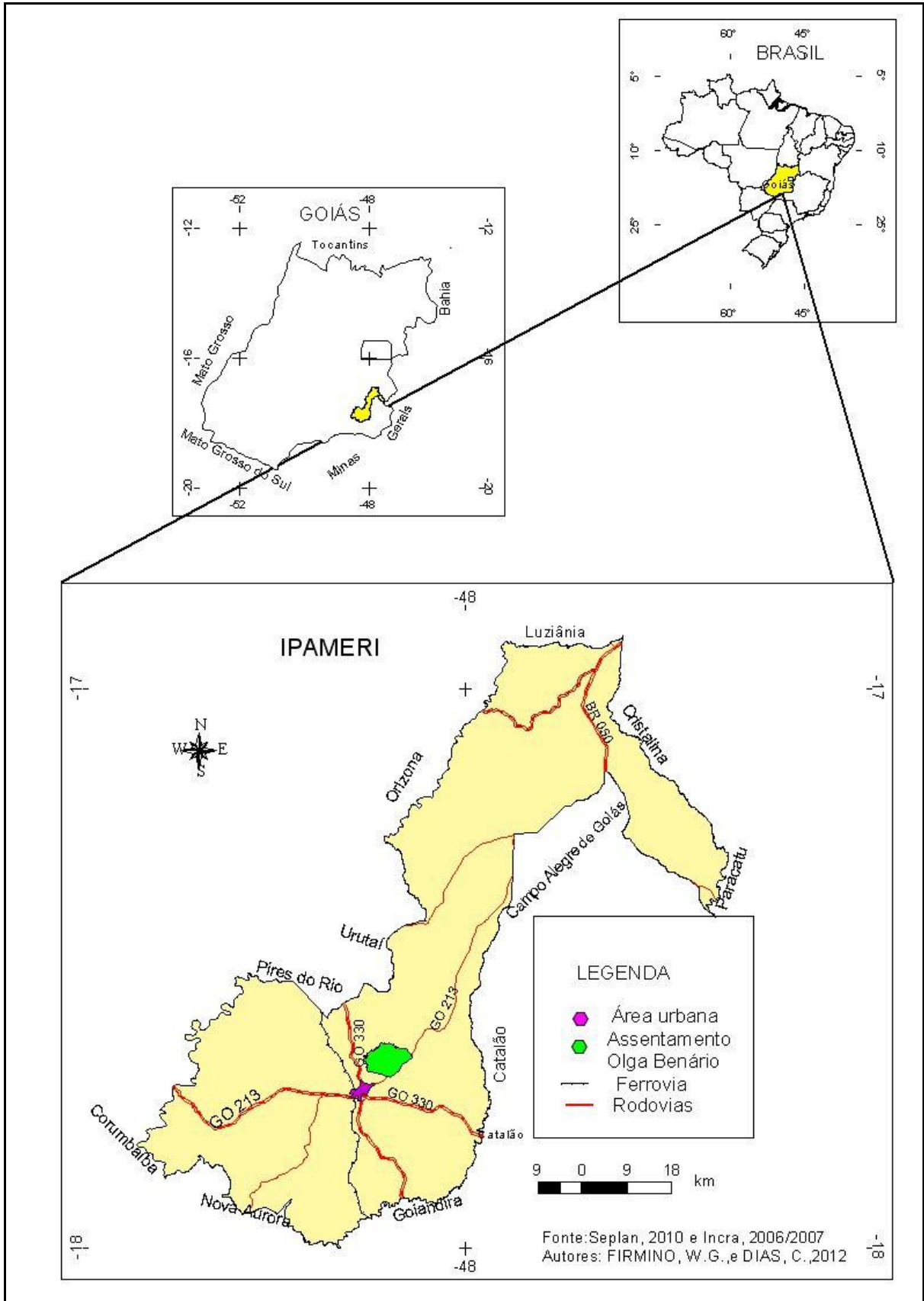
De acordo com Veiga (1967), Francisco José Dutra, proprietário de grande parte das terras pertencentes ao município de Ipameri, tendo sido picado por uma cobra cascavel se via diante da morte, então resolveu fazer uma promessa: doaria ao Divino Espírito Santo todas as terras que pudessem ser avistadas do alto do morro de São Domingos⁴⁸, caso sobrevivesse. E, como sobreviveu, fez a doação de parte de suas terras, as quais atingiam uma grande área pertencente hoje ao município de Ipameri.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, Ipameri alcançou a categoria de cidade pela resolução nº 623, de 15 de abril de 1880, desmembrando-se do município de Catalão, com a nova denominação de Entre Rios.

⁴⁶Entre as espécies de vegetação existentes no Cerrado ipamerino, destacam-se: Pequi (*Caryocar brasiliense*); Mangaba (*Hancornia speciosa*); Baru (*Dipterx alata*); Buriti (*Mauritia flexuosa*); Ipê Roxo (*Tabebuia impetiginosa*) e outras.

⁴⁷No “Ipameri – jornal”, ano 17, de 26 de maio de 1968, foi anunciado o livro de autoria do Sr. João Veiga, intitulado “Ipameri Histórico”. (Arquivo em DVD). Digitalização: Murah Rannier Peixoto Vaz.

⁴⁸ O Morro de São Domingos está localizado a noroeste da sede do município de Ipameri (GO) a aproximadamente dez quilômetros da área urbana. Com afirma o autor, do alto desse morro é possível avistar uma grande área do município.



Mapa 03: Município de Ipameri no estado de Goiás
 Orgs.: FIRMINO, Waldivino Gomes; DIAS, Cristiane. 2012.

O nome Ipameri foi instituído pela Lei Estadual nº 42, de 26 de março de 1904. Ainda com relação ao nome de Ipameri, Costa (1996), com base nos escritos de Veiga (1967), salienta que houve vários nomes no decorrer de sua história. O primeiro nome de Ipameri foi Vai-Vem, que existiu desde sua origem, em torno da qual prevalecem duas versões: uma construída a partir das constantes idas e vindas dos índios, a maioria das tribos Caiapós e Xavantes, que atravessavam o Ribeirão Vai-Vem utilizando pinguelas⁴⁹. A outra versão é construída a partir da observação do curso “zigzagueante” do mesmo ribeirão. Esse movimento sinuoso da drenagem das suas águas pode ter influenciado para que o município e sua sede administrativa recebessem o nome Vai-Vem (VEIGA, 1967, apud COSTA, 1996).

Com a chegada da Estrada-de-Ferro Goiás em 1913, prolongamento da Mogiana, Ipameri passou por um período de transformações significativas adquirindo posição de destaque no cenário goiano. Para muitos, a ferrovia foi sinônimo de desenvolvimento. Para quem utilizava o lombo de burros ou os carros-de-bois como meio de transporte, a ferrovia foi tida como um “achado”, como diz Rosa (1974).

Nos idos de 1917 Ipameri contava com quatro ruas principais, paralelas duas a duas, separadas pelo largo da matriz – já se viu cidade do interior sem Largo da Matriz? – tendo nas extremidades dois outros largos, oferecendo os três, nos tempos das chuvas, as melhores pastagens às vacas leiteiras, aos bandos de éguas paridas, bodes, cabritos, cobras e lagartos. Sociedade ensimesmada como tantas outras comunas sertanejas, formando grupos nas esquinas, discutindo os mexericos do dia, falando da vida alheia. Algo de importante alterando a rotina: a estrada-de-ferro. A estação da ferrovia passou a ser ponto de encontro obrigatório, diário, de quanta gente. Desde o moleque mulambento da ponta da rua, passando pelo homem comum, até chegar ao juiz de direito, ao padre, ao coronel, aos vagabundos de profissão. Na época, o elemento sírio começou a imiscuir-se no comércio e na sociedade local e em quase todo o sul do estado. Aparecia “turco” por todos os lados. A economia da terra até o advento do Batalhão era intimamente ruralista, dividida entre o pastoreio e a incipiente agricultura. O trem-de-ferro e, posteriormente, a presença do militar, diversificaram as atividades dos ipamerinos (p. 70).

O escrito de Rosa (1974), apesar de eivado de preconceitos dá a dimensão do processo do desenvolvimento. Costa (1996) assegura que a partir do advento da estrada-de-ferro e de outros empreendimentos que foram implantados em Ipameri em escala ascendente pela classe hegemônica, constituída não só por gente do lugar como também por imigrantes europeus ali aportados em fuga da Primeira Guerra Mundial, aumenta a urbanização e o desenvolvimento econômico, que resultaria mais tarde em destaque não só para a região, mas, para o estado como um todo.

Inocência (2000) faz algumas reflexões acerca do crescimento/estagnação de Ipameri

⁴⁹Peça de madeira atravessada sobre um leito de água para servir de ponte. Informação disponível em: <http://www.dicio.com.br/pinguela/>. Acesso em junho de 2012.

(GO) a partir da ferrovia:

Tal efetivo comercial direcionado para Ipameri, ou seja, para o Sudeste do estado, faz com que esta região seja a maior exportadora de produtos agrícolas, pecuários e seus derivados. A venda e compra de mercadorias realizava-se quase que exclusivamente pela ferrovia, pelo menos até Ipameri, pois daqui os produtos seguiam em carros-de-bois e tropas de burros para as demais regiões de Goiás. (p. 98).

Entre os investimentos realizados em Ipameri no início do século XX, está a construção da primeira usina hidroelétrica de Goiás, em maio de 1913, sendo seu proprietário o major Aristides Rodrigues Lopes. A usina entrou em funcionamento antes mesmo da Estrada de Ferro Goiás, que teve sua inauguração no dia 10 de novembro de 1913. Com a estrada-de-ferro, a usina hidrelétrica e a existência de matéria prima de origem agropecuária, Ipameri conhece um elevado desenvolvimento econômico para a época. (Costa, 1996).

O surto desenvolvimentista sofreu arrefecimento quando a “entrada” principal do estado passou a ser a região de Itumbiara e o eixo econômico se desloca para Goiânia e Anápolis. Então Ipameri e também Catalão enfrentam um período de estagnação e perdem a expressão, inclusive política, no estado. Catalão só volta com relativa força no cenário com a construção de Brasília, especialmente pela implementação da rodovia BR-050, que cruza o município, e, em seguida (década de 1970), com a descoberta e exploração de jazidas minerais.

Matos (2011) abordou a conjuntura econômica e política de Goiás, especialmente da região Sudeste do estado, e constatou que, após 1930, vários municípios deixaram de ser pólo de atração econômica e conseqüentemente populacional. A autora aborda municípios da região Sudeste de Goiás, entre outros, Ipameri e fala de algumas especificidades.

Segundo Matos (2011):

A lamentação maior foi da cidade de Ipameri que, tendo recebido os títulos de “princesinha do Sudeste Goiano” e de “a sala de visitas do estado de Goiás”, perdeu os respectivos títulos após 1950, juntamente como o prestígio social e econômico, visto o fechamento de indústrias e empresas de viação e a transferência do 6º Batalhão para a cidade de Jataí que fora implantado em Ipameri no ano de 1922 (transferido da cidade de Goiás) e tinha conseguido, somado à ferrovia, impulsionar o crescimento econômico e populacional da cidade. O município de Ipameri em 1940 contava com 25.625 habitantes, o sexto mais populoso do estado. Em 1960 contava com uma população de 18.080, passando a ser o vigésimo em população no estado (p. 165-166).

O desenvolvimento assistido pelos ipamerinos⁵⁰ passou muito rápido, não deu tempo de consolidar o “progresso”, cedendo lugar a um processo de estagnação. Matos (2011)

⁵⁰Ipamerino é o natural ou aquele que habita a cidade de Ipameri.

salienta que “Nesse contexto, a cidade de Ipameri permaneceu por longos anos em um processo de estagnação econômica e demográfica” (MATOS, 2011, p. 166).

Matos (2011) afirma que o desenvolvimento de Ipameri só se recompõe parcialmente a partir da década de 1980, com a modernização da agricultura. Faz uma análise de Goiás, com destaque para o Sudeste do estado e, conseqüentemente, para o município de Ipameri e o crescimento da agricultura modernizada no Sudeste Goiano, processo que contribuiu para a expulsão do trabalhador do campo. Para que este desenvolvimento acontecesse, foi preciso “abrir” o Cerrado, causando a perda de grande parte da vegetação nativa e o desenraizamento de camponeses.

Dias e Laureano (2009) realizando pesquisas com povos do Cerrado goiano em relação aos saberes populares acerca das plantas medicinais nativas no Cerrado, indagaram quanto ao significado da preservação desse bioma. Valendo-se das informações coletadas e citadas pelos autores, ressalta-se:

Utilizar o Cerrado sem acabar com ele, conservando os costumes e os povos que vivem nele; lá nas cidades, poucas pessoas sabem dessa ligação tão forte entre o povo e a natureza do Cerrado, o aprendizado é incompleto, a escola ensina que o Cerrado são as plantas e os bichos, mas esquece do povo, então a importância do Cerrado nunca fica ligada no povo, e o Cerrado e o povo não podem ficar separados, se acabar com o Cerrado, acaba com o povo também (p. 201).

É preciso compreender o Cerrado a partir de sua gente, os *povos cerradeiros*⁵¹, como afirma Mendonça (2004). Seus múltiplos saberes, seus conhecimentos, enfim, é a partir do próprio sujeito que se deve conhecer o lugar. É através do modo de vida, da solidariedade entre os sujeitos do campo, das experiências compartilhadas entre os companheiros que se dará a abordagem do próximo tópico.

2.4 Mutirão de ajuda mútua: uma reafirmação da solidariedade camponesa

Estão presentes em suas relações sociais acentuados valores humanos fundamentais, entre os quais a solidariedade e a fraternidade, que se concretizam em múltiplas práticas de ajuda mútua entre vizinhos [...]
(TARDIN, 2012, p. 181)⁵²

Por ocasião das visitas ao Assentamento Olga Benário para a realização das

⁵¹ Neologismo utilizado por Mendonça (2004) em sua tese de doutorado. Acabou incorporado por pesquisadores que entendem que expressa em si mesmo um conceito preciso e complexo ao mesmo tempo.

entrevistas, observou-se que os assentados se reúnem com certa frequência para planejar e organizar as estratégias de trabalho e discutir formas de desenvolver as atividades, seja para o vizinho que, por ventura, esteja “precisando” seja algum trabalho de interesse de todos, como a construção de pontes, estradas, etc. Algumas atividades que caracterizam mutirão de ajuda mútua foram observadas, com destaque para a construção de uma casa para uma família assentada e uma ponte para melhor circulação dentro do Assentamento.



Foto 11: Mutirão para construir a casa de um assentado
FIRMINO, Waldivino. Gomes. (TRABALHO DE CAMPO, 2011).

Durante as atividades de pesquisa de campo, ao chegar a uma parcela, deparei-me com vários trabalhadores que estavam reunidos realizando o mutirão para a construção da casa de uma família assentada. Além da família, vários trabalhadores estavam presentes, Sebastião, César e outros. A foto 11 mostra o início da construção da casa, os pedreiros trabalhando na construção das paredes e os ajudantes aguardando para servir os materiais quando solicitados pelos pedreiros. Os homens estavam desenvolvendo as atividades da construção enquanto as mulheres faziam o almoço ali mesmo sob a sombra de uma árvore, afinal, já era quase meio dia. Todos juntos trabalhavam para auxiliar o companheiro no momento de “precisão”. Estas práticas e saberes estavam, aos poucos, sendo soterradas/esquecidas pelos camponeses em geral.

Além do mutirão de ajuda mútua para a construção da casa, aconteceu outro para a construção de uma ponte para melhor circulação dentro da área do Assentamento. No próprio lugar onde construía-se a ponte, os camponeses almoçam, merendam, participam de todos os momentos com muita alegria e parece não demonstrarem cansaço. Os assentados disseram que estas construções representam uma vitória para eles.

[...] Nós precisava de uma ponte aí; nós tá lutano com essa ponte aí...sete anos que nós tá aqui, nós não foi atendido nem por parte do INCRA, nem por parte da prefeitura daqui. Essa ponte tá logo aqui, uns cento e cinquenta metros da minha casa; quando o rio represa e joga pro corgo acima, ninguém passa, tem que dá a volta uns vinte e tantos quilômetro. Então, a infraestrutura é uma coisa que precisa muito. João (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

O assentado João disse que foram feitas solicitações aos órgãos competentes, como o Poder Executivo municipal de Ipameri, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiânia, que não foram atendidas. Então, após sete anos de insistentes solicitações ignoradas, tomaram a decisão de construírem a ponte com as próprias mãos, utilizando materiais existentes no próprio Assentamento como: madeiras de aroeira para a construção dos pilares, vigas e pranchas para acabamento, além de outros materiais. Eles já haviam construído uma ponte provisória no local, mas, devido à fragilidade dos materiais utilizados, e com a ação das intempéries, a ponte foi destruída.

Como se observa, a primeira ponte (foto 12) que os assentados construíram sobre o Córrego das Nascentes, em caráter provisório, não tinha capacidade para veículos pesados, no entanto foi o que eles puderam fazer naquele momento. As famílias assentadas possuem disponibilidade de mão-de-obra para a realização de trabalhos diversos dentro da parcela, no entanto, dispõem de poucos recursos financeiros para a realização de benfeitorias como pontes, estábulos, construções para criação de animais, além de outras limitações. O trabalho para a realização de uma ponte como a mostrada na foto 12 demanda poucos recursos financeiros, se comparada com a nova ponte mostrada na foto 16, com estrutura para suportar veículos pesados. Alguns trabalhadores que participaram dos mutirões disseram que, após o término dos trabalhos, o operador de uma máquina pesada fez um teste transitando com a mesma *para lá e pra cá* sobre. Estavam entusiasmados por construírem uma obra como aquela com as próprias mãos.



Foto 12: Primeira ponte construída pelos trabalhadores no Assentamento Olga Benário em 2005

Fonte: (PDA, 2006/7). Arquivo impresso.

Por causa desse mutirão, foi possível tomar conhecimento de um outro ato de solidariedade. Quando os assentados tomaram posse das parcelas de forma definitiva, alguns receberam a terra com limitações de água corrente. Eles as denominam parcelas secas. É o caso do sr. Osvaldir. Segundo ele, sua terra não tem água corrente, a água para abastecimento da casa e dos animais é bombeada de um poço artesiano construído por iniciativa de seis famílias que ratearam as despesas de instalação.

Já alguns assentados foram sorteados com parcelas que fazem divisas com o Rio do Braço⁵³, com o Córrego das Nascentes e outros cursos d'água perenes. Estes não têm problemas com falta de água, mas sempre que tem enchentes, impedem a passagem de um lado para outro do rio, fazendo com que vizinhos de “grito”⁵⁴ precisem percorrer aproximadamente 20 km para ir até o vizinho mais próximo.

Os assentados, para construir a nova ponte, realizaram as tarefas em etapas, sempre aos fins-de-semana e em mutirões. A seguir, as fotos 13 e 14 mostram a sequência dos trabalhos de construção da ponte.

⁵³ De acordo com o Mapa de Organização Espacial/Plano de Parcelamento do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) elaborado pelo INCRA (Anexo 3), as parcelas 01, 51, 52, 53 e 55 limitam-se com o Rio do Braço.

⁵⁴ Segundo os assentados, vizinho de “grito” é quando moram próximos uns dos outros e são capazes de se comunicarem por meio de gritos. O caso citado nesta pesquisa trata-se dos assentados João e Elvis, eles são vizinhos e a distância que separa as casas destas famílias é de aproximadamente quatrocentos metros.



Foto 13: Mutirão para construção da primeira etapa de uma ponte no Assentamento Olga Benário
FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

A foto 13 mostra o mutirão para a construção da ponte no Córrego das Nascentes⁵⁵ em substituição àquela que aparece na foto 12. Esta é uma imagem do primeiro dia do mutirão, que aconteceu no dia 05 de maio de 2012, e mostra os camponeses trabalhando, erguendo os pilares de madeira de aroeira, espécie de madeira de lei existente no Assentamento e que os próprios trabalhadores prepararam para a construção da ponte. Todos participam do trabalho, enquanto alguns “põe a mão na massa”, outros procuram orientar os companheiros no cuidado com o trabalho. Eles tiveram ajuda de um fazendeiro vizinho que emprestou um trator para realizar algumas atividades da construção. O assentado que opera o trator é um dos que prestam serviços para fazendeiros do entorno do Assentamento. O trabalho de construção da ponte é executado com muito cuidado pelos camponeses, afinal os recursos e técnicas, como se observa na foto, são precários proporcionalmente em relação à dimensão da obra que se propôs fazer.

A foto 14, na sequência, mostra outra etapa de construção da ponte, em fase avançada. Os trabalhadores constroem a estrutura de madeira que vai sustentar a ponte. Esta fase da

⁵⁵O Córrego das Nascentes é um dos principais cursos d’água no interior do Assentamento, haja vista que a exigência legal de proteção permanente de mata ciliar em suas margens, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) é de 30 metros para cada margem.

construção exige trabalhadores com habilidades para se equilibrarem sobre vigas e esteios rústicos de madeiras.



Foto 14: Mutirão para construção da segunda etapa da ponte no Assentamento Olga Benário FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

A companheirada, como eles dizem, trabalhou durante vários fins de semana para construir aquela ponte. Eles procuravam-se revezar. Em cada etapa da construção, convidavam outros companheiros do Assentamento, segundo eles para não cansar apenas um grupo. Com isso, pude conhecer vários trabalhadores porque presenciei quase todas as etapas da construção. Eles almoçavam ali mesmo, na sombra das árvores, sempre com muita alegria em poder realizar um trabalho com as próprias mãos, afinal a ponte atenderá todo o Assentamento.

A foto 15, na sequência, focaliza um grupo de camponeses reunidos sobre a ponte que tinham acabado de construir. Eles concluíram o trabalho e disseram que a prática de mutirões permanecerá no Assentamento, pois a experiência foi importante no sentido de resolver o sério problema de circulação no Assentamento e para fortalecer as amizades e o sentimento da solidariedade, que foi causa e ao mesmo tempo consequência do mutirão. Esta se constitui uma forma de resolver alguns problemas no Assentamento, além de proporcionar a união entre as famílias, afirmaram. Os trabalhadores sempre estiveram dispostos ao trabalho, a companheira do Sr. João sempre participou na preparação do almoço e da merenda junto com

outras mulheres e homens que também ajudaram na tarefa. Os trabalhadores desempenhavam suas funções na construção da ponte com muita disposição e alegria.



Foto 15: Camponeses reunidos após a construção da ponte no Assentamento Olga Benário FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012)

A foto 16, a seguir, mostra a ponte já finalizada e pronta para o uso. O que chama a atenção no processo de trabalho em mutirão é a capacidade dos trabalhadores para a construção de obras como a residência e a ponte mostradas neste trabalho, diante de limitações, principalmente econômicas.

A ponte foi construída sobre o Córrego das Nascentes, principal curso d'água na área do Assentamento. A foto 16 mostra, além da ponte, uma área de preservação dos recursos naturais, no caso, a mata ciliar presente à margem do curso d'água. A extensão da ponte é de 12 metros e a altura no centro do leito principal é de aproximadamente 5 metros. Os materiais utilizados, como madeiras, pedras e areia foram coletados e preparados no próprio Assentamento. Os trabalhadores camponeses tiveram ajuda de empresários de Ipameri que doaram cimento e ferragem. O primeiro mutirão aconteceu no dia 5 de maio de 2012, quando reuniram vinte e cinco pessoas que trabalharam durante todo o dia. Foram realizados cinco mutirões entre os meses de maio a outubro de 2012 sempre nos fins de semana.



Foto 16: Ponte construída pelos camponeses no Assentamento Olga Benário FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012)

É um desejo dos camponeses do Olga Benário que as atividades de mutirões de ajuda mútua realizadas por eles sejam mostradas. Só assim, disseram, “o nosso trabalho poderá ser visto pela sociedade”, principalmente pelos habitantes de Ipameri, com quem se relacionam com mais frequência. Isso, segundo eles, dará mais visibilidade às ações realizadas no Assentamento, principalmente as concretizadas de forma coletiva.

Pessoa (1999) diz que as práticas dos mutirões representam, além de outros atributos, a alegria de poder servir ao outro no momento de necessidade da família, a troca de experiências, a partilha de notícias e informações entre o grupo. Diz:

[...] É preciso temperá-lo com alegria da “companheirada”, com a partilha das notícias e informações, com as histórias jocosas, com as trocas de ideias sobre um negócio ou mudança na plantação, com os gritos de emulação comunitária do trabalho (PESSOA, 1999. p. 254).

Quando Pessoa (1999) fala das informações que são compartilhadas durante o momento do trabalho nos mutirões, está evidenciando uma forma de troca de experiências entre os assentados, não somente a respeito daquilo que estão realizando, como também uma troca de experiências de vida.

Estas atividades reforçam o que é dito por Fernandes (2000) com relação à estrutura

organizativa dos assentamentos e das diversas formas de organização presentes, como o trabalho em grupos para a realização das atividades laborais em assentamentos.

As práticas de mutirão de ajuda mútua possibilitam a realização de tarefas que seriam impossíveis de serem realizadas individualmente. Os mutirões são momentos de reafirmação da solidariedade característica do campesinato. Tais práticas evidenciam, entre outras coisas, o (re)enraizamento do campesinato. Tudo isso, somado ao aprendizado adquirido nos acampamentos, faz com que haja continuidade do processo solidário entre os camponeses. Para os assentados, o mutirão é sinônimo de ajuda, de partilha, de alegria em poder servir e ser servido.

O mutirão de ajuda mútua para um companheiro, segundo Cândido (2009), em outros tempos, era:

[...] essencialmente a reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Esse chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal. (p. 193)

O mutirão de ajuda mútua, conforme Oliveira, ocorre “Já quando a família camponesa não consegue completar totalmente a sua necessidade de trabalho, ela pode ser completada pela ajuda mútua” (OLIVEIRA, 1991, p. 56). Os assentados do Olga Benário em sua maioria são pessoas que necessitam de ajuda dos vizinhos, dos companheiros, para completar atividades mais complexas desenvolvidas no próprio Assentamento ou aquelas de interesse comum na própria parcela.

Mas a ajuda mútua não ocorre somente na forma de mutirões, pode também ser ajuda individualizada, o que é chamado de “troca de dia”. Mesquita (2001) menciona o processo de troca de dias de trabalho por produto ou permuta de dias de trabalho por outro dia de trabalho em momento oportuno, que se caracteriza enquanto elemento de solidariedade e cooperação entre os acampados de Corumbiara. Isso não é exclusividade de um determinado lugar; se manifesta como uma afirmação do modo de vida camponesa. São momentos de troca de experiências, de partilha de informações e notícias, além de socialização de assuntos de interesse de todos, como afirma Pessoa (1999).

Mesquita (2009) ressalta que por meio das práticas dos mutirões, os camponeses reafirmam a solidariedade que lhes era, e ainda é cara.

Quando um vizinho estava “precisando” a comunidade se reunia e organizava a “treição” ou o mutirão de ajuda mútua. A festa começava com a chegada de todos juntos ainda de madrugada com gritos e foguetório. O beneficiado era pego de “surpresa,” mas, coincidentemente, na véspera havia matado o porco e as galinhas já estavam debaixo do balaio prontas para serem abatidas. Durante todo o dia as mulheres cuidavam da farta comida e os homens batiam pasto, limpavam o rego, colhiam a roça... E à noite, para completar, se organizava o pagode, no qual o sanfoneiro e o violeiro tocavam e cantavam, enquanto todos dançavam e depois iam embora ainda cantando suas modas pelos trieiros iluminados pela lua. Havia ainda o mutirão de fiandeiras, organizado especialmente pelas mulheres e meninas para ajudar as vizinhas que tinham colhido o algodão e precisavam de “fiar” porque assim era melhor para conservar o mesmo. As fiandeiras não só fiavam, mas faziam todo o processo de beneficiamento do algodão como descaroçar, bater e cardar. O “serviço” era feito entre muita cantoria e muita comida (p. 27).

Como afirma a autora, estas práticas são tradições entre os camponeses. Martins (2008) diz a respeito da prática de mutirão entre as famílias, que:

[...] Até os anos quarenta, na casa de meu avô, se fazia um mutirão familiar uma vez ao ano para matar o porco, fazer chouriço, derreter a banha e acondicionar a carne frita em grandes latas de banha para o consumo durante os meses seguintes, pois geladeiras só havia aquelas de madeira, no armazém da esquina (p. 124-125).

Essa experiência que o autor apresenta faz lembrar outra prática de solidariedade camponesa: sempre que matava um capado⁵⁶, a família distribuía uma prova⁵⁷ para os vizinhos, os quais retribuía com o mesmo tratamento. As formas de ajuda mútua ainda permanecem entre algumas comunidades e geram laços de afetividade e cooperação entre as famílias.

Estas práticas vêm de longe. Woortmann (1987) diz que a tradição não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro. O Assentamento é resultado de vários anos de luta e uma característica de um Assentamento como o Olga Benário em Ipameri e o resgate da experiência de mutirão de ajuda mútua. Desta forma os assentados se organizam para a realização de tarefas diárias ou mesmo aquelas esporádicas como a construção de casas, estradas, pontes e outras.

Assim, segundo Marques:

⁵⁶ Os camponeses chamam de “capados”, os porcos que foram castrados e separados para a engorda. Castra-se o animal para que sua carne não fique “reimosa”. De acordo com Brandão (1981) reimoso é o que tem reima: corpo, sangue ou alimento, vegetal ou animal (p. 121).

⁵⁷ O ato de distribuir uma “prova” ou pedaço de carne para os vizinhos ou para aqueles que ajudaram nas tarefas de abate e preparo do porco significa para os camponeses uma honra em poder servir o outro no momento de fartura. O que chamam de “prova” é bem mais que isso, são porções significativas que contribuem para a alimentação de outras famílias que, porventura, estejam “precisando”.

A comunidade adquire uma nova forma, inspirada no modelo da comunidade camponesa, laços de parentesco e vizinhança vão sendo criados, o que determina um relativo fechamento do grupo e transforma o assentamento em um território de reciprocidade. Porém, se, por um lado, as alianças entre famílias reafirmam laços estabelecidos entre “companheiros de luta”, por outro, também servem para reforçar divisões no interior do grupo (p. 124).

Marques (2000) diz que há formação de laços de amizades ou familiares entre os grupos que se formam após o processo de assentamento. As tomadas de decisões em conjunto nem sempre vão ao encontro da forma de pensar de todos os assentados resultando muitas vezes em discórdias, divisões e originando rachas (divisões), o que pode acontecer em qualquer grupo social. Foram observadas entre os assentados certas afinidades para as lidas diárias, seja no interior das parcelas fazendo trabalhos conjuntamente como a construção de casas, ou mesmo aquelas atividades que são de interesse coletivo, como a construção de pontes, a manutenção de trechos de estrada, ou outras atividades como a manutenção das fontes de água para abastecimento de grupos, como é o caso da área 4⁵⁸, na qual várias parcelas são abastecidas pela mesma fonte, o Córrego do Retiro⁵⁹.

2.5 Alguns fragmentos do cotidiano no Assentamento Olga Benário

O movimento de luta para conquistar a terra é uma batalha difícil, mas ao chegar/entrar na terra são outras lutas, outras batalhas para se conseguir viver e viver bem na terra e com a terra.

Alguns assentados recorrem ao trabalho assalariado durante uma época do ano, junto aos fazendeiros no entorno do Assentamento. Nesse sentido, Oliveira (1991) diz que a produção camponesa nem sempre é suficiente, sendo necessário recorrer ao trabalho assalariado ou as alternativas como: a ajuda mútua, a parceria, e outras formas, a fim de suplementar a renda obtida com os cultivos em suas parcelas.

Apesar das limitações, são múltiplas as atividades para a produção, tais como: cultivo de hortaliças, pomares, fabricação de farinha de mandioca, queijos, artesanato, criação de pequenos animais, entre outras atividades para autoconsumo e comercialização dos excedentes. A satisfação do camponês em cultivar a terra se expressa na liberdade e

⁵⁸A área 4 é composta por um grupo de 11 famílias. Está localizada nas proximidades do Retiro e da entrada principal do Assentamento.

⁵⁹O Córrego do Retiro é um dos afluentes da margem esquerda do Córrego das Nascentes. As nascentes desse manancial estão localizadas próximo à entrada principal do Assentamento. Há vários represamentos no Córrego (já existiam antes da desapropriação da fazenda) os quais são responsáveis pelo abastecimento de água para várias parcelas, inclusive alguns a utilizam para irrigação de hortaliças, como o caso do assentado José, por exemplo.

autonomia que o acesso e uso da terra lhes possibilitam. A foto 17 mostra o cultivo de hortaliças na parcela do assentado José. Ele e sua família cultivam para autoconsumo e o excedente é comercializado nas feiras, frutarias e mercearias em Ipameri.



Foto 17: Canteiros de hortaliças na parcela de um Assentado do Olga Benário
FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

Na foto 17 pode-se ver que os canteiros são cercados por vegetação nativa do Cerrado, que contribui para a proteção da horta, formando uma barreira natural contra enxurradas e ventos. O assentado disse que escolheu este lugar primeiramente em função da disponibilidade de água, visto que há uma fonte de água que escoar em queda natural até os canteiros. A água exerce pressão suficiente para girar microaspersores⁶⁰ que facilitam o trabalho de irrigação das plantas. A rede de água pode ser visualizada na parte superior, à esquerda da foto. A matéria orgânica (esterco bovino) para fertilização dos canteiros é doada por fazendeiros vizinhos. José disse que em breve produzirá este material em sua parcela, isso reduzirá os custos com a produção, pois deixará de gastar com transporte e ainda ganha tempo.

Em outra parcela, os assentados produzem farinha de mandioca para autoconsumo e comercialização do excedente. Como se observa na foto 18, a produção de farinha é um

⁶⁰Microaspersores são pequenos aplicadores (aspersores em miniatura) que cobrem áreas de 1 a 10 m², com vazões compreendidas entre 50 a 200 l/h. (GOMES *et al.*, 2008, p. 79).

processo coletivo desde a plantação e cuidados com a lavoura, arrancar (colher), descascar, ralar, prensar e até torrar há a participação de toda a família. A foto mostra o momento em que a massa está sendo torrada para se transformar em farinha. Mostra também o ambiente da atividade. Aos olhos de desavisados pode parecer “improvisação”, o formato da fornalha, a falta de paredes da casa de farinha, a disposição dos objetos, o modo como a lenha está guardada, etc. No entanto, tudo se presta à realidade da tarefa.



Foto 18: Fabricação de farinha de mandioca no Assentamento Olga Benário FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

A vida no Assentamento é muito diferente em relação ao acampamento, porque cria uma falsa impressão de que as “coisas” estão prontas e acabadas. No entanto, muitos problemas têm continuidade no Assentamento. Há um enfrentamento constante. Mas, como afirma Valentini, “A organização e pressão popular é componente indispensável no cenário da democracia” (VALENTINI, 2005, p. 3). Portanto, a luta continua. Conseguir recursos como do permanecer na terra é uma das mais difíceis formas de resistência, pois, além do enfrentamento direto com os latifundiários e com aqueles que defendem as investidas do capital, ainda precisam romper as barreiras políticas, que constituem uma tarefa difícil. A lentidão das decisões públicas para atender as reivindicações dos assentados constitui, segundo eles, em obstáculos que afetam diretamente a vida no campo.

Woortmann e Woortmann (1997) relatam a importância do saber fazer dos camponeses com relação a terra e outras atividades. Alguns saberes camponeses são destacados, como a observação das fases da lua para o momento correto de cultivo das plantas, no sentido de obter melhor produtividade; a crença na cura e proteção dos animais através da benzeção⁶¹, além de outros saberes camponeses, que, segundo os autores são constituídos como um modelo de compreensão que, mesmo na ausência de técnicas sofisticadas, são detentores de conhecimentos do lugar onde residem e produzem.

Nota-se no Assentamento, a necessidade que aqueles sujeitos têm, ao assumirem seus lugares de produtores no campo, a esperança de serem donos não apenas de sua força de trabalho, mas dos meios de produção e especialmente da terra que se constitui em *terra de trabalho*, ou seja, meio de vida. E isso leva à superação de problemas individuais e isolados, ou mesmo de maiores.

Neste aspecto, (Woortmann, 1990, p. 12) diz:

(...) Vê-se a terra não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas, como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

A terra é valorizada não pelo seu preço, mas pelo que representa para os camponeses, a terra representa o meio legítimo para a realização da vida. É onde raízes partidas, fragmentadas, como diz Bosi (2003), voltam a soldar-se através do trabalho com satisfação em dizer, “esta é minha terra”, como muitos dizem, “esperei muito por este momento”. Diferentemente do capitalista que vê na terra o valor monetário, afinal a Lei de Terras de 1850 legitimou a compra e venda mediante pagamento. (Martins, 1996, p. 32) diz que: “A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, solução social em benefício exclusivo dos que tinham e tem a terra e poder”.

Assim, as maiores dificuldades se relacionam ao dinheiro para satisfazer outras necessidades. Esse dinheiro, quando não era obtido com o trabalho na terra, precisava ser comprado fora dela com o trabalho. Quando a economia não era tão monetarizada não era assim.

[...] Quase não havia dinheiro nas relações de trabalho. A possibilidade de uso da própria terra do fazendeiro por parte do trabalhador para assegurar sua subsistência e a de sua família e as possibilidades de moradia na própria fazenda criavam uma pobreza peculiar. O trabalhador produzia diretamente seus próprios meios de vida, não passava fome. O mundo pobre do caipira e do sertanejo era um mundo de fartura (MARTINS, 1996, p. 33).

⁶¹Ato de benzer. Muitos invocam a proteção do Céu sobre as “coisas”: criação de animais, colheitas, etc.

Mas, ainda se pode dizer que o mundo do camponês é um mundo de mesa farta, e seria ainda mais, o dele e o dos outros trabalhadores, se tivesse políticas públicas eficientes para atender àqueles que produzem os alimentos básicos.

3 O COMEÇO DA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DO COMEÇO: O Assentamento Olga Benário

“[...] Em uma vida feita de passagem como a dos camponeses sem-terras, sempre migrando em busca de melhores condições de vida, o desejo de se estar realizando a derradeira travessia para uma vida de fartura, dá à luta pela terra uma dimensão ritual, conferindo-lhe grande força e intensidade”
(MARQUES, 2000, p. 224)

O trocadilho do título deste capítulo indica a tentativa de compreender o itinerário dos assentados do Olga Benário, do começo à expropriação da terra de trabalho, a luta e o novo começo no Assentamento. Existe uma história em comum entre as famílias que é a busca pela terra, mas cada uma tem suas particularidades, que vão sendo reveladas quando começam as conversas entre assentados e pesquisador durante a pesquisa de campo.

Para muitos o começo da luta não é o momento de ingresso no movimento social, quando acamparam às margens de rodovias, ou quando fazem ocupações mas, se dá a partir do momento em que são “apartados” da terra onde nasceram, cresceram e onde muitos constituíram suas famílias.

Para compreender a trajetória dos assentados do Olga Benário em Ipameri (GO), faz-se necessário lembrar o tempo dos acampamentos. Juntando os fragmentos de histórias de cada família, procurando saber de onde vieram, por onde andaram, como era a vida itinerante, assim foi possível compreender como começou e desenrolou a luta daqueles trabalhadores. Para tanto, as fontes orais foram essenciais pois o diálogo com os assentados possibilitou rememorar o período em que estavam em movimento rumo ao Assentamento. Muitos nem sabiam que seria “aquele” Assentamento, mas para todos naquele período o que contou é a esperança. A assentada Edite afirma: “Esse pedacinho de terra aqui é meu tudo, não gosto da cidade, não dou conta de sair daqui” (PESQUISA DE CAMPO, 2012). A camponesa expressa um sentimento que parece ser comum entre aqueles que estiveram na estrada e chegaram à terra almejada, confirma o que a maioria dos assentados do Olga Benário diz a respeito da relação com a terra.

“A luta pela terra vem de longe, desde o tempo de criança”, é o que afirma o assentado Joaquim ao relatar sua história de vida e de luta. O assentado disse que seu pai faleceu quando ele ainda era criança, desde então passou a trabalhar para ajudar sua mãe que tinha outras crianças para cuidar. Ele disse que estava com apenas dezessete anos de idade quando conseguiu emprego em uma empresa no município de Niquelândia, onde morava. Não

suportando mais a vida de empregado na cidade decidiu procurar trabalho no campo em fazendas da região onde trabalhou por vários anos como empregado e conseguiu juntar dinheiro suficiente para adquirir sua própria terra. Segundo ele, uma pequena área, porém, muito produtiva, localizada no município de Niquelândia (GO), que ele veio a perder e, por isso, ser outra vez sem-terra.

O assentado diz em seu depoimento: “[...] eu acabei comprando uma terra lá, essa terra que era um projeto da barragem Serra da Mesa, lá no município [...] comprei e lá fiquei por quase três anos e levantaram a barragem, represou a água, ela encobriu lá onde eu morava, você não vê nada, tudo de baixo d’água” (PESQUISA DE CAMPO, 2012).

Joaquim, assim como milhares de camponeses foram e continuam sendo vítimas do modelo energético brasileiro, que expropria, expulsa aqueles que estão “no caminho da água”, só que aquele “caminho” não é o caminho das águas, é o lugar de camponeses que plantam e colhem os alimentos que estão nas nossas mesas. Afinal o caminho das águas é o leito dos rios.

O processo de barramento das águas de rios no Cerrado para geração de energia elétrica é um novo agente expropriador de camponeses. Os imensos lagos artificiais afogam as terras, as esperanças e o modo de vida de milhões de camponeses e populações tradicionais, é a apropriação privada dos recursos naturais. É como diz Mesquita (2009) com relação aos camponeses que são expulsos das áreas de Cerrado pela modernização da agricultura, são empurrados para os vales. “[...] A proposta de construção de barragens para AHE e PCHs em quase todos os cursos d’água do Cerrado vai desalojar outra vez essa população.”

Mendonça e Pelá (2011) dizem:

[...] é necessário conhecer os diferentes usos e as formas de exploração da terra, contrapondo-se ao discurso hegemônico do agro-hidronegócio centrado na incorporação das terras “improdutivas” e na potencialização da produção e da produtividade e que não reconhecem outros usos da terra [...] (p. 16).

O discurso hegemônico que Mendonça e Pelá (2011) mencionam ocorreu também no norte de Goiás para justificar a construção da barragem Serra da Mesa. De acordo com o assentado Joaquim, muitos trabalhadores foram expulsos da terra devido a construção da barragem no curso principal do Rio Tocantins para formação do lago nos municípios de Minaçu, Niquelândia e outros no norte do estado de Goiás. Segundo o assentado, sua pequena gleba de terra no município de Niquelândia, ficou completamente submersa e o valor pago

como indenização não foi suficiente para comprar outra terra com as qualidades daquela que perdera. Sua família foi para Niquelândia somar-se a outras pobres da cidade. Mesquita (2009) aponta o processo de devastação do Cerrado pelo agro-hidronegócio⁶² e enfatiza:

Os camponeses brasileiros enfrentam secularmente o latifúndio, que com a conivência do Estado, concentra renda e terras gerando fome e pobreza. Se os camponeses lutaram contra o latifúndio em todos os tempos da história do país, recentemente têm de enfrentar os conglomerados econômicos estrangeiros e nacionais que privatizaram o setor elétrico e expandem a construção dos AHEs e PCHS, cujas represas expulsam da terra milhares de famílias (p. 18).

O processo de expulsão dos trabalhadores do campo pelo agro-hidronegócio não leva em consideração os saberes seculares que tais sujeitos acumularam, muito menos a capacidade destes em produzir alimentos e matérias-primas para os diversos setores da economia. “[...] É preciso valorizar as experiências da agricultura camponesa, o que significa reconhecer e conservar os ecossistemas, as culturas e os conhecimentos, pensando na autonomia dos povos, comunidades e na soberania alimentar”. (MENDONÇA, 2012, p.360).

Para alguns assentados do Olga Benário, a luta pela terra teve início quando os mesmos ingressaram nos acampamentos, como o caso do assentado Flávio, que afirmou ter ingressado no movimento influenciado pelos tios que já viviam no campo. O entrevistado assinala que: “de tanto visitar meus tios no campo, acabei tomando gosto pelas coisas do campo” (PESQUISA DE CAMPO, 2012). O assentado disse ainda que embora não tivesse um envolvimento direto com a terra, sempre manteve viva a memória camponesa porque os pais mantinham laços fortes com a terra.

Cada história familiar tem suas especificidades, as quais vão sendo reveladas à medida que os laços de amizade e afetividade vão se formando e tornando duráveis. Aquelas famílias vão juntando umas às outras, tornando possível a solidariedade. Quando se reúnem para a execução de serviços, seja em mutirões ou troca de dia, eles podem desempenhar atividades que faziam antes de entrar na luta pela terra. Algumas famílias encontram dificuldades para viver no campo e necessita de renda complementar, que é auferida fora da parcela, além de trabalharem na própria parcela. Os vinte e oito assentados que afirmaram trabalhar na própria parcela (quadro 02) disseram que eventualmente fazem alguns “bicos” trabalhando para os companheiros do próprio Assentamento ou fazem algum tipo de atividade, segundo eles,

⁶² Neologismo criado pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) associando agronegócio e hidronegócio, entendendo que ambos os processos são expressões do modelo de desenvolvimento adotado no país. Hoje a expressão já é incorporada por pesquisadores vinculados a outros grupos de pesquisa, por exemplo, o Centro de Estudos da Geografia do Trabalho (CEGET), coordenado pelo Professor Antônio Thomaz Junior. <http://www4.fct.unesp.br/ceget/>

fazem uma “gambira”⁶³ no próprio Assentamento ou em Ipameri. Os três que informaram trabalhar para fazendeiros no entorno do Assentamento confirmaram que pretendem continuar dessa forma só até acessarem os recursos provenientes de financiamentos como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outros créditos que porventura tenham direito. Após isso, afirmaram que pretendem dedicar todo tempo ao trabalho em suas próprias parcelas.

Os assentados que informaram trabalhar como diaristas são aqueles que ainda dependem do trabalho externo para complementar a renda da família. Nesses casos eles saem de casa bem cedo e vão para as lavouras da região para executar serviços, principalmente de colheitas, e no final do dia retornam para o Assentamento, como afirmou o assentado Francisco. Outro assentado, Vicente, disse que trabalha como ambulante, revendendo produtos fabricados de forma artesanal como brinquedos e outras peças de madeira. Para a realização desse trabalho, ele utiliza o carro da família para transportar os produtos que são expostos em várias cidades da região. Ele sai de viagem para realizar as vendas e deixa sua companheira na parcela com os demais membros da família. O assentado disse que não tem mais saúde para “pegar no pesado”, inclusive afirmou que a questão relacionada à saúde dos assentados precisa ser melhorada e cobra mais atenção dos órgãos competentes.

Um assentado trabalha como agente de saúde, o Sr. Sebastião, sua função como funcionário público municipal está representada nos dados da pesquisa de campo. Ele faz visitas domiciliares às oitenta e quatro famílias do Assentamento, presta serviços em horários estabelecidos durante os dias úteis da semana. Ele reside no Assentamento e nos finais de semana, nos horários vagos e após o trabalho que encerra às 17 horas, cuida de algumas vacas leiteiras, galinhas e frangos.

Dentre os trinta e sete assentados entrevistados, dois vivem da renda da aposentadoria, um deles por idade e tempo de serviço, outro recebe a pensão da companheira. Um deles, o Sr. Sebastião, tem setenta e quatro anos de idade, é divorciado e vive só em sua parcela, ele cultiva algumas plantas como mandioca, milho e algumas fruteiras para autoconsumo. Mesmo com muitos anos de idade e vivendo só, faz planos, fala de projetos futuros, como ampliação das atividades de cultivo e melhoria da casa.

O outro caso de trabalhador que vive da aposentadoria é o assentado João, de cinquenta e três anos, viúvo, recebe a pensão, como dito anteriormente da companheira que

⁶³Gambira significa fazer um negócio, uma troca. Cf. Oliveira, Marcelo Leles Romarco em: Retratos de assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. Tese de Doutorado em Ciências, UFRJ. 2007, p. 13.

era professora. Ele tem dois filhos que não moram com ele. Segundo o assentado, os filhos vivem e trabalham em Goiânia. Este assentado vive só em sua parcela, sua saúde inspira cuidados e não está conseguindo trabalhar por causa dos problemas renais e cardíacos. Mesmo assim, não desistirá da terra, afirmou, e disse que antes de casar não morava no campo, mas após o casamento recebeu algumas vacas por herança e isso fez com que ele se interessasse pelo campo. Isso, segundo ele, é um dos motivos para ter entrado no movimento.

As histórias se repetem. O desejo dos assentados enquanto viviam nos acampamentos era semelhante: todos sonhavam em ter seu próprio pedaço de terra. Faziam planos e até imaginavam como seria a casa, o quintal, as criações. A dureza da labuta enquanto perambulavam por acampamentos e agora enquanto assentados não apagou o sonho em querer ver suas terras “arrumadas” como eles mesmos dizem.

3.1 De onde partiram, por onde andaram: a trajetória dos assentados

*Na rodovia existe uma multidão de gente que vivia
descontente com a vida na cidade, sem ter um
emprego, uma casa e sossego, sem ter atenção
do governo e da nação eles viviam em
casebres de madeira e papelão[...]. BRUNO⁶⁴,
(TRABALHO DE CAMPO, 2012)*

Os camponeses do Assentamento Olga Benário em Ipameri, em sua maioria, viviam em cidades do estado de Goiás. Alguns vieram de outros estados em busca da terra para trabalhar. Muitos viviam nas cidades, realizavam trabalhos temporários como diaristas, ajudantes, motoristas, pedreiros, zeladores de prédio, jardineiros e outros. Como eles dizem, ficavam *de lá para cá e daqui pra li* à procura de trabalho. Muitos dizem que se viam na condição de sobrantes.

Marques (2008), alguns assentados firmam que: mesmo após a posse da terra, ainda se sentem esquecidos. Sabe-se que não se enquadram na condição de sobrantes, pois já estão de posse da terra, porém ainda não têm condições de auferir renda suficiente para atender às suas necessidades, inclusive de alimentos.

O assentado Francisco disse que precisa trabalhar de diarista para fazendeiros de Ipameri e região para manter as despesas da casa. A família é de cinco pessoas e todos dependem do trabalho dele e de sua companheira. Ele relatou que os fazendeiros do entorno do Assentamento vão até as parcelas para contratar “peões” para trabalhar em suas fazendas,

⁶⁴ Bruno, 19 anos, é filho do casal João e Nenzinha. Quando escreveu este poema ele tinha apenas 11 anos de idade e estava na estrada participando da luta pela terra, hoje, com 19 anos, cursa jornalismo em uma universidade pública. Para ler o poema completo, ver anexo 02 página 129.

no entanto, disse também que como mora mais distante da entrada do Assentamento, então sempre está “sobrando”, ou seja, não é chamado para trabalhar, mesmo que seja temporário, porque os parceiros que conseguem trabalho, por razões diversas, não informam aos supostos patrões a respeito dos demais companheiros que moram em áreas mais distantes dentro do Assentamento.

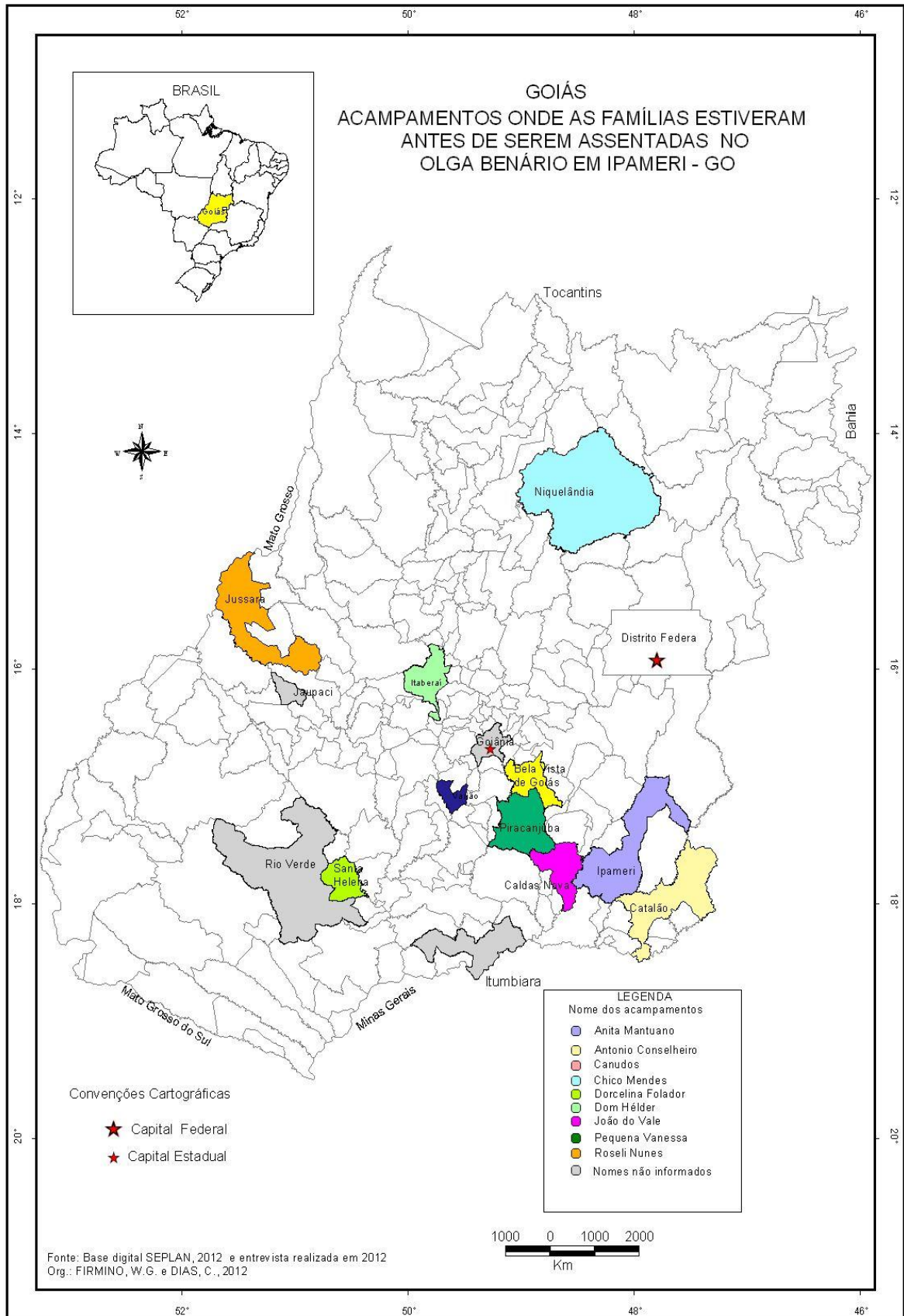
Na participação em movimentos sociais que lutam pela terra está incluída a mobilidade no espaço geográfico. É como eles dizem, *ora tá aqui, ora tá ali*. Em certas ocasiões, por questões estratégicas, dois ou mais acampamentos se fundem⁶⁵ e assim os camponeses vão se movimentando. Os acampamentos dos quais faziam parte os hoje assentados do Olga Benário se localizavam às margens de rodovias e em áreas públicas, como o que foi organizado no pátio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiânia.

Para chegar à terra a luta não pode ser individual, por isso os trabalhadores se organizam em movimentos sociais. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tem feito da luta pela terra uma bandeira de defesa e de conquista da reforma agrária” (OLIVEIRA, 1991, p. 15). O autor fala da luta pela terra a partir da organização de movimentos sociais e diz que “os acampamentos são verdadeiras escolas onde se discute a necessidade da produção coletiva nos assentamentos” (OLIVEIRA, 1991, p. 15).

Os assentados do Olga Benário em Ipameri (GO) partiram de lugares diferentes, não se conheciam, e nos acampamentos construíram teias de relações sociais que se estenderam ao Assentamento. Muitos partiram e percorreram caminhos diferentes até se encontrarem no mesmo lugar, no Assentamento Olga Benário. Dos trinta e sete entrevistados, trinta e seis estiveram em acampamentos. Apenas um trabalhador⁶⁶ ingressou no Assentamento no último ano, portanto, sem ter participado do acampamento. Muitos afirmaram ter percorrido vários acampamentos no estado de Goiás (Mapa 04). Os acampamentos pelos quais os trabalhadores camponeses passaram são: Dom Elder em Itaberaí, Canudos no município de Varjão, Chico Mendes em Niquelândia, Dorcelina Folador no município de Santa Helena de Goiás, Pequena Vanessa em Piracanjuba, João do Vale no município de Caldas Novas próximo ao Rio Corumbá, Anita Mantuano no município de Ipameri, Roseli Nunes em Jussara e o acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão, todos no Estado de Goiás.

⁶⁵É como aconteceu com o Acampamento João do Vale no município de Caldas Novas (GO) que se juntou ao Acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão (GO).

⁶⁶Trata-se do assentado Eraldo. Ele adquiriu a parcela que pertencia à sr^a Nerzinda. A assentada foi entrevistada no dia 06 de maio de 2012. Durante a entrevista, ela queixou muito das dificuldades, inclusive de saúde. Ela deixou transparecer sinais de cansaço e desânimo com a labuta diária na terra.



Mapa 04: Goiás, municípios onde as famílias estiveram antes de serem assentadas no Olga Benário em Ipameri (GO).

Fonte: (Pesquisa de campo, 2012).

Org. FIRMINO, Waldivino Gomes; DIAS, Cristiane.

Alguns camponeses estiveram em mais de um acampamento. O tempo de permanência nestes ambientes também é variável. Não foi possível obter fotografias de todos os acampamentos porque, de acordo com os próprios assentados, poucos trabalhadores tinham acesso a equipamentos como máquina fotográfica ou filmadora. As condições precárias não lhes possibilitavam tais recursos. As fotos 19 e 20 são do assentado Flávio que mantém um importante arquivo pessoal. Elas mostram aspectos gerais do Acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão (GO). Flávio disponibilizou as fotos e explicou o contexto de cada uma. Ele relatou com detalhes a forma de construção do acampamento, as estratégias para reunir com os companheiros acampados e a produção de hortaliças nos espaços dos acampamentos por onde passou com sua família, falou ainda sobre os momentos de tensão vividos às margens de rodovias, como ameaças, xingamentos e outras formas de violência.



Foto 19: Acampamento Antônio Conselheiro às margens da BR-050 no município de Catalão-GO em 2004.

Fonte: arquivo do assentado Flávio.

Os barracos são construídos e dispostos um ao lado do outro, sob a copa das árvores, formando uma “rua”. A foto 20 a seguir, registra o momento de uma reunião dos acampados no interior da mata. Estas reuniões tinham como finalidade planejar as possíveis ocupações e outras estratégias de luta. A mata citada compunha o lugar do Acampamento Antônio

Conselheiro no município de Catalão.



Foto 20: Reunião no Acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão-GO em 2004.

Fonte: arquivo do assentado Flávio.

Esses lugares foram, por longo tempo, a residência e sala de reuniões dos acampados. Nesses lugares a companheirada, como eles mesmos dizem, se reunia para decidir estratégias de luta para acessar a terra. O Acampamento Antônio Conselheiro juntou-se ao Olga Benário. Muitos sem terra chegaram a ficar por oito anos ou mais acampados como afirmou Luiz, um assentado do Olga Benário.

3.2 Os caminhos *de lá para cá e daqui pra li* até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

“Os estudos sob a perspectiva de trajetória, evolução e vida das famílias permitem a apreensão dos assentamentos em tempos e espaços diferenciados, a recuperação da sua história, a caracterização das experiências de arranjos e rearranjos grupais que possibilitam o aparecimento de novas formas de organização”.
(PINHEIRO, 1999, p.11)

Neste tópico são discutidos os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo, na

qual foram feitas entrevistas com os assentados. A partir de um roteiro previamente elaborado que trata de itens relacionados à trajetória das famílias em busca da terra. O objetivo proposto por essa pesquisa é compreender a vida itinerante daqueles sujeitos, perambularam por vários acampamentos até chegar à terra onde estão assentados.

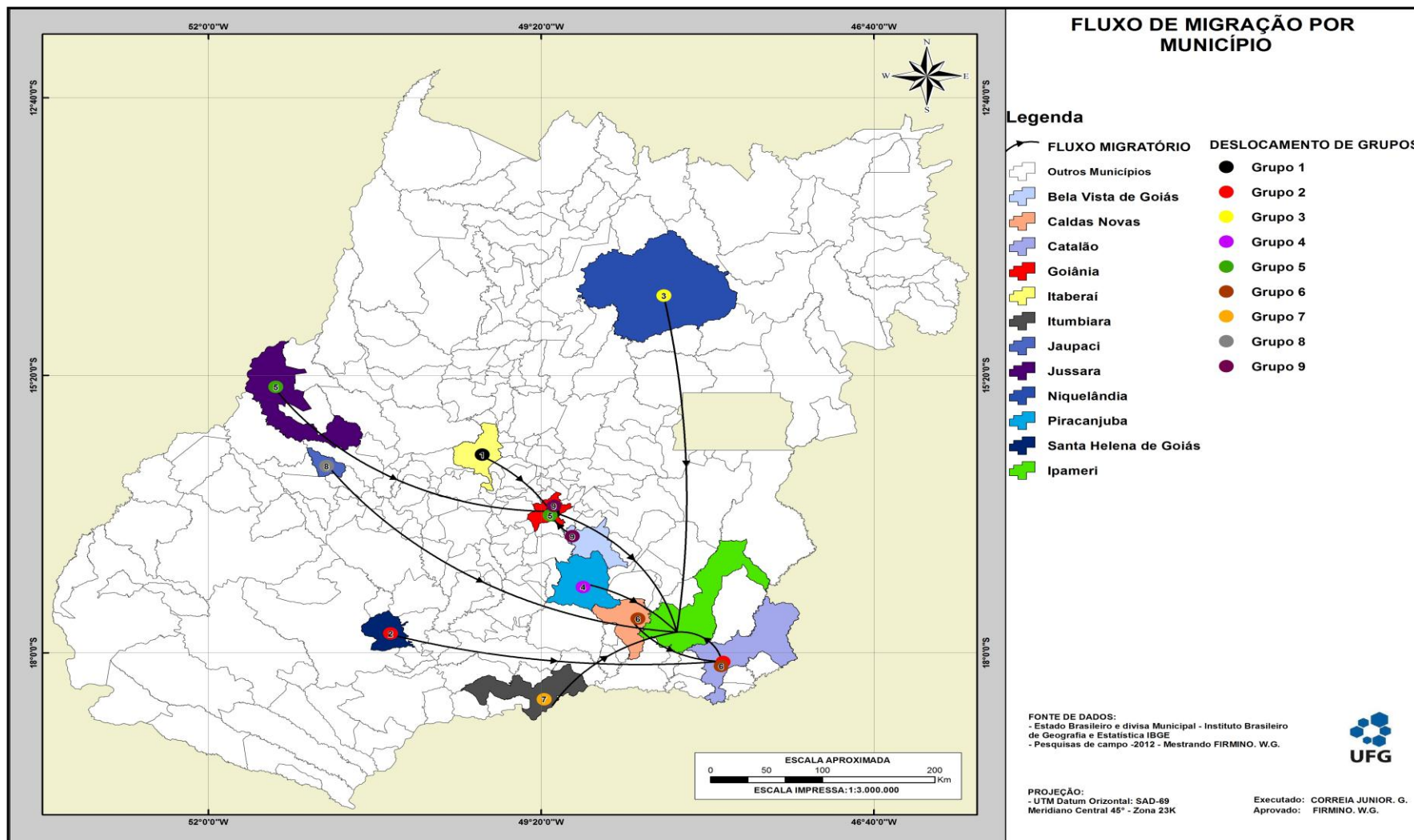
Várias famílias afirmaram ter vivido em condições precárias sob barracos, tanto às margens das rodovias, como na porta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiânia no ano de 2004 e início de 2005, momento que antecedeu o Pré-assentamento. Os acampamentos e em especial aquele organizado no pátio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se constitui em uma forma de pressionar o governo para agilizar o assentamento dos trabalhadores na Fazenda Ouro Verde em Ipameri.

Os mapas 05 e 06 a seguir ajudam a compreender o movimento dos camponeses, os deslocamentos dentro do estado de Goiás (mapa 05) e de outros estados rumo a Goiás (mapa 06). Para facilitar a compreensão dos itinerários classificou-se os entrevistados em nove grupos⁶⁷, o que permite maior clareza dos caminhos percorridos pelos camponeses.

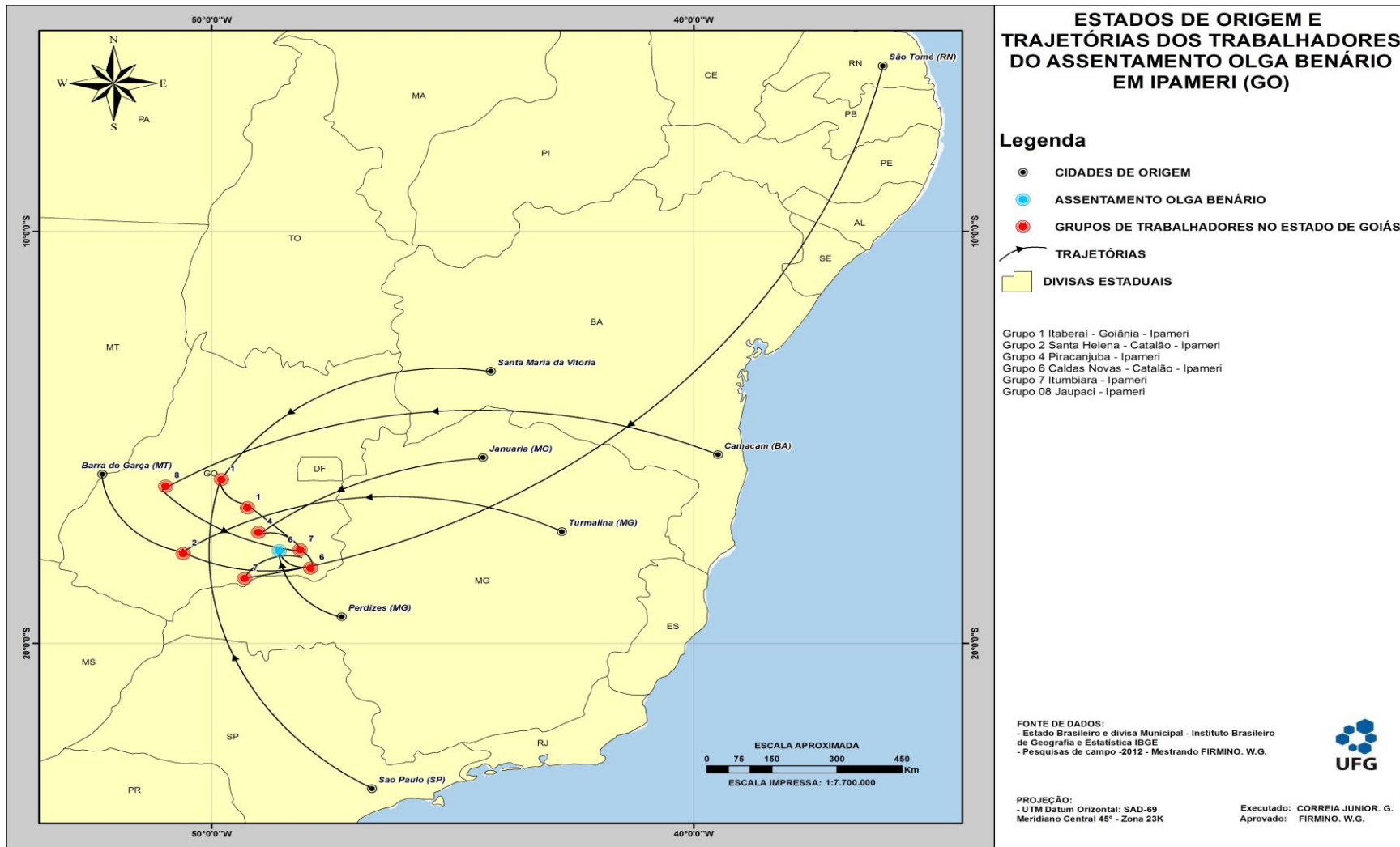
De acordo com o mapa 05, um grupo formado por nove trabalhadores, aqui denominado grupo 01, esteve acampado no município de Itaberaí no Acampamento Dom Helder. Algumas pessoas permaneceram naquele lugar por cerca de dois anos, em 2004 seguiram para Goiânia, permanecendo quase oito meses acampados no pátio do INCRA. Após esse período, deslocaram-se para Ipameri, vindo acampar em frente a Fazenda Ouro Verde, que posteriormente foi desapropriada. O grupo 02, composto por três trabalhadores, saiu do município de Santa Helena de Goiás, do Acampamento Dorcelina Folador, e partiu rumo ao município de Catalão, juntando-se aos trabalhadores do acampamento Antônio Conselheiro. Após algum tempo, em 2004, seguiram para Ipameri para juntar-se aos companheiros que estavam no Acampamento Olga Benário, em frente à Fazenda Ouro Verde.

Dois camponeses, representados pelo grupo 03, saíram do município de Niquelândia do Acampamento Chico Mendes e deslocaram-se para Ipameri. Enquanto outros dois trabalhadores, nominados de grupo 04, que estavam no Acampamento Pequena Vanessa em Piracanjuba, após algum tempo, também seguiu para o município de Ipameri se juntando ao grupo que já estava naquele lugar. No município de Jussara, o grupo 05, composto por sete trabalhadores, estava acampado a aproximadamente quatro anos. Foram para Goiânia para se juntar aos companheiros que já estavam no pátio do INCRA.

⁶⁷ Usou-se o critério de grupo neste trabalho para evitar a elaboração de um mapa para cada trabalhador, tendo em vista que muitos saíram dos mesmos lugares e percorreram o trajeto em grupo.



Mapa 05: Itinerário camponeses no estado de Goiás.
 Fonte: Base de dados cartográficos do estado de Goiás.
 Org.: CORREA JUNIOR, Giovane; FIRMINO, Waldivino Gomes.



Mapa 06: Estados de origem e trajetórias dos trabalhadores do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

Fonte: Base de dados cartográficos do estado de Goiás.

Org.: CORREIA JUNIOR, Giovane; FIRMINO, Waldivino Gomes.

O grupo 06, formado por quatro camponeses, esteve acampado no município de Caldas Novas, próximo ao Rio Corumbá, no Acampamento João do Vale. Deslocou-se para o Acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão permanecendo naquele lugar até 2004. Após esse tempo, os componentes do acampamento Antônio Conselheiro seguiram para Ipameri, se juntando aos que estavam em frente à Fazenda Ouro Verde. Outros dois camponeses, representando o grupo 07, saíram do município de Itumbiara; eles também vieram para o Acampamento Olga Benário. Dois camponeses, compreendendo o grupo 08, seguiram caminho vindo do município de Jaupaci para acampar no Olga Benário. Eles permaneceram mais de seis meses no acampamento em frente a Fazenda Ouro Verde. Apenas um camponês, entre os entrevistados, percorreu o caminho saindo de Bela Vista de Goiás em direção a Goiânia para acampar no pátio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seguindo, após algum tempo, para o município de Ipameri. Compõem o grupo 08. O grupo 09, formado por quatro trabalhadores, acampou no município de Ipameri (Acampamento Anita Mantuano), às margens da GO-230. Esse grupo não percorreu outros acampamentos. Apenas participou de ocupações e marchas, como fizeram os demais camponeses.

O mapa 06 mostra o itinerário de nove trabalhadores que partiram de sete estados diferentes, vieram para Goiás e se juntaram aos companheiros de luta no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Entre os trinta e sete entrevistados nesta pesquisa, apenas um assentado não participou de acampamentos. Ele adquiriu⁶⁸ a parcela enquanto os dados para esta pesquisa estavam sendo coletados. Embora não tenha participado da luta, o assentado disse que sempre foi um sonho ter a própria terra para viver e trabalhar, porém não tinha condições de adquirir porque a renda familiar não era suficiente, afirmou. Ele é casado e tem dois filhos.

Após a Imissão de posse da fazenda, em 22 de julho de 2005, os camponeses foram autorizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a tomarem posse das parcelas no Olga Benário e nelas realizarem suas atividades.

Como mencionado, participaram diretamente da pesquisa, trinta e sete trabalhadores, representando 44% das famílias assentadas no Olga Benário. Enquanto pesquisador, participei de várias reuniões que os camponeses realizaram para tratar de assuntos de interesse coletivo.

⁶⁸Duas parcelas foram vendidas enquanto esta pesquisa estava sendo realizada. As parcelas da Sr^a. Nerzinda (entrevista - 05 de maio de 2012) e Silvany (entrevista - 06 de maio de 2012). A primeira foi adquirida por Eraldo e a da segunda não foi possível obter informações do novo assentado.

Nos momentos das reuniões foram contatadas várias famílias, que foram solidárias, informando elementos importantes para a composição da pesquisa. Foram entrevistadas vinte e três pessoas do sexo masculino e quatorze do sexo feminino, de abril a dezembro de 2012. As entrevistas foram realizadas nas residências dos assentados, com exceção de três casos que os entrevistados estavam em casa de parente na parcela vizinha. Todos os entrevistados são maiores de idade e foram escolhidos de forma aleatória no Assentamento Olga Benário.

As famílias residem em suas parcelas e os seus filhos estudam em Ipameri ou em outras cidades, como os filhos dos assentados Francisco, João, Vitório e Lázara. Os filhos que já concluíram os estudos e estão trabalhando fora das parcelas dos pais, comparecem nelas eventualmente para visitar os pais. Lázara, uma assentada, disse que incentiva os filhos para prosseguirem nos estudos para não terem que se submeter ao labor diário no campo. Ela não quer que eles dependam diretamente da terra para sobreviver, como ela e seu companheiro. Percebe-se que, embora goste do modo de vida e do trabalho no campo, a camponesa se mostra exausta diante da *labuta* diária na parcela. A principal renda da família é a pequena produção de leite e a criação de aves para autoconsumo.

O assentado Luiz ao falar acerca da luta dos trabalhadores pela terra apontou alguns elementos importantes que permeiam o processo, como as experiências e aprendizados adquiridos na caminhada. Segundo ele as pessoas que participam da luta e da vida em acampamento de sem terra, jamais serão as mesmas. O assentado disse:

A caminhada na luta pela terra é uma história muito bonita, né? [...] tem momentos na luta que marca na vida de qualquer pessoa que participa desse processo [...] quem participa do processo da luta pela reforma agrária no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é a organização que eu faço parte, por menor que seja o tempo que ele fique, ou por uma razão ou outra ou desista, jamais ele será a mesma pessoa quando ele volta para suas origens [...] a cabeça dele muda, né? [...] então o fator principal desse processo todo é a transformação na consciência das pessoas que fazem essa luta, por mais que você não consiga medir isso, né? Essas mudanças [...] essas pessoas que estão assentadas aqui hoje e se elas voltam para suas origens, cidades e vai exercer a mesma função que exercia antes, elas não conseguem mais [...] a relação com o poder é outra, a forma de entender o Estado é outra [...] isso pra mim é a questão mais rica que tem na organização (PESQUISA DE CAMPO, abril de 2012).

Luiz tem clareza de que a participação dos trabalhadores no movimento, a passagem, mesmo que por pouco tempo em acampamento, faz com que os camponeses adquiram outra forma de pensar, de se relacionar com o poder, com o próprio Estado, enfim, adquirem consciência dos direitos que têm enquanto trabalhadores e cidadãos.

Mas, outro assentado, José, disse ser filho de assentados, passou por acampamentos

com seus familiares desde o ano de 1985. Ele persistiu na luta pela terra, agora casado e pai de três filhos.

Para Silva (2004):

[...] a conquista da terra, do lugar para morar e viver, para ter sossego constitui-se no projeto de vida dos pobres do campo por vários motivos: para criar os filhos longe das drogas, da violência, da criminalidade urbana; para livrar-se do pagamento do aluguel, das dificuldades financeiras, da fome, do desemprego, da dominação; e também para um possível reencontro com um mundo deixado para trás, mas que permaneceu no imaginário como uma espécie de paraíso perdido (p. 92).

José viveu com os pais em acampamentos, depois em assentamento no município de Itaberaí. Ele afirma que a vida no campo, longe dos problemas urbanos, como afirma Silva (2004), apresenta segurança para todos da família em alguns aspectos. O assentado afirmou que esteve acampado em Itaberaí, Goiás, por mais de dois anos. Segundo ele, quando entrou para a luta, já conhecia o trabalho na terra e ter a terra para ele seria a realização de um sonho, o de sentir a terra e cultivá-la como sendo sua. Ele reforça dizendo que sempre teve um sonho de ter seu próprio pedaço de chão. Com sua família, está criando gado de leite, fabricam queijos e doces, além do pomar bem cultivado no quintal da casa, contendo muitas variedades de fruteiras e cultivam hortaliças para autoconsumo e o excedente vendem a supermercados e feiras em Ipameri.

A família de José, a de Dorvalino, a de Francisco e outras participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶⁹. Fazem pães-de-queijo, roscas e biscoitos para a merenda escolar de algumas escolas do município de Ipameri. Contam com a ajuda dos vizinhos para o preparo dos alimentos. As famílias são orientadas por técnicos da prefeitura de Ipameri no que se refere às condições do ambiente de trabalho e qualidade dos produtos. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) diz que: “Não existe prestação de assistência técnica⁷⁰ e extensão rural no Projeto de Assentamento” (PDA, 2006/7, p. 96). O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário PDA, como o nome indica, é um documento de planejamento, não tem a função de executar melhorias no Assentamento, cabendo ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao

⁶⁹Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os Assentamentos da reforma agrária, as Comunidades tradicionais indígenas e Comunidades Quilombolas. Lei publicada no DOU – Seção – 1, nº 113, quarta-feira, 17 de junho de 2009.

⁷⁰A assistência técnica mencionada pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA) se refere às práticas agropecuárias. Este tipo de assistência ainda não há no Assentamento.

governo do estado de Goiás e ao poder executivo municipal viabilizar, através dos projetos, melhorias para os assentados.

As histórias de luta pela terra dos camponeses do Olga Benário se repetem em todo o país com o mesmo final ou não., são depoimentos de trabalhadores que viveram *daqui pra li* em acampamentos, morando de forma precária aguardando decisões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para realizar o assentamento de suas das famílias.

O assentado Dorvalino disse que quando esteve acampado no município de Itaberaí (GO), no acampamento Dom Helder, onde permaneceu por cinco anos até a ida com a família para o acampamento na porta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiânia, a polícia, ao chegar próximo ao acampamento, com armas de grosso calibre, com a polícia montada, com cachorros adestrados, além de ameaçá-los por terra, ainda intimidava-os realizando vôos rasantes com helicóptero. Segundo ele, a aeronave quase arrancava as lonas de plástico que cobriam os barracos. Era desesperador, segundo o assentado, as mães saíam à procura dos filhos, os pequenos animais que eles criavam no acampamento fugiam, era uma grande confusão. O objetivo era amedrontar os acampados, segundo ele. Isso era para desestabilizar o movimento, visto que muitos trabalhadores desistiam e abandonavam o acampamento após ameaças. As perseguições eram fortes, principalmente durante as ocupações das fazendas. Tudo tinha que ser planejado com muita antecedência e com pessoas de confiança, porque nada poderia “vazar”, comentou o assentado Luiz, porque poderia estragar os planos. As histórias se repetem, são histórias que comprovam a persistência de trabalhadores pobres do campo e da cidade que tem lutado pela terra.

Para Silva (2004):

O acampamento significa um momento de passagem, algo temporário, pleno de durezas, para as quais foram alertados. No entanto, nem todos resistem. Vários acontecimentos são responsáveis pela partida de muitos, apesar da mística e da solidariedade existentes. As dificuldades inerentes à vida sob as barracas de lona preta são inúmeras. Calor e frio excessivos, perda de colchões e outros utensílios domésticos por ocasião de chuvas, presença de animais peçonhentos, como cobras e escorpiões, no interior dos barracos, somam-se as enfermidades – diarreia, bronquite, gripe – provocadas pelas condições precárias existentes (p. 92).

Severi (2012), afirma que:

O acampamento é percebido como momento provisório marcado pela desarticulação, pela desestruturação de formas de vida, pelo sofrimento e pela quebra de laços sociais e familiares, mas também pela reorganização de formas de sociabilidade herdadas da vida comunitária, pela redefinição de sonhos e desejos. É espaço de ressocialização, de ruptura e reorganizações, de colocar em questão concepções, valores morais e princípios éticos já existentes. O acampamento implica também uma ruptura com a vida rotinizada, entre tempo de trabalho e tempo livre. O trabalho era centralizador da vida e princípio moral de muitos acampados, mas na situação de acampamento, a vida é organizada em torno de outras demandas: a mobilização e a formação políticas ou mesmo o ócio (p. 68-69).

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)⁷¹ fez a divisão dos assentados por grupos familiares perfazendo um total de nove grupos, os quais tem entre seis e doze famílias cada. Esses grupos familiares foram formados geralmente por camponeses que tem algum grau de parentesco ou afinidade estabelecida em acampamentos ou na cidade onde moravam. De acordo com as falas dos entrevistados, os nomes dos camponeses que iriam formar os grupos existentes hoje no Assentamento, foram escolhidos pelos próprios camponeses na presença dos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os assentados confirmam que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) os “proíbe” de ausentarem de suas parcelas para trabalharem para terceiros, e eles (os assentados) têm consciência disso, mas devido a necessidades diversas como alimentos, vestimentas, medicamentos e outros produtos de necessidade é impossível cumprir essa determinação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois é uma realidade, a falta de condições para trabalharem exclusivamente em suas parcelas. Isso é evidente quando questionados se o Assentamento Olga Benário é o que eles esperavam. Muitos disseram que não e as respostas eram sempre as mesmas: falta de recursos, precisa mais agilidade do governo na liberação de créditos, necessitam de assistência técnica e outros.

Quando questionados se tinham partido para a luta pela terra com a família, apenas dois assentados disseram que não. Um deles justificou dizendo que a companheira trabalhava como professora na cidade de Jussara (GO). Segundo o depoente, a companheira não quis pedir demissão do trabalho porque já estava perto de se aposentar e assim que se aposentasse, afirmou, ela iria para a terra. Tudo estava saindo como planejado. Ela aposentou-se, foi com

⁷¹O Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) é um documento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Superintendência Regional de Goiás-SR (04)/GO, elaborado por: Raulino Mendes Neto – Engº. Agrônomo (coord.); Valdemar Eduardo de Andrade – Técnico em Agrimensura; Ireny Gomes – Assistente de Administração/Técnica em Georeferenciamento; Veraci Gomes de Oliveira Bueno – Agente de Portaria/Graduada em pedagogia e Elton José da Silva – Apoio Logístico. Vários assentados colaboraram na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário PDA, entre os entrevistados nesta pesquisa estão: Claudemiro, Elvis, João, José, Sebastião, e Vitória.

ele e os filhos⁷² para a terra, no Assentamento Olga Benário. Este assentado fez questão de mostrar a primeira “casinha” onde eles moraram por alguns anos até que iniciou a construção da casa nova. Mas, segundo ele, o destino não quis assim, ela adoeceu e faleceu, deixando-o com os filhos ainda jovens. Ela não conheceu a casa nova com a qual sonhava. Outro assentado disse que a companheira ficou na cidade de Jussara (GO) para acompanhar os filhos na escola. Os assentados participantes das entrevistas são oriundos de seis estados diferentes. Os oito assentados que saíram de seus estados de origem, se juntaram aos outros vinte e nove trabalhadores em Goiás.

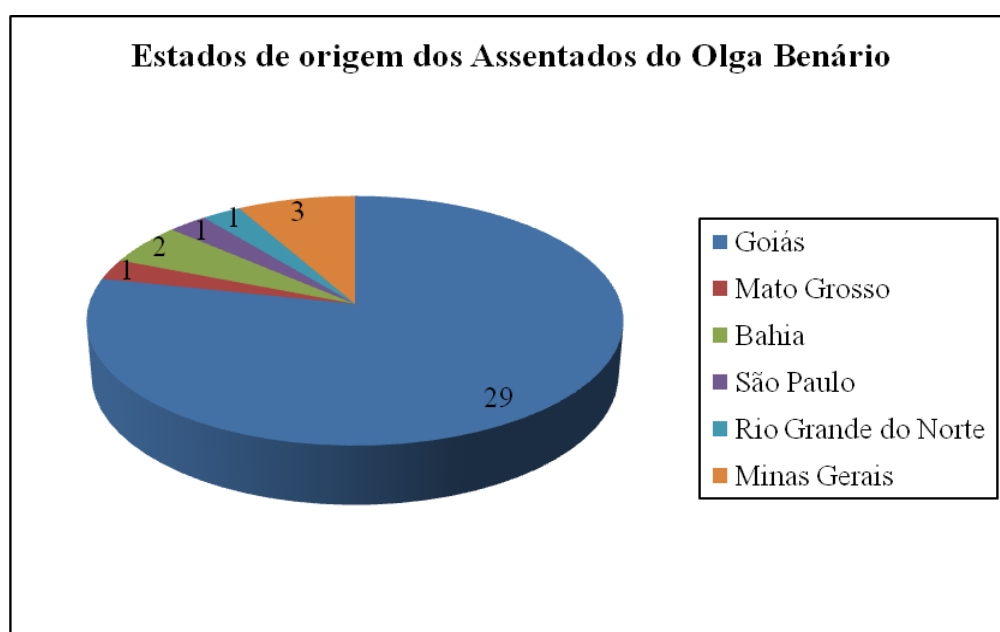


Gráfico 01: Estados de origem dos assentados do Olga Benário
 Fonte: TRABALHO DE CAMPO, 2012.
 Org.: FIRMINO, Waldivino Gomes

Como se pode observar no gráfico 01, a maioria dos trinta e sete assentados entrevistados é oriunda do estado de Goiás. Enquanto uns vão, outros vem, é dessa forma que eles dizem, quando estão sendo entrevistados. Em média, eles permaneceram por três anos acampados, no entanto, alguns afirmaram ter permanecido durante oito anos e passado por vários acampamentos. Além da permanência em acampamentos, os assentados afirmaram ter ocupado prédios públicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiânia. Isso, segundo os assentados, ocorre para pressionar o governo para agilizar o processo de desapropriação e liberação da área para o assentamento definitivo. Fernandes (2000) afirma que o acampamento é um espaço de luta e resistência.

⁷² Não eram filhos legítimos do casal de assentados.

Os Sem-Terras ocupam a terra, prédios públicos e espaços políticos diversos para denunciar os significados da exploração e da expropriação, lutando para mudar suas realidades. O acampamento como espaço de luta e resistência no processo de espacialização e reterritorialização da luta pela terra também promove a espacialidade da luta por meio de romarias, caminhadas e marchas (p. 24).

De acordo com Fernandes (2000), tornar-se sem-terra, então, é mais que tentar superar a condição de excluído da terra, é possuir o sentido de pertencimento e identidade com a terra, mesmo que para isso seja preciso caminhar e lutar por terras, mesmo que sejam distantes.

Quando questionados a respeito dos motivos para entrar na luta pela terra, muitos disseram que sempre tiveram um sonho de ter um pedaço de terra para cultivar e criar animais. Alguns disseram que sempre trabalharam no campo cuidando de plantações e animais dos fazendeiros, outros afirmaram que a última esperança era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para que pudesse conseguir a terra. Se não fosse através do movimento, seriam empregados para o “resto” da vida. O assentado José disse: “Já conhecia da terra, sonhava em ter um pedaço de terra para plantar, já trabalhava com meu pai, ele já era assentado” (TRABALHO DE CAMPO, 2012). José é um exemplo de camponês que viveu *daqui pra li* até ter a posse da terra, já que, enquanto jovem, acompanhava o pai na luta, assim que se casou, como já tinha habilidade para trabalhar no campo, se colocou em marcha em busca de terra para trabalhar com sua nova família.

Quanto ao trabalho que exerciam antes de entrar na luta pela terra, as respostas são variadas como pode ser observado no quadro 01, que são: trabalhador no campo, diarista ou bóia-fria, comerciante, recepcionista, jardineiro, pedreiro, motorista, marceneiro, doméstica, salgadeira e outros.

Alguns assentados disseram que ficaram sabendo do movimento de luta pela terra através de amigos que já estavam nos acampamentos, outros disseram que foi através da imprensa (rádio e televisão). Há ainda aqueles que disseram que foi através do trabalho de base, as reuniões, das frentes de massa e de anúncio em carros de som e propaganda em rádio, convidando para o movimento. Nota-se que não houve critério para ingresso no movimento, não se procurou saber se o trabalhador tinha habilidades para lida no campo ou não.

Quando questionados se presenciaram algum tipo de repressão enquanto estavam acampados, a maioria dos assentados disse que presenciou repressões de policiais e fazendeiros, como: ameaças de despejos dos acampamentos ou de áreas ocupadas pelo movimento e outros tipos de repressões.

Na construção do futuro, apesar de tantas dificuldades narradas nas entrevistas, a maioria dos assentados entrevistados traria o passado de lutas de volta. O gráfico 02 a seguir

apresenta as respostas a questão do item 14 do roteiro de entrevistas (anexo 1): Se fosse para fazer tudo outra vez, você o faria? Por quê? Dentre os trinta e sete participantes que responderam, 62,2% disseram que reiniciariam a luta pela terra, enquanto 37,8% afirmaram que não voltariam a lutar.

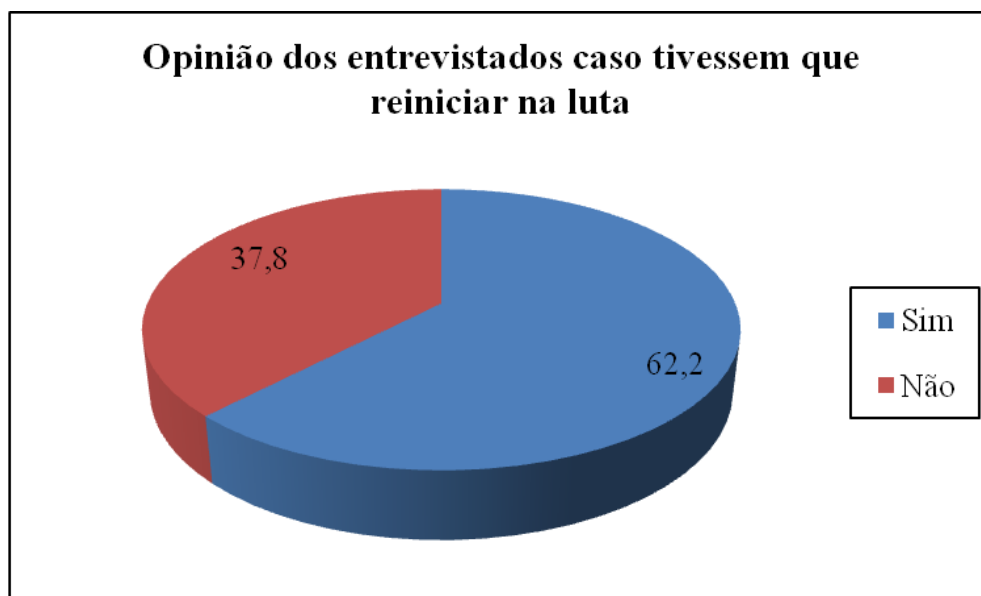


Gráfico 02: Opinião dos entrevistados caso tivessem que reiniciar na luta
 Fonte: Trabalho de campo-2012.
 Org.: FIRMINO, Waldivino Gomes.

A explicação para os resultados do gráfico 02 está diretamente relacionada com os resultados das questões dezesseis e dezessete do roteiro de entrevistas, que questionam acerca do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Se o assentamento é o que esperavam e o que deve ser melhorado. A maioria das respostas foram queixas pela falta de assistência técnica para os assentados e a morosidade dos órgãos públicos quanto à liberação dos recursos. Alguns assentados incluem, nas respostas, os problemas internos do assentamento, os quais não são objetos de estudo desta pesquisa.

As condições adversas mencionadas pelos camponeses podem justificar o percentual de 37,8% de assentados que, mesmo se fosse preciso, não voltariam à luta para a conquista da terra.

O assentado Sebastião representa estas condições dos trabalhadores que sempre sonhavam em ter um pedaço de terra para trabalhar. Ele trabalhava de jardineiro e pedreiro em Ipameri e deixou o trabalho para ingressar na luta, militando como coordenador de grupo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por dois anos e meio. Ele disse que o primeiro acampamento onde ficou foi o João do Vale no município de Caldas Novas,

depois ficou no município de Catalão, no acampamento Antônio Conselheiro, e, por último, ficou no pré-assentamento às margens da GO 213 em frente à entrada da Fazenda Ouro Verde em Ipameri.

Ao ser questionado acerca dos motivos que o levou a entrar na luta pela terra, Sebastião disse: “Sempre tive o sonho de ter um pedaço de terra para trabalhar e viver com dignidade e transformação social” (TRABALHO DE CAMPO, 2012). A entrevista com Sebastião não foi gravada a pedido dele, mas, enquanto falávamos, ele disse: “quero que você escreva do jeito que eu tô falando, põe aí”. Escrevi exatamente como o assentado disse.

Francisco é conhecido pelo apelido de “Vereador”⁷³. Ao ser perguntado qual era o trabalho que exercia antes de entrar para a luta, disse que trabalhava como recepcionista em um motel. (TRABALHO DE CAMPO, 2012). As respostas dos assentados confirmam o que Marques (2008) disse a respeito do trabalhador camponês que se encontra na condição de sobrance na cidade, sendo preciso submeter-se a trabalhos para os quais não foi capacitado. Segundo o entrevistado, a memória da terra sempre esteve presente, mesmo trabalhando em atividades que não tem nenhuma ligação direta com a terra.

Os trabalhadores migram de um acampamento para outro sempre na expectativa de que em breve estariam “em cima” da terra. Os assentados afirmam que parentes e amigos seus almejam também o acesso à terra. Em muitos casos, trabalhadores, membros da família assentada, constroem em área cedida pelo pai ou por um parente dentro da parcela. Atitudes assim confirmam a solidariedade característica dos camponeses.

A presente pesquisa mostra o processo de desterritorialização e reterritorialização dos camponeses em Goiás. É o que ocorre no país com relação ao “vai e vem” dos camponeses em busca de terra como meio de sobrevivência e isto não é uma exclusividade de nossos tempos, Oliveira (1990). O autor assinala elementos que confirmam a ineficácia da legislação brasileira com relação à questão agrária.

O trabalhador que se aventura a ingressar em acampamentos e lutar pela terra, carrega consigo as experiências adquiridas ao longo da vida. Marques (2000) diz que após o ingresso em um acampamento de sem-terra, os trabalhadores incorporam saberes que são partilhados pelo grupo, tornando-os sujeitos recíprocos e predispostos à troca de experiências.

⁷³Francisco disse que recebeu o apelido de vereador porque quando tinha um fusca, que era utilizado para buscar as “coisas” na cidade, inclusive água gelada no posto de combustível, quando estava se preparando para ir para a cidade, muitos companheiros se aproximavam com as garrafas térmicas pedindo para que ele trouxesse água. Segundo ele, em função dessas ajudas, os companheiros passaram a chamá-lo de vereador.

[...] O espaço do acampamento é construído como um lugar de afastamento da vida cotidiana, onde se vive um “tempo de encantamento” marcado pela igualdade e comunhão entre os companheiros de luta, que se encontram irmanados na partilha de um ideal comum (p. 224).

Silva (2004) afirma:

O acampamento constitui-se em um espaço-tempo intermediário, em uma passagem cujo objetivo é dar visibilidade à luta pela terra e também construir a identidade social de sem-terra por meio da consciência coletiva do pertencimento comum (p. 100).

As experiências vividas pelos sujeitos do campo e da cidade nos acampamentos em busca da terra são múltiplas, despertando o interesse de muitos pesquisadores. Se a questão agrária brasileira fosse resolvida com reforma agrária, não haveria a necessidade dos trabalhadores enfrentarem as dificuldades de acampamentos. O acampamento é um lugar de aprendizado constante. Fernandes (2012) ao definir acampamento de sem terra aponta elementos que o justificam:

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra, outra parte, está se organizado para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. Com esse ato, as famílias demonstram sua intenção de enfrentar as difíceis condições nos barracos de lona preta, nas beiras das estradas; demonstram também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra na construção do *território camponês* (p. 21).

Viver em acampamento significa, antes de tudo, desenvolver a capacidade de socialização, participação e solidariedade. Martins (2003) diz que a participação das diversas atividades enquanto acampados é o aprendizado real do que é ser um sem-terra.

O acampamento é a experiência concreta do provisório, do nada e da nulificação de todas as heranças que possam ter existido um dia. O acampamento é muito mais o momento de vivência de um processo de dissociação, de eliminação das referências sociais e dos valores que norteavam lealdades e condutas (p. 122).

Criada a identidade social de trabalhador camponês sem-terra. Cria-se ou reafirma-se a consciência da necessidade da luta que, embora não seja fácil. Como esta pesquisa mostrou, que ta ok a maioria dos entrevistados no Olga Benário afirmou isso. Vale a pena

o tempo de acampados, disseram os entrevistados.

A dureza da vida em acampamento é assim descrita pelo fotógrafo Sebastião Salgado:

Os acampamentos são piores que campo de refugiados, são absolutamente abandonados e são às vezes atacados, mas resistem pela esperança de possuir a terra e ter dignidade. Os menores de rua, os favelados são aqueles que desistiram de lutar para ficar na terra (SALGADO, 1977 Apud MESQUITA, 2011, p. 78).

Sem luta não há transformação social nem vida digna e livre. Um acampamento de sem-terras são, ao mesmo tempo, um espaço de desespero e um espaço da esperança. Mas a vida é dura! É dura! Dura, dura!

Para os assentados do Olga Benário, a vida ensinou, de forma dura que é viver alguns anos em acampamentos. Fernandes (2012) ressalta que: “Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade” (FERNANDES, 2012, p. 21) por isso vale a pena. Martins (2003) é mais incisivo ao dizer que o acampamento é a experiência do nada, representa também a dissociação dos acampados e outros elementos que nucleia parte da sociedade pobre que luta por um pedaço de chão. As respostas aos questionamentos desta pesquisa mostram indícios que comprovam o que os autores afirmaram acerca dos acampados, no entanto, é preciso considerar os resultados do trabalho de campo, é através das pesquisas de campo que as questões/contradições afloram.

Silva (2004) ao realizar pesquisas com acampados, assentados e outros trabalhadores do interior do estado de São Paulo acerca da questão dos acampamentos de sem-terras afirma que:

[...] Ao contrário do que possa parecer aos olhos dos transeuntes, viajantes e observadores externos, o acampamento não é um lugar de baderneiros e invasores, e sim um espaço social: isto é, além de estar em um território determinado, as pessoas que ali estão são obrigadas a obedecer a um conjunto de normas sociais legítimas necessárias à vida em grupo. Não se trata de um lugar anômico, marcado pela ausência de regras de comportamento e conduta social (p. 79).

Na mesma linha de pensamento, Mesquita (2001) aborda o tema e diz:

O espaço do acampamento é um lugar muito especial, tem normas próprias que diferem de qualquer outra organização [...] Todos participam da estruturação do acampamento, visando o bem estar do grupo e mostrar também para a sociedade que existem outras formas possíveis de organização social [...] (p. 140).

Como afirmam Silva (2004) e Mesquita (2011), o acampamento de sem-terras não é

um lugar qualquer, desorganizado e sem regras⁷⁴ de convivência, apesar de ou por causa das difíceis condições da permanência ou passagem por acampamentos, quando para sobreviverem precisam receber cestas básicas de alimentos providenciadas pelo movimento social geralmente. Ele disse que ingressou no movimento (MST) para lutar pela terra. Como afirma Mendonça (2004), “A expulsão e a conseqüente desterritorialização dos camponeses e trabalhadores da terra, ocasiona uma violência desmesurada [...]” (p. 405).

Mendonça (2004) diz:

[...] O primeiro acampamento de trabalhadores sem-terras do Sudeste Goiano, organizado pelo MST surgiu no ano de 2002, às margens do Rio Corumbá, divisa entre os municípios de Ipameri e Caldas Novas com aproximadamente 190 famílias. Nessa primeira incursão na luta pela terra e pela reforma agrária ocuparam uma área pertencente a uma hidrelétrica, objetivando criar uma sensibilização lenta, mas necessária para constituir o enfrentamento político (p.395).

O acampamento a que Mendonça (2004) refere é João do Vale. João, um camponês hoje assentado no Olga Benário, esteve acampado no acampamento João do Vale no município de Caldas Novas (GO) com sua família. Eles ficaram sabendo da luta pela terra através de alguns camponeses, de acordo com ele, eram militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que faziam os trabalhos de base. Trabalho de base, segundo o assentado, é o processo de convite e preparação do povo para acampar.

As propostas eram muito boas do MST, militantes preparados chamados de “frente de massa” [...], é aquele que chama o povo, arreune o povo, faz as propostas, fala sobre os movimentos, fala da Constituição, fala sobre os direitos que os camponeses têm pela terra. Aí, como sempre, tem as pessoas que tem o sonho de ter a terra, aqueles que acreditam na proposta, segue a gente e acampa (TRABALHO DE CAMPO, 2012).

O assentado disse que esteve sessenta dias no acampamento João do Vale no município de Caldas Novas, perto da ponte do Rio Corumbá, com a companheira e os dois filhos. Após aquele período a companheira dele foi para a cidade (Caldas Novas) para que os filhos pudessem estudar, pois, onde eles estavam acampados não tinha escola. O assentado disse “[...] gente tinha que tá saindo... tava sempre se movendo de um lugar, indo para outro” (TRABALHO DE CAMPO, 2012). Ele permaneceu no acampamento João do Vale por quase um ano.

⁷⁴Segundo Benevides, assentado no Olga Benário, a vida no acampamento tem regras severas. Ele disse: “o camarada não pode chegar bêbado fazendo algazarra, não pode brigar com a família, tem horário para dormir... é, cê ta entendendo? Se bobiá o pau come”. (pesquisa de campo, 2012).

Outro caso é do assentado Flávio, um jovem de vinte e quatro anos que, juntamente com seus pais, Wilmar e Nílcea, passaram por vários acampamentos até chegar ao Olga Benário. Muitos camponeses sem-terras, nos acampamentos por onde passavam, realizavam atividades que comprovavam o seu comprometimento com a terra (foto 21).



Foto 21: Cultivo de hortaliças e plantas medicinais no acampamento Antônio Conselheiro no município de Catalão-GO, 2004.
Fonte: arquivo da família

A foto 21 mostra uma área de cultivo de hortaliças e plantas medicinais às margens da Rodovia BR-050 no município de Catalão no Acampamento Antônio Conselheiro. Em primeiro plano se observa os canteiros da horta, a plantação que para a família representa o comprometimento dos camponeses em a terra ao produzir alimentos para autoconsumo. No plano intermediário da imagem está Nílcea, mãe do hoje assentado do Assentamento Olga Benário Flávio, um jovem de 24 anos que junto com os pais (Nílcea e Wilmar) esteve em vários acampamentos até chegar a Ipameri.

Uma horta construída no espaço do acampamento é considerada pelos camponeses não apenas um espaço onde se cultiva hortaliças, fruteiras e plantas medicinais, mas um lugar de convivência e aprendizado para os acampados. O cultivo de plantas medicinais, além de resgatar a cultura camponesa, a convivência, o manejo, o aprendizado com a terra, representa também a resistência ao modelo de sociedade imposta pelo capitalismo.

A Foto 22, na sequência, mostra uma família no assentamento junto à residência, uma

casa de alvenaria, diferente das precárias habitações onde viviam nos acampamentos (o veículo que aparece na imagem é do pesquisador). As famílias cultivam algumas plantas frutíferas e medicinais, para autoconsumo, que estão em processo de desenvolvimento. No Assentamento, o que é construído/produzido pelos assentados representa para eles segurança em poder realizar os sonhos de ter e viver na terra, em suas próprias terras.



Foto 22: Aspecto geral de uma residência camponesa no Assentamento Olga Benário
FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012)

A foto 23, a seguir, mostra detalhes do quintal da residência camponesa vista na foto 22. É possível notar o cuidado que a família tem com as plantas em torno da casa e ao mesmo tempo, o conforto em morar em uma casa digna como se observa na construção. Os trabalhadores enquanto acampados residem de forma precária e não produzem o suficiente e nem de maneira contínua, pois a qualquer momento podem ser expulsos ou convocados pelo movimento para participar de ocupações. “Quando chegar na terra é preciso fazer produção este é o primeiro passo que damos na revolução [...]”⁷⁵ mesmo que não seja a terra do assentamento definitivo. Em contato com a terra, o camponês mostra por meio do seu trabalho que é possível produzir, ainda que o mínimo possível e se os pequenos cultivos são coletivos, os parques frutos também são distribuídos.

⁷⁵Fragmento de texto extraído do Hino do MST. Letra de Ademar Bogo; música de Willy C. de Oliveira (www.mst.org.br/semterrinha/hino-do-mst).



Foto 23: Cultivo de plantas frutíferas e medicinais em uma residência no Assentamento Olga Benário
FIRMINO, Waldivino Gomes (TRABALHO DE CAMPO, 2012)

O hoje assentado do Olga Benário, Joaquim, natural de Niquelândia no estado de Goiás, é casado, pai de três filhos, não voltaria a lutar. Coursou até a sexta série do Ensino Fundamental, foi para o acampamento Chico Mendes, no município de Niquelândia (GO) onde estiveram acampados durante três anos. Do acampamento Chico Mendes foram participar de uma ocupação (não revelou o nome do lugar) e depois veio para o acampamento Olga Benário, na entrada da Fazenda Ouro Verde. O que o motivou a ingressar no movimento foi sua origem de trabalhador do campo. Disse que sempre trabalhou no campo e que ficou sabendo do movimento através de amigos que, segundo ele, também foram atingidos por barragem e foram para a luta primeiro que ele. Enquanto participava da ocupação da qual não revelou o nome do lugar presenciou a ação violenta da polícia para tentar retirar os camponeses da fazenda que estava sendo ocupada. Foram momentos de muita tensão, disse o assentado. Por esse e outros fatores de dificuldades na luta, ele disse que, se fosse para iniciar a luta de novo não o faria, por ter sofrido muito. Quando questionado se o Assentamento Olga Benário é o que realmente queria, respondeu que precisa de mais atenção do governo como assistência técnica, por exemplo, afinal não é suficiente “dar” a terra, é preciso propiciar condições de sobrevivência nela, oferecer subsídios para cultivo de plantas e criação de

animais com técnicas que permite mais produção e aproveitamento das condições naturais existentes no Assentamento.

3.3 A véspera: O Pré-Assentamento Olga Benário

*“O que verdadeiramente os conduziu ao resgate da terra foi o desejo de liberdade, de viver melhor, de poder controlar o próprio tempo”⁷⁶.
(PESSOA, 1999, p. 151).*



Foto 24: Camponeses caminhando na “terra prometida” (Pré-Assentamento Olga Benário)

Fonte: PDA (2006/7). Arquivo impresso.

A foto 24 mostra uma das estradas vicinais⁷⁷ do Assentamento que é utilizada para

⁷⁶Ver Pessoa (1999). A Revanche Camponesa.

⁷⁷ Estrada vicinal é um caminho que liga um vizinho ao outro ou à comunidade próxima. A foto mostra trabalhadores caminhando ainda no Pré-Assentamento.

circulação em seu interior. A foto foi feita durante as atividades de reconhecimento da propriedade para demarcação⁷⁸ das parcelas, com suas áreas de preservação ambiental e vias de acesso. Os trabalhadores camponeses faziam outras atividades antes de tomar posse da terra “prometida” no Assentamento Olga Benário. Os trabalhadores viveram quase um ano⁷⁹ acampados às margens da rodovia GO 213, em frente à Fazenda Ouro Verde, até que pudessem caminhar nas terras que seriam suas.

Após a autorização para a entrada na fazenda, eles foram orientados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a ocuparem as áreas próximas do Retiro, onde continuaram acampados em barracos de lona. Aquele período de acampamento na própria terra que eles pleiteavam é considerado o Pré-Assentamento, pois já estavam na terra da esperança e aguardavam apenas o desenrolar do processo oficial de assentamento, o que só ocorreu em fevereiro de 2007, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA). Conforme depoimentos dos assentados, esse foi um momento de expectativas, esperanças, alegrias, mas também de dúvidas e preocupações, afinal, existia a possibilidade de os Pré-Assentados receberem uma parcela em local onde as condições edáficas⁸⁰ não fossem apropriadas para cultivo do solo ou criação de animais.

Antes do Assentamento Olga Benário, Ipameri não tinha presenciado uma movimentação de trabalhadores daquela natureza. Alguns fazendeiros da região se sentiram incomodados com aquela agitação e chegaram a ameaçar os sem-terras. Segundo os sem-terras eles chegaram a correr risco de morte. Só não aconteceu uma tragédia porque houve interferência da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para surpresa, soube-se depois que quem avisou aos agentes da CPT foi um fazendeiro, diferente dos demais que se sentiram incomodados e se mobilizaram contra os sem-terras. Um confronto com a polícia ou jagunços ou com os dois pode ser muito trágico para os trabalhadores. Temos alguns exemplos recentes destes confrontos como são os casos de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará e o massacre de Corumbiara em Rondônia (MESQUITA, 2011), dentre outros. Mas é importante lembrar que a uma violência desse tipo, antecedeu outra.

Os sem-terras, depois de terem vagado *de lá para cá e daqui pra li* chegaram à fazenda Ouro Verde, área que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já estava negociando a compra com o proprietário. Por isso os camponeses não poderiam adentrar à fazenda e ficaram acampados na área em frente à sua entrada às margens

⁷⁸ Organização espacial de parcelamento do Assentamento Olga Benário (mapa – anexo 4)

⁷⁹ Informações obtidas durante a realização dos trabalhos de campo.

⁸⁰ Concernente à parte agrícola ou coloidalmente mais ativa do solo. Cf. Guerra e Guerra (2009) p. 218.

da rodovia GO 213. Nos dizeres de Marques (2000), os camponeses naquelas condições eram considerados “posseiros do INCRA”, afinal aquele era um acampamento “permitido”.

Após receberem autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para adentrarem à Fazenda Ouro Verde, em abril de 2005, os trabalhadores acamparam no Retiro, no Pré-Assentamento em barracos de lona por quase um ano. Mesmo depois do parcelamento muitos assentados permaneceram no Pré-Assentamento. De acordo com alguns assentados, houve tensão entre os próprios acampados, na época, a respeito da área que iriam ocupar, se próxima à rodovia, junto aos principais cursos d’água ou no interior da área, enfim, foi um período de tensão entre os próprios grupos familiares que viveram *de lá para cá e daqui pra li* espalhados pelo estado de Goiás. O que chama a atenção nesses acontecimentos é que as lutas agora são outras, elas acontecem na corrida pela melhor parcela de terra, porque o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu aos Pré-Assentados a autonomia para as escolhas, fixando prazo limite de 30 dias para as trocas de parcelas entre os próprios assentados, caso tivessem interesse.

Entre os critérios utilizados para a divisão das parcelas no Assentamento Olga Benário estão: Classes⁸¹ e Níveis de declividade do solo (PDA, 2006/7, p. 26 - 27). Esses critérios influem no tamanho da parcela, ou seja, quanto maior o grau de inclinação, maior será quantidade em hectares de terra destinados aos parceleiros (Quadro 03). Esses fatores levam o solo a ter maior ou menor fertilidade e foram fundamentais para determinar a área em hectares de cada uma das oitenta e quatro parcelas do Assentamento Olga Benário. Quanto maior a fertilidade do solo, menor o tamanho da parcela.

Os dados do Quadro 03 foram organizados para que se pudesse conhecer a classificação da declividade do terreno da Fazenda Ouro Verde. Como se observa, 77% do terreno é classificado como “Suave Ondulado” ou “Ondulado”, as classes B e C.

⁸¹Classe A – Formada por áreas mais ou menos planas, onde o escoamento de águas superficiais é lento. O declive não oferece dificuldade às atividades agrícolas. A declividade dessa classe está entre 0 e 3%;

Classe B – Compreende áreas com declives suaves, na maior parte do terreno, o escoamento superficial é lento ou médio. Os declives não impedem as atividades agrícolas. A declividade dessa classe oscila entre 3 e 8%;

Classe C – Áreas com superfícies inclinadas, geralmente com relevo ondulado, nas quais o escoamento superficial, para a maior parte dos solos, é médio ou rápido. O declive normalmente não prejudica as atividades agrícolas, mas, exigem cuidados básicos com a conservação do solo. A declividade dessa classe está entre o intervalo de 8 e 20%;

Classe D – Compreende áreas muito inclinadas onde o escoamento superficial é rápido na maior parte dos solos. Normalmente áreas com esse tipo de declive só devem ser utilizadas para cultivos perenes, pastagens ou reflorestamento. A declividade dessa classe está entre 20 e 45%;

Classe E – São áreas fortemente inclinadas, cujo escoamento superficial é muito rápido na maior parte dos solos. A declividade dessa classe está entre o intervalo de 45 a 100%;

Classe F – Áreas fortemente inclinadas, não oferecem condições de trabalho. O escoamento superficial é muito rápido e os solos são extremamente suscetíveis à erosão hídrica. A declividade é superior a 100%.

Quadro 03 - Classes e Níveis de declividade do solo no Assentamento Olga Benário.

Classes e níveis de declividade %	Relevo	% no imóvel (estimadas)	Área - hectares (estimadas)
A - 0 a 3	Plano	5,00	209,5701
B - 3 a 8	Suave Ondulado	22,00	922,1082
C - 8 a 20	Ondulado	55,00	2.305,2703
D - 20 a 45	Fortemente Ondulado	15,00	628,7101
E - 45 a 100	Montanhoso e Escarpado	3,00	125,7420
Total		100,00	4.191,4007

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário
Org.: FIRMINO, Waldivino Gomes (dezembro, 2012).

Cada família recebeu um mapa⁸² da parcela contendo dados como: dimensões da área, limites com áreas de reserva permanente e limites com outras parcelas ou proprietários vizinhos do Assentamento Olga Benário, além de informações com relação à qualidade do solo, de acordo com os dados apresentados no quadro 03.

Alguns camponeses construíram residências nas imediações do Retiro, enquanto outros escolheram outras áreas no interior da fazenda para iniciar as atividades.

Isso aconteceu antes mesmo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) proceder à divisão oficial das parcelas, mas, conforme Bergamasco e Norder (1996): “[...] após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas” (p. 10).

A foto 25, a seguir, mostra o cultivo de hortaliças e ervas medicinais ainda durante o Pré-Assentamento. Observa-se o aproveitamento do solo mantendo a área de preservação permanente, vista ao fundo da imagem. Na fase do Pré-Assentamento, os trabalhadores continuaram em barracos semelhantes aos que viveram enquanto estiveram acampados às margens da rodovia.

Assim, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fez a divisão oficial das parcelas no Olga Benário, muitos até então Pré-Assentados já haviam plantado os quintais e feito alguma benfeitoria, como cisterna e casa de telhas dentre outras, talvez porque organizaram-se para mudar e assumir as parcelas definitivas. Mas, esse processo não foi simples, visto que, após mais de um ano vivendo como Pré-Assentados, muitos como já disse, estavam ambientados naquele lugar e, por isso, não queriam mudar. Foi

⁸² Mapa da parcela do assentado Vitório, elaborado por técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Cada família tem o mapa da sua parcela. Conf. Anexo 03.

um período de mudanças e incertezas dentro da própria terra conquistada.



Foto 25: Cultivo de hortaliças e plantas medicinais no Pré-Assentamento Olga Benário
Fonte: PDA, 2006/7.

Um dos assentados disse que estava trabalhando perto de seu “rancho” em uma área que ele julgava que seria sua, quando chegou um companheiro (outro assentado) dizendo que aquela parcela era dele. O momento foi tenso, disse o assentado José, porque ele já havia feito algumas benfeitorias como cisterna, preparo de madeira para construção da casa e outras melhorias. Após calorosas discussões, José resolveu ir para outra parcela e disse que foi melhor para ele, visto que a terra e o lugar da parcela onde reside atualmente são melhores do que os da primeira. O ocorrido com a assentada Edite e seu companheiro foi semelhante. Anteriormente eles estavam em outra parcela, assim que foi feita a divisão oficial da propriedade, eles mudaram para a parcela definitiva. Lá tiveram que fazer a casa, preparar um quintal e outras atividades costumeiras e necessárias no campo. Esta foi uma fase importante e mais uma movimentação *daqui pra li* dos trabalhadores da terra.

Marques (2000) fala a respeito das fases pelas quais os camponeses sem-terras passam para ter acesso definitivo à terra:

A terceira fase do processo ritual, ou fase de incorporação, começa com a entrada das famílias em seus lotes e abrange todo o período de assentamento. Ao serem assentados, os sem-terras não se tornam donos definitivos da terra, o INCRA apenas transfere para eles a posse da parcela por meio do contrato de assentamento. Nesta condição, eles se veem como “posseiros”. A aquisição do *status* de proprietário rural só ocorre de fato com o desfecho definitivo do processo, ou seja, quando eles recebem o título da terra e são emancipados do INCRA (p. 119).

Como Marques (2000) afirma, os assentados do Olga Benário naquele momento foram posseiros dentro da própria área a ser desapropriada, uma condição de uma “invasão” consentida e quase institucionalizada. “Como ‘posseiro’, o camponês assentado mobiliza um saber construído ao longo de sua trajetória de vida errante que o leva a lidar com o transitório como algo permanente” (MARQUES, 2000, p. 123).

Em função do tempo em que permanecem nos acampamentos pelos laços formados e pelas trocas de experiências, muitos camponeses afirmaram ter saudades daquele tempo, não dos sofrimentos enquanto estavam vivendo sob barracos ou dos confrontos, mas, das rodas de conversas com os companheiros com os quais conviveram por muito tempo.

CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS

A pesquisa teve por objetivo reconstruir, através das fontes orais a trajetória de quem esteve *de lá para cá e daqui pra li* e mostrar o movimento dos camponeses até a chegada ao Assentamento Olga Benário. Procurou apontar os principais elementos da questão camponesa no Sudeste Goiano e resgatar a memória dos trabalhadores que, após longo período de andanças e lutas, estão de posse da terra.

A pesquisa de campo, instrumentalizada com referencial teórico foi a principal metodologia utilizada para a realização deste trabalho.

A questão agrária no Brasil é marcada por violências contra os trabalhadores do campo que, expropriados estão sempre migrando em busca de terra. A história do campesinato brasileiro é caracterizada por intenso movimento migratório. A migração ou andanças como é mencionado neste trabalho é uma forma de luta, e esta luta constante se intensifica em determinadas épocas, principalmente quando acontecem os avanços do capital em direção as áreas ocupadas por trabalhadores, esses por sua vez migram para as cidades, ocupando as áreas urbanas menos estruturadas e ficam cada vez mais pobres, pois as disputas por trabalho são desiguais. Isso faz com que esses trabalhadores se juntem a movimentos sociais que levantam a bandeira da reforma agrária, necessária para amenizar a pobreza no campo e na cidade.

O processo itinerante de trabalhadores do campo não é recente, remonta a colonização do Brasil, quando os invasores se apropriaram das terras e da força de trabalho das comunidades indígenas. O processo se repete com os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais são desterritorializados e desapropriados ao longo da nossa história. Diante do exposto é possível compreender os principais motivos das migrações internas no Brasil. O sistema capitalista de produção vai cercando as terras e expulsando os trabalhadores. Estes por sua vez, se deslocam de um lugar para outro à procura de um pedaço de terra, correndo o risco de morte em massacres.

A luta pela terra se constitui em causa e consequência de conflitos e a Lei de Terras de 1850 no Brasil, foi momento de institucionalização do latifúndio e a configuração de seu par oposto: o campesinato.

Os camponeses do Assentamento Olga Benário conviveram com as dificuldades típicas de acampamentos de sem terra, sofreram ameaças de fazendeiros, jagunços, polícia e a própria discriminação imposta pela sociedade que apreende o que a mídia atribui e (des) qualifica os camponeses. As incertezas durante a vida *de lá para cá e daqui pra li* à procura

de terra são angustiantes, somadas ao processo de socialização forçada nos acampamentos faz muitos acampados desistir da luta. Isso está presente na memória de muitos assentados do Olga Benário.

O acampamento representa para os trabalhadores um lugar de transição, haja vista a movimentação daqueles sujeitos de um acampamento para outro. Este processo, segundo informaram alguns assentados se constitui, entre outras, estratégias do movimento para garantir a permanência das pessoas, com isto, a existência e continuidade dos acampamentos. O acampamento representa também, um espaço de socialização de ideias e sonhos, ali partilham seus “projetos” construídos coletivamente nas “rodas de bate papo” entre os companheiros, afinal, a luta é por um projeto de interesse comum.

A pesquisa possibilitou conhecer o Assentamento Olga Benário onde vivem oitenta e quatro famílias. Alguns camponeses vieram de outros estados brasileiros, são trabalhadores que viveram anos às margens das rodovias em acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à espera da terra “prometida”. Todos afirmaram ter ingressado no movimento de luta pela terra porque tinham sonhos de ter sua própria terra para plantar, criar animais e viver com dignidade.

Não há dúvidas que o processo de luta pela terra seja marcado por incertezas, angústias, medo, no entanto, a luta continua após a posse da terra, agora por falta de recursos financeiros para que os sujeitos possam produzir especialmente para o autoconsumo. Segundo depoimentos, os assentados do Olga Benário ainda estão carecendo de assistência técnica e isso dificulta inclusive a permanência dos trabalhadores no campo. A construção de um Assentamento, assim como a manutenção do mesmo, demanda políticas socioeconômicas que garantam infraestrutura adequada, de forma que se possa trabalhar e colher os frutos do trabalho.

A pesquisa mostrou que no Assentamento Olga Benário os trabalhadores se reúnem para ajudar o companheiro que esteja “precisando”. Eles se juntam para construir a casa, bater o pasto, colher a roça ou para realizar outras atividades de interesse coletivo, como a construção de pontes, manutenção das vias de acesso e outras atividades. Esta forma de socialização dos camponeses para a realização das atividades ameniza as carências de recursos e serviços para o Assentamento.

Pesquisar o Assentamento Olga Benário possibilitou para mim, enquanto pesquisador, além do conhecimento daquilo que se propôs nesta pesquisa, construir laços de amizade e afetividade com muitos trabalhadores, “quebrando” as resistências e o medo que havia em relação aos trabalhadores sem terra.

Então para além do título de mestre que esta dissertação poderá me proporcionar, fica a lição de vida e um longo e eficiente processo de (re) educação. Acredito que depois desta experiência não serei apenas um professor melhor, mas sei que hoje sou um cidadão muito mais consciente, pois estudar a trajetória dos assentados do Olga Benário mostrou-me o quanto são justas e necessárias todas as lutas por transformações socioeconômicas, especialmente as lutas pela reforma agrária.

REFERÊNCIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2011. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/ABNT_2011.pdf> Acesso em: mar. 2012.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. & ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *In: Boletim Paulista de Geografia: trabalho de campo*. Associação dos Geógrafos Brasileiros: São Paulo, n. 84, julho de 2006, p.51-68.
- ALVES FILHO, José Lucas. **S.O.S, Homem do campo**. 1 ed. Kairós Livraria e Editora. São Paulo. 1984.
- ARANTES, Elisângela de Jesus Moura. **A importância da participação da família na vida escolar da criança sem-terra**. 31f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.
- BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense. 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Edições Graal. Rio de Janeiro. 1981.
- BORBA, Francisco da Silva, (orgs.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. UNESP, São Paulo, 2004.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CALDART, Roseli Salete *et al.* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. São Paulo. 2012.
- _____, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2004.
- CAMPUS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. 2. ed. Goiânia, Editora Vieira. 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. As formas de solidariedade (1964). *In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V. 1. Org. Clifford Andrew Welch... *et al.* São Paulo: Editora UNESP. Brasília, DF. Núcleo de Desenvolvimento Rural, 2009.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**. Ed. da UFG, Goiânia, 1986.
- CASTRO, Josué. **Fome**: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro. Org.: Ana Maria de Castro. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.
- CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do Goiano. *In: Revista Ciência e Cultura*. Ano 63, n.3, jul/ago/set. 2011.

COSTA, Beth. **Fatos Históricos:** origem de Ipameri. Disponível em: http://www.ypameri.com/html/fatos_historicos.html Acesso em: jun. 2012.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. (coords.) **Farmacopéia Popular do Cerrado.** 1 ed. Goiás, GO: Articulação Pacari, 2009.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: **Dicionário da Educação do Campo.** Org. Roseli Salete Caldart *et al.* Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FELICIANO, Carlos Alberto; GIRARDI, Eduardo Paulon. Coord. **NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (DATALUTA) – FCT/UNESP – Presidente Prudente, São Paulo, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, Bernardo Mançano. Acampamento. In: **Dicionário da Educação do Campo.** Org. Roseli Salete Caldart *et al.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOIÁS EM DADOS 2011 / **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas** - Goiânia: SEGPLAN, 2011.

GOMES, Eder Pereira, *et al.* Uniformidade de irrigação em microaspersor operando abaixo da pressão de serviço em diferentes simulações de espaçamentos. In: Revista eletrônica - **Pesquisa Aplicada & Agrotecnologia.** V. 1, n. 1 set – dez, 2008, p. 79.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUIMARÃES, Maria Tereza Carnesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64).** Goiânia: UFG, 1988. (Coleção Teses Universitárias).

HISSA, Cássio Eduardo Viana; OLIVEIRA, Janete Regina de. O trabalho de campo: Reflexões sobre a tradição geográfica. In: **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia. V. 24 nº 1-2, p. 31-41. jan/dez. 2004.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. Algumas reflexões sobre o crescimento/estagnação de Ipameri – Goiás a partir das ferrovias. **Espaço em Revista,** UFG – Catalão. V. 3, n. 1. p. 93 – 103.

_____, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER.** 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LACOSTE, Ives. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim paulista de Geografia.** n. 84 São Paulo, 2006. p. 77 – 92.

LOUREIRO, Walderez Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960**. 275f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *In: Revista NERA*. Ano 11, nº 12, jan/jun. Presidente Prudente, 2008.

_____, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. Contexto. São Paulo, 2008.

_____, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____, José de Souza. Revisando a questão agrária. *In: Boletim do Militante*, nº 27. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1996. p.30-57.

_____, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2 ed. São Paulo. Contexto. 2011.

MATOS, Patrícia Francisca de. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 357f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

BRASIL - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm> Acesso em: out. 2012.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____, Marcelo Rodrigues. Geografia e Ensino: Práticas Educativas Agroecológicas na Rede Escolar. **Ensino Em Re-Vista**, V. 19, n. 2, jul/dez, 2012.

_____, Marcelo Rodrigues, PELÁ, Márcia. O Cerrado Goiano numa encruzilhada de

tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. *In: Revista Geográfica de América Central – Número especial EGAL*. Costa Rica, 2011, pp. 1 – 18.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses/Rondônia**. 2001, 286f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____, Helena Angélica de. **A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia**, Goiânia: FUNAPE/DEPECAC/UFG, 2011.

_____, Helena Angélica de. **A modernização da agricultura: um caso em Catalão-Goiás**. 1993, 180f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Goiânia, 1993.

_____, Helena Angélica de. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? O agro-hidronegócio comeu! *In: Revista Terra Livre*. São Paulo, SP. Ano 25, V. 2, n. 33. p. 17-30. jul-dez/2009.

_____, Helena Angélica de. **Os meninos vão à luta**. Boletim Goiano de Geografia. UFG/IESA. Goiânia, 2000. Vol. 20, nº 1 / 2, jan/dez. pp. 09 – 17.

MST. **Nossa produção**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/325>. Acesso em dezembro de 2012.

NETO, Raulino Mendes. (Coord.). **Plano de desenvolvimento do projeto de Assentamento Olga Benário**. Ipameri, 2006/7.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1991.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 3 ed. São Paulo. Contexto, 1990.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Retratos de assentamentos: um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica, R. J. 2007.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O Trabalho Monográfico como Iniciação à Pesquisa Científica. *In: Construindo o saber – Metodologia Científica: Fundamentos e técnicas*. 2. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1989. p.147-170.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. Editora UNESP. São Paulo, 2006.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia. Editora da UFG, 1999.

PINHEIRO, Ana Maria. **Assentamentos de reforma agrária em Goiás: processos de organização.** Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, Herivelto Fernandes. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985 – 2008.** Monografia. (Graduação em Geografia) UNESP – *Campus* Presidente Prudente. Presidente Prudente-SP, 2009.

ROSA, Joaquim. **Por esse Goiás Afora.** Livraria Editora Cultura Goiana, Goiânia, 1974.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupação de terra. *In: Dicionário da Educação do Campo.* Org.: Roseli Salete Caldart *et al.* São Paulo. Expressão Popular, 2012.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

SANTANA, Charles d’Almeida. **Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações.** Annablume. Bahia, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Da lona ao roçado: memórias e experiências de moradores de um assentamento de reforma agrária.** Annablume; FAPESP. São Paulo, 2012.

SILVA, Kássia Nunes da; ALVES, Lidiane Aparecida; LOPES, Michelly de Lourdes. A importância de se praticar o trabalho de campo na ciência geográfica. *In: A Margem Revista.* Revista eletrônica de Ciência Humana. Letras e Artes. Uberlândia-MG. Ano 1, n.1, p.10-19, jan/jun, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória.** UNESP, São Paulo: 2004.

SILVA, Valter Israel. **Agricultura Camponesa e o Estado Brasileiro.** Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/textos-artigos/agricultura-camponesa-e-o-estado-brasileiro>. Acesso em dezembro de 2012.

SILVA, Valtuir Moreira da. **História agrária em Goiás.** Editora Alternativa, Goiânia, 2003.

SOUZA, Cibele de e CARNEIRO, Maria Esperança F. **Retrospectiva histórica de Goiás: da Colônia à atualidade.** Livraria Cultura Goiana. Goiânia, 1996.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta, territorialização e resistência camponesa no Leste Rondoniense (1970 – 2010).** 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UFU, Uberlândia – MG, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1600**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____, João Pedro. Reforma Agrária. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Org. Roseli Salete Caldart et al. Rio de Janeiro, São Paulo. Expressão Popular, 2012.

_____, João Pedro; FERNADES, Bernardo Maçano. **Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3 reimpressão. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2005.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Org. Roseli Salete Caldart *et al.* São Paulo. Expressão Popular, 2012.

THOMAZ JUNIOR, Antônio e JÚNIOR, Luzimar Barreto França (orgs). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Centelha, Presidente Prudente, 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENTINI, Demétrio. Lições da Marcha. In: **Jornal Sem Terra**. Ano XXIII, nº 251 – maio de 2005.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo**. CEGRAF/UFG. Goiânia, 1991.

VEIGA, João. **Ipameri histórico**. V. I, Ipameri, edição do autor, 1967.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

WOORTMAN, Klass. “**Com parente não se neguceia**”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMAN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, jan/jun., 1990.

WOORTMAM, Ellen; WOORTMAN, Klaas. **O trabalho da terra; a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília. UNB, 1997.

**ANEXO 1 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO
OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO)**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO OLGA
BENÁRIO EM IPAMERI (GO)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Título da pesquisa: ITINERÁRIOS CAMPONESES: *de lá para cá e daqui pra li até o* Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

Mestrando: Waldivino Gomes Firmino

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Helena Angélica de Mesquita

Nº _____ Data: ____/____/____ Local: _____

- 01 – Nome: (Opcional)
- 02 – Estado civil:
- 03 – Número de filhos:
- 04 – Nível de escolaridade:
- 05 – Você foi para o acampamento com a família?
- 06 – Qual é a sua cidade natal?
- 07 – Esteve acampado? Onde?
- 08 – Por quanto tempo esteve acampado?
- 09 – Em qual município estava o acampamento?
- 10 – O que te motivou a entrar na luta pela terra?
- 11 – Qual era o seu trabalho antes de entrar na luta pela terra?
- 12 – Como ficou sabendo sobre o movimento de luta pela terra?
- 13 – Você presenciou algum tipo de repressão enquanto estava acampado? Como foi?
- 14 – Se fosse para fazer tudo outra vez, você o faria? Por quê?
- 15 – Você exercia algum cargo no acampamento? Qual?
- 16 – O Assentamento Olga Benário em Ipameri é realmente o que esperava?
- 17 – O que você acha que deve melhorar?

Obrigado pela sua participação! Sua opinião é muito importante para o sucesso desta pesquisa.

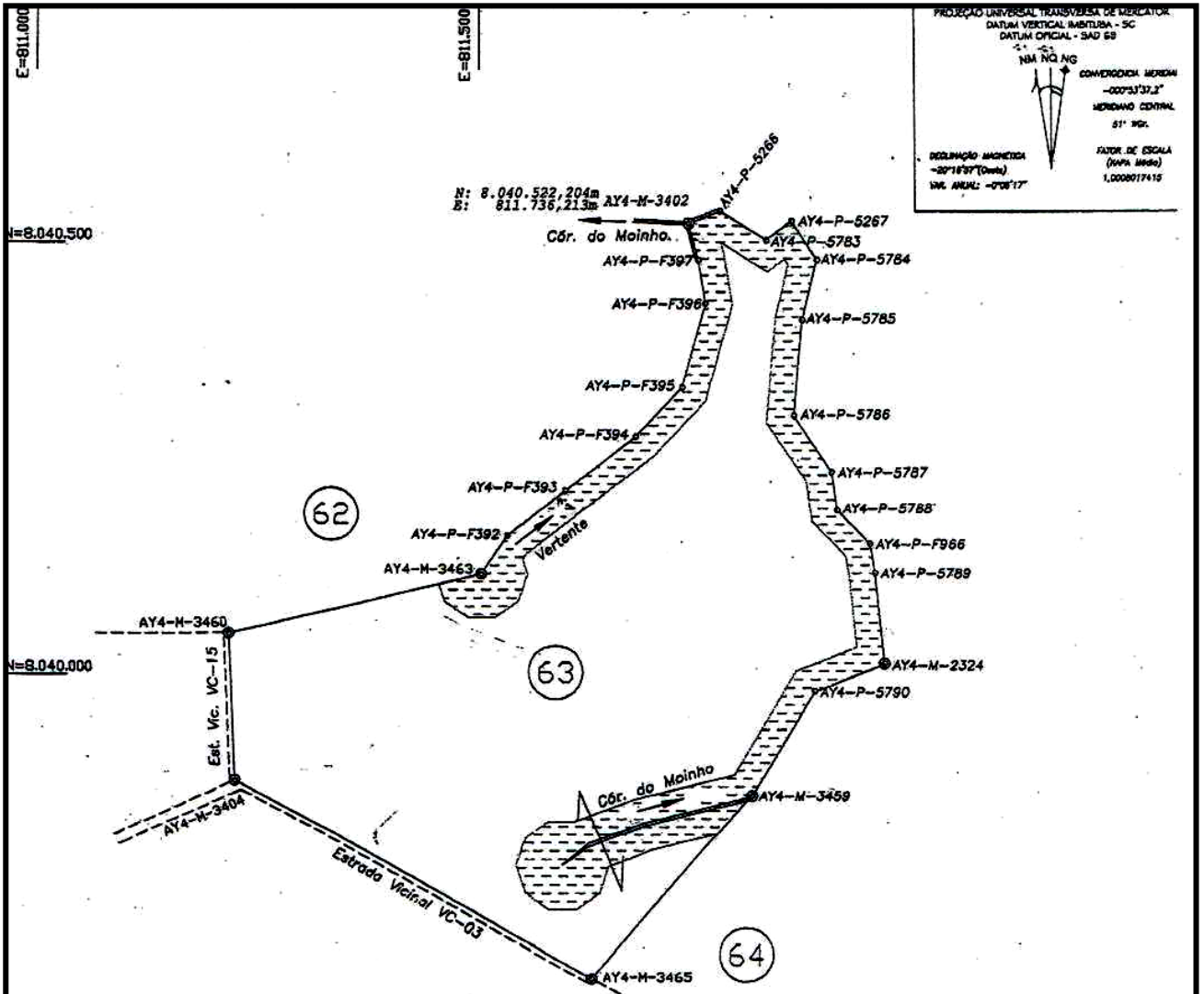
ANEXO 2 – POEMA DO FILHO DE UM ASSENTADO

POEMA DO FILHO DE UM ASSENTADO**SEM TERRA**

*Na rodovia existe
uma multidão de gente
que vivia descontente
com a vida na cidade
sem ter um emprego,
uma casa e sossego,
sem ter atenção do
governo e da nação,
eles viviam em casebres
de madeira e papelão.
Hoje, esperam
uma oportunidade
que não tiveram na cidade;
com bastante vontade
querem trabalhar na terra
e gerar o alimento
para os filhos do país
e querem tirar do chão
o sustento da nação.
O governo deve lutar
para a vida melhorar
desses pobres cidadãos
basta a terra tirar
dos latifundiários
e a mesma entregar
para o povo sofredor
que é também trabalhador
para tudo melhorar.
Vamos lá irmãos sem-terra
“pos a terra só é de quem
quem por ela batalhar”
então vamos trabalhar
por um futuro melhor.*

Bruno (TRABALHO DE CAMPO, 2012)

**ANEXO 3 - MAPA DA PARCELA DE UM ASSENTADO NO ASSENTAMENTO
OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO)**



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERIDIANO
 DATUM VERTICAL AMSTUBA - SC
 DATUM OFICIAL - SAO 69
 2° 45' 30" W
 51° 30' 00" S
 CONVERSIÇÃO MERIDIANO CENTRAL
 51° 30' 00" S
 DECLINAÇÃO MAGNÉTICA
 -20° 18' 37" (2000)
 VAR. ANUAL: -0"08'17"

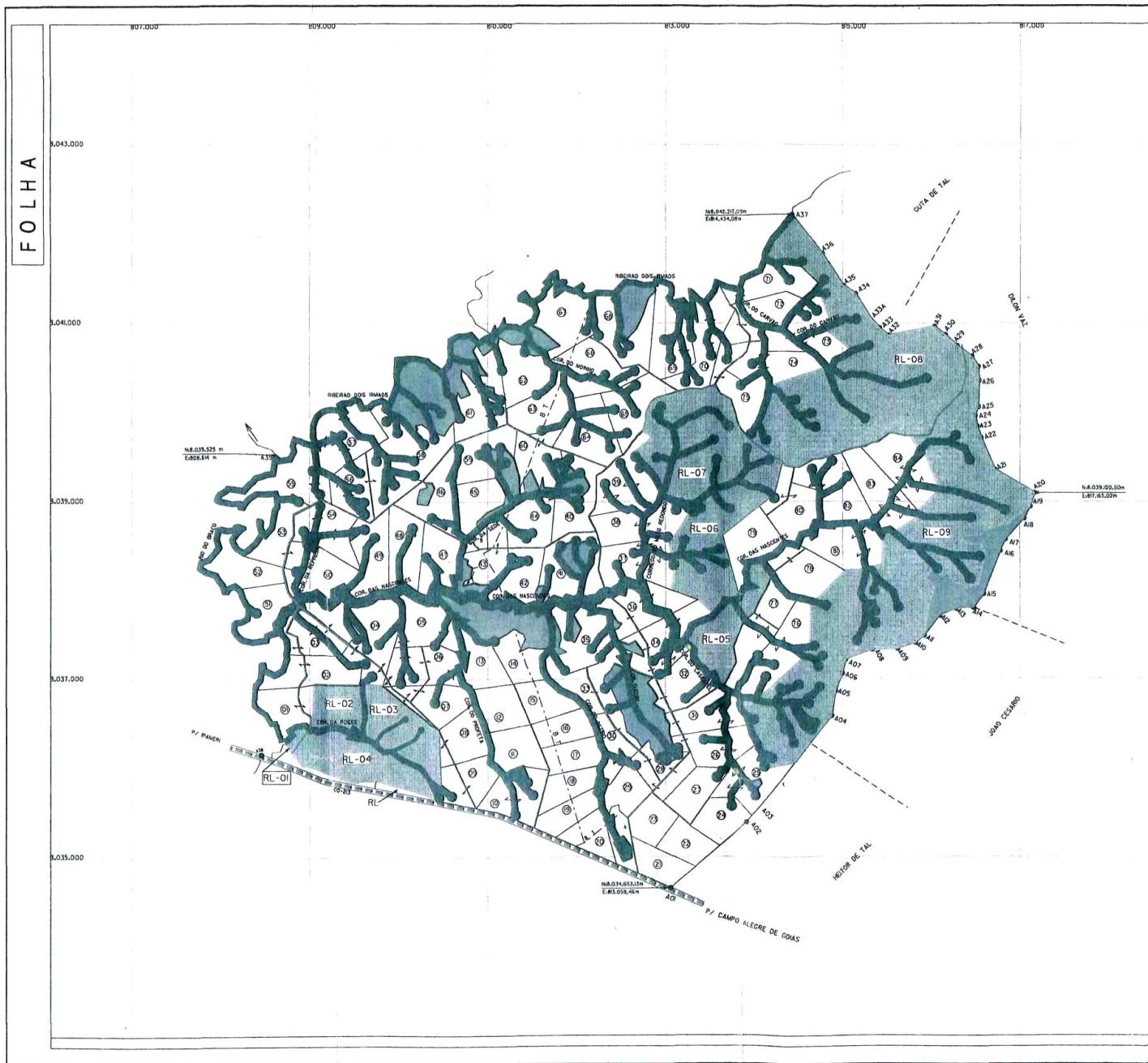
FATOR DE ESCALA (NOVA MESA)
 1,0000017415

LADO				COORDENADAS UTM		LADO				COORDENADAS UTM	
VERTICE	INTE	AZIMUTE	DISTANCIA	N (metros)	E (metros)	VERTICE	INTE	AZIMUTE	DISTANCIA	N (metros)	E (metros)
AY4-M-3402	AY4-P-5286	088°01'30"	38,33m	8.040.522,204	811.736,213	AY4-P-5790	AY4-P-5791	210°10'20"	148,82m	8.038.861,531	811.576,681
AY4-P-5289	AY4-P-5783	122°45'44"	82,75m	8.040.536,548	811.771,791	AY4-M-3459	AY4-M-3465	221°03'02"	277,39m	8.038.869,985	811.605,634
AY4-P-5783	AY4-P-5287	052°18'02"	35,96m	8.040.532,291	811.824,530	AY4-M-3465	AY4-M-3404	280°20'36"	442,82m	8.038.850,796	811.633,584
AY4-P-5287	AY4-P-5794	147°45'46"	53,01m	8.040.524,583	811.882,885	AY4-M-3404	AY4-M-3460	387°01'34"	170,34m	8.038.878,341	811.220,942
AY4-P-5794	AY4-P-5785	163°30'54"	70,88m	8.040.478,783	811.881,286	AY4-M-3460	AY4-M-3463	078°18'20"	294,39m	8.040.046,562	811.214,380
AY4-P-5785	AY4-P-5786	184°08'10"	110,08m	8.040.410,846	811.884,721	AY4-M-3463	AY4-P-F382	033°32'54"	54,24m	8.040.118,415	811.500,224
AY4-P-5786	AY4-P-5787	148°46'40"	76,55m	8.040.301,210	811.885,106	AY4-P-F382	AY4-P-F383	081°26'42"	83,72m	8.040.163,621	811.530,200
AY4-P-5787	AY4-P-5788	172°07'22"	44,23m	8.040.337,170	811.887,208	AY4-P-F383	AY4-P-F384	082°27'41"	101,56m	8.040.215,801	811.585,470
AY4-P-5788	AY4-P-F396	158°08'27"	34,82m	8.040.183,341	811.803,181	AY4-P-F384	AY4-P-F385	043°18'08"	76,33m	8.040.277,681	811.678,201
AY4-P-F396	AY4-P-5789	171°08'16"	35,01m	8.040.153,626	811.840,682	AY4-P-F385	AY4-P-F386	018°24'53"	100,04m	8.040.333,211	811.728,586
AY4-P-5789	AY4-M-2324	174°25'57"	106,84m	8.040.118,033	811.846,046	AY4-P-F386	AY4-P-F387	350°02'04"	30,08m	8.040.429,836	811.756,157
AY4-M-2324	AY4-P-5790	248°01'38"	85,69m	8.040.012,889	811.804,382	AY4-P-F387	AY4-M-3402	349°35'38"	43,80m	8.040.478,084	811.747,061

Área de Preservação Permanente: 6,3145 ha.
 De acordo com o CÓDIGO FLORESTAL, Lei nº 4.771, de 15/09/1965

	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS - SR(04) DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA		
	IMÓVEL: PROJETO DE ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO	ÁREA: 30,7726 ha	
REGISTRO / CÓDIGO	LOTE: 63	PERÍMETRO: 2.629,85 m	
MATRÍCULA:	MUNICÍPIO/UF: IPAMERI	COMARCA: IPAMERI	ESCALA: 1:7500
DATA: 30/10/07	Responsável Técnico	ART: 00009328 2007 127538 10	CONFERE:
Téc. Agrím. NÓE FERREIRA PIYTO. CREA - GO/20 - 074 - 000 - INCRA - AY4			

**ANEXO 4 - MAPA DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM IPAMERI (GO)
ELABORADO PELO INCRA**



ORGANIZACAO ESPACIAL/PLANO DE PARCELAMENTO

- PARCELAMENTO:

LOTE 01 P: 242229 PP: 62338 E: 05040 T: 203641	LOTE 02 P: 29203 PP: 42144 E: 03917 T: 244234	LOTE 03 P: 30388 PP: 5268 E: 0389 T: 464732	LOTE 04 P: 30928 PP: 14438 E: 05842 T: 463609	LOTE 05 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 06 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 07 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 08 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 09 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 10 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 11 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 12 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 13 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 14 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 15 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 16 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 17 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 18 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 19 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 20 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 21 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 22 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 23 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 24 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 25 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 26 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 27 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 28 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 29 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 30 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 31 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 32 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 33 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 34 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 35 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 36 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 37 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 38 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 39 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 40 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 41 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 42 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 43 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 44 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 45 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 46 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 47 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 48 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 49 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732	LOTE 50 P: 29206 PP: 54028 E: 03892 T: 464732
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

- CENTRO REGIONAL DE FORMACAO, SOCIAL E PRODUCO - 9,4264	
- CENTRO SOCIAL COMUNITARIO - 4,2403	
- AREAS DE RESERVA LEGAL 803,741	
RL - 01	29,939
RL - 02	76,708
RL - 03	47,489
RL - 04	36,489
RL - 05	30,884
RL - 06	18,331
RL - 07	206,450
RL - 08	256,337
RL - 09	33,380
- AREAS DE PRESERVACAO PERMANENTE 1.028,413	
AS MARGENS DOS CORREDORES, NASCENTES, LAGOA E REPRESAS	820,890
NOZ TOPOS DE MONTES, ECOSTAS E GRUTAS	207,523
REPRESAS (26)	5,316
- ESTRADAS PARA DE DONARNO DE 10,00 METROS DE LARGURA EM	
CONTINENTE	35,56 km 35,560
PLANEJADA	26,28 km 26,278
	0,28 km 0,280

OBSERVACAO:

- P: AREA DE PRODUCAO
- PP: AREA DE PRESERVACAO PERMANENTE
- E: AREA DE ESTRADA E AREA TOTAL DA PARCELA
- T: AS AREAS ESTAO EM HECTARE
- RESERVA LEGAL (RL) TEM QUE SER A AREA APROPRIADA, OU DOZ DA AREA TOTAL DO PRODUTO DE ACERTAMENTO, SEMPRE A AREA MAIOR
- NA MATERIALIZACAO EM CAMPO DESTE PLANO DE PARCELAMENTO, AS DIVISAS E AS AREAS DAS PARCELAS E DA SOCIAL COMUNITARIA, PODERAO TER PEQUENAS ALTERACOES PARA NAO DO PARAR MENOS, TUDO EM NO MAXIMO DE 02 (DOIS) POR CENTO.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MDA	
INSTITUTO NACIONAL DE COLOCIZACAO E REFORMA AGRARIA	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL	
COORDENACAO DE DESPESAS	
PROJETO	PA DLGA BENARO
NUMERO	4.001.4007/70
DATA	FEVEREIRO/2007
ELABORADO POR	MURILLO/UFF
APROVADO POR	PAMER/GO
ESCALA	BRUNDA
TIPO DE MAPA	MAPA DE USO DO SOLO E CONSULTA VISUAL
REP. TERCIO	CONTINENTE
REP. QUARTO	RAULINO
REP. QUINTO	VITTO

**ANEXO 5 – MARCHA DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DE GOIÂNIA A
BRASÍLIA – 01 A 17 DE MAIO DE 2005**

**MARCHA DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA DE GOIÂNIA A BRASÍLIA – 01
A 17 DE MAIO DE 2005.**

HINO DA MARCHA

BRASIL EM FILEIRA

Composição coletiva

Fonte: folder de divulgação da Marcha (arquivo pessoal do Sr. João – assentado do Olga Benário).

Marchar novamente é preciso

Para manter a esperança

O povo sofrido e cansado

Mas pra lutar não se cansa

Em frente, ó povo sofrido,

Homens, mulheres, crianças

Marcha com a gente, marcha

É o Brasil em fileira

O sonho não é utopia

No tremular das bandeiras

Preste atenção, meu país,

Desperta pra realidade

O que está acontecendo

No campo e na cidade

Só a força popular

Mudará a sociedade.



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Waldivino Gomes Firmino		
E-mail:	wgf@bol.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Sigla:	FAPEG
País:	Brasil	UF:	GO CNPJ:
Título:	ITINERÁRIOS CAMPONESES: <i>de lá para cá e daqui pra li</i> até o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).		
Palavras-chave:	Camponeses. Itinerários camponeses. Assentamento Olga Benário. Ipameri (GO).		
Título em outra língua:	PEASANTS ITINERARY: <i>of there for here and from here to there</i> until the settlement Olga Benário in Ipameri (GO).		
Palavras-chave em outra língua:	Peasants. Itinerary peasants. Camp Olga Benário. Ipameri (GO).		
Área de concentração:	Geografia e Ordenamento do Território		
Data defesa:	22/05/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Geografia/CAC/UFG		
Orientador (a):	Profª. Drª. Helena Angélica de Mesquita		
E-mail:	heanju@gmail.com		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Waldivino Gomes Firmino
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 15 / 07 / 2013

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.